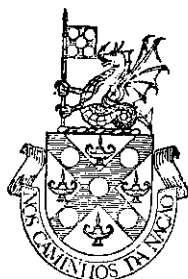

NAÇÃO E DEFESA



ANO XIX — N.º 69 — JANEIRO-MARÇO DE 1994
(Publicação Trimestral)

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL—PORTUGAL

DIRECTOR

JOÃO JOSÉ DE FREITAS RIBEIRO PACHECO

Vice-Almirante

Director do Instituto da Defesa Nacional

Comissão redactorial

Presidente: Capitão-de-mar-e-guerra Artur de Carvalho Baptista dos Santos. Vogais: Prof. Doutor Armando Marques Guedes, Dr. Victor Marques dos Santos, Capitão-de-mar-e-guerra António Abrantes Martins Godinho. Secretária: Dr.^a Helena Barreira.

ISSN 0870-757X

Depósito Legal n.º 54 801/92

Preço deste número	400\$00
ASSINATURA ANUAL (quatro números):	
Portugal — Instituições	1500\$00
— Individuais	1200\$00
— Estudantes	800\$00
Europa (Via aérea)	US\$20.00
Outros países (Via aérea)	US\$26.00

Propriedade, Redacção e Administração

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL

Calçada das Necessidades, 5 — 1300 Lisboa

ÍNDICE

- Editorial 5

Ribeiro Pacheco

PRIMEIRA PARTE: Temas de Política, Segurança e Defesa Nacional

- Incidências na Política de Defesa Nacional da Integração nas Comunidades Europeias 9
Barroso de Moura
- O Congresso de Viena — Fórum da Diplomacia Conservadora no Refazer da Carta Europeia 37
Maldonado Correia
- Estudos Superiores de Estratégia 67
Adriano Moreira
- Importância Estratégica das Telecomunicações 79
Araújo Geraldes
- Cultura e Igreja nos Açores 91
Manuel Fidalgo
- A Identidade Cultural Portuguesa: Um Patriotismo Aberto à Universalidade 121
Augusto Seabra

SEGUNDA PARTE: Temas de Política Internacional por Conferencistas Estrangeiros

- La Situation et les Perspectives D'Évolution au Maghreb 135
Assia Bensalah Alaoui
- Extension of the EU and NATO Towards the East and the Growing Together of Europe 165
Christoph Royen

TERCEIRA PARTE: Elementos Informativos

- Actividades Promovidas pelo IDN 181
- A Defesa no Mundo 187

NOTAS SOBRE OS AUTORES

- **BARROSO DE MOURA:** Brigadeiro do Exército. Auditor do Curso de Defesa Nacional de 1993. Exerceu funções docentes no Instituto de Altos Estudos Militares e na Academia Militar. Encontra-se em serviço no EMGFA.
- **MALDONADO CORREIA:** Licenciado e Mestrando em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa. Pós-Graduado em Estudos Europeus (vertente jurídica) pela Universidade Católica Portuguesa. Secretário de Embaixada no Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- **ADRIANO MOREIRA:** Doutorado em Direito pela Universidade Complutense de Madrid. Doutorado pelo ISCSP da Universidade Técnica de Lisboa. Deputado e Vice-Presidente da Assembleia da República. Presidente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa.
- **ARAÚJO GERALDES:** Brigadeiro do Exército. Director da Arma de Transmissões. Assessor e Conferencista do IDN.
- **MANUEL FIDALGO:** Licenciado em Ciências Políticas e Sociais pelo ISCSP da Universidade Técnica de Lisboa. Director da revista «Atlântida — Ciências Sociais», editada pelo Instituto Açoriano de Cultura (ilha Terceira).
- **AUGUSTO SEABRA:** Licenciado em Direito pela UL. Diplomado em Filologia Portuguesa pela Faculdade de Letras de Argel. Diplomado em Literatura Portuguesa pela Sorbonne. Doutorado em Estudos Ibéricos pela Sorbonne Nouvelle. Foi Ministro da Educação e Embaixador de Portugal na UNESCO. Professor Catedrático e Conferencista.
- **BENSALAH ALAOU:** Doutorada em Direito Público e Ciências Políticas pela Universidade de Rabat, e em Direito pela Universidade de Paris II Panthéon. É Directora de Investigação do Centro de Estudos Estratégicos, em Rabat, e professora de Direito Público na Universidade Mohammed V, também em Rabat.
- **CHRISTOPH ROYEN:** Cursou Direito, Línguas Eslavas e História da Europa de Leste nas Universidades de Francoforte, Kiel e Berlim Oriental. É Investigador Principal de Relações Internacionais na Fundação de Ciências e Política, em Ebenhausen (Munique).

EDITORIAL

EDITORIAL

«A Pátria portuguesa é um ser espiritual, que depende da vida individual dos portugueses», assim o afirma Teixeira de Pascoaes na sua obra «Arte de ser português».

Esta vida vem sendo alicerçada ao longo de oito séculos de história por sistemas de valores que nos dão singularidade e que nos fazem sentir solidários na luta pela sua preservação.

Só se «defende o que se ama» e só se «ama o que se conhece», o «amor pátrio» de que falamos não será assumido automaticamente pelas gerações vindouras, terá de ser cultivado, no presente, através da formação das camadas jovens.

A passagem de testemunho não é fácil numa época em que a ameaça não está concretamente definida; alguns dizem mesmo que o «patriotismo é uma paixão triste que só se conhece na dor» e que o espírito de defesa só aflora em alturas de crise.

Mas a crise que vivemos é também um desafio para um empenhamento contínuo em levar a juventude a reflectir sobre a defesa do seu espaço, da sua liberdade, dos seus valores e dos seus interesses.

O presente constrói-se e o futuro prepara-se. E neste sentido, à semelhança do que já vem sendo feito noutros países, o Instituto da Defesa Nacional está fazendo esforços para que, de forma concertada e continuada e em conjunção com o Ministério da Educação, sejam ministrados a professores cursos monográficos de «formação da cidadania» que levem a um maior esclarecimento dos princípios balizadores da defesa nacional.

O produto será formar nas escolas portuguesas responsáveis vivendo em liberdade numa terra que honra os direitos do homem.

INCIDÊNCIAS NA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL DA INTEGRAÇÃO NAS COMUNIDADES EUROPEIAS

O presente artigo corresponde a um trabalho monográfico individual elaborado pelo autor, na qualidade de auditor do Curso de Defesa Nacional de 1993, e escolhido para publicação na revista «Nação e Defesa».

Barroso de Moura

INCIDÊNCIAS NA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL DA INTEGRAÇÃO NAS COMUNIDADES EUROPEIAS

NOTA INTRODUTÓRIA

De entre a diversidade de metodologias susceptíveis de serem utilizadas num trabalho desta natureza, escolheu-se uma que poderá ser classificada como «lógico-dedutiva». Assim, e porque se tratava de avaliar as incidências na «Política de Defesa Nacional» (PDN) da integração nas Comunidades Europeias, entendemos que haveria que começar por destacar os parâmetros essenciais daquela política a partir dos documentos que definem o quadro legal, conceptual, e a superestrutura da Defesa Nacional, em cujo vértice se encontra a Constituição da República, passando pela Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas e prosseguindo com o Conceito Estratégico de Defesa Nacional e Conceito Estratégico Militar. Teve-se igualmente em vista o que dispõe o Programa do XII Governo Constitucional em matéria de Defesa Nacional e as Grandes Opções do Plano para 1995. Note-se que todos estes documentos (com excepção da Lei Fundamental do País) foram publicados nos últimos dez anos.

Ao procurar destacar aqueles parâmetros, não se pretendeu ser exaustivo, mas tão-somente relevar, em forma sintética, os aspectos considerados mais sensíveis àquelas incidências. Ficaria, assim, concluída a I Parte do trabalho.

Numa II Parte analisam-se determinados sectores estratégicos do Estado com interesse imediato para a Defesa Nacional, no quadro das políticas comunitárias sectoriais e da Política Externa e de Segurança Comum, e termina-se com uma referência mais extensa à UEO como organismo de defesa colectiva genuinamente europeu, procurando avaliar as incidências na Política de Defesa Nacional daquelas políticas e da reactivação da UEO, numa perspectiva de médio prazo (digamos, até ao ano 2000). É a parte central do trabalho.

Com fundamento na análise anteriormente efectuada, na III Parte individualizam-se algumas áreas de actuação consideradas prioritárias no

domínio da Política de Defesa Nacional decorrentes das incidências consideradas mais relevantes, igualmente numa perspectiva temporal de médio prazo.

Termina-se com uma «Conclusão», ou, para ser mais rigoroso, com uma ideia final sobre o tema abordado.

I PARTE

A POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL ATRAVÉS DOS SEUS DOCUMENTOS ESTRUTURANTES

1. A Constituição da República enuncia, no seu artigo 90.º, as Tarefas Fundamentais do Estado, onde avulta a de «garantir a independência nacional e criar as condições políticas, económicas, sociais e culturais que a promovam», promover o bem-estar e qualidade de vida dos portugueses, proteger e valorizar o património cultural, e defender o uso e promover a difusão internacional da língua portuguesa.

No artigo 273.º, comete ao Estado a obrigação de assegurar a Defesa Nacional, que prossegue três objectivos (digamos «objectivos constitucionais»), quais sejam os de garantir a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas.

2. A Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro) define a Defesa Nacional como uma actividade do Estado orientada para aqueles três objectivos e fixa à Política de Defesa Nacional seis objectivos, acrescentando aos «objectivos constitucionais» de Defesa Nacional os de garantir a liberdade de acção dos órgãos de soberania, o regular funcionamento das instituições democráticas e a possibilidade de realização das tarefas fundamentais do Estado e, bem assim, a de contribuir para o desenvolvimento das capacidades morais e materiais da comunidade nacional, de modo que possa prevenir ou reagir pelos meios adequados a qualquer agressão ou ameaça externas e de assegurar a manutenção ou restabelecimento da paz em condições que correspondam aos interesses nacionais.

A Política de Defesa Nacional é igualmente exercida no quadro dos compromissos internacionais assumidos pelo País.

A Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA) define ainda Política de Defesa Nacional (PDN) como um conjunto coerente de princípios, objectivos, orientações e medidas adoptados para assegurar a defesa nacional, decorrendo os princípios fundamentais e os objectivos da Constituição e da LDNFA, e devendo as principais orientações e medidas constar do Programa do Governo.

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional é entendido como sendo a definição dos aspectos fundamentais da estratégia global do Estado adoptada para a consecução dos objectivos da política de defesa nacional.

3. O Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), aprovado em Janeiro de 1985, elege a Nação como o valor estratégico fundamental que determina para a estratégia global do Estado, em matéria de defesa nacional, diversas linhas de acção e define áreas de intervenção; por sua vez, a estratégia de defesa nacional terá cinco grandes áreas de intervenção (plano político geral, plano económico, social e cultural, plano da política externa geral, plano político-militar externo e plano político-militar interno).

No âmbito destas grandes áreas de intervenção, o CEDN particulariza determinadas finalidades, temas, realidades ou acções, de que salientaremos por nos parecerem mais relevantes para a abordagem do tema:

- a. A consciência da identidade nacional e a consciência cívica de toda a população, em especial da juventude;
- b. A eficácia e o prestígio das Forças Armadas;
- c. A gestão dos recursos disponíveis, por forma a adequar a capacidade da Nação à necessidade de enfrentar e responder satisfatoriamente a situações de crise ou emergência grave, tendo como uma das referências o planeamento civil de emergência;
- d. O desenvolvimento das forças produtivas, em ordem a diminuir a dependência em relação ao exterior;
- e. O desenvolvimento económico, visando a eliminação progressiva das assimetrias existentes em termos de justiça social e de qualidade de vida;
- f. O desenvolvimento da ciência, da educação e do ensino, de forma a contribuir para a consciência colectiva da importância e do signi-

- ficado dos valores históricos e culturais da Nação, bem como para incentivar o florescimento livre da cultura portuguesa enquanto traço de união e de identidade nacional;
- g. O desenvolvimento das comunicações e dos transportes internos e externos, como elementos essenciais do fortalecimento da identidade nacional num território geograficamente disperso e como factor indispensável no abastecimento e trocas com o exterior;
 - h. A constituição de reservas estratégicas em áreas vitais, em especial de alimentação, combustíveis e matérias-primas essenciais, a fim melhorar as capacidades de sobrevivência e de resistência em caso de conflito;
 - i. A consideração nas relações internacionais da realidade geoestratégica do País como espaço euro-atlântico;
 - j. A inserção em organizações ou espaços supranacionais será determinada, designadamente, pela necessidade concreta de preservar a soberania nacional contra todas as ameaças;
 - k. A participação militar portuguesa na defesa colectiva da OTAN deve ser articulada por forma a reforçar a capacidade de defesa autónoma;
 - l. A participação militar portuguesa na defesa colectiva deve ser desenvolvida particularmente no quadro da Aliança Atlântica; deve ter em conta a caracterização do espaço geoestratégico do território português, apoiando-se numa estratégia de defesa avançada ou à distância adequada ao interesse nacional;
 - m. A política militar externa de defesa deve ter sempre em consideração especial o carácter descontínuo do território e a importância estratégica essencial das fronteiras e áreas marítimas e do espaço interterritorial, quer para garantia da sobrevivência e afirmação da Nação como Estado independente quer para a defesa do Ocidente;
 - n. No plano político-militar interno será acentuada a componente de defesa autónoma eficaz, com capacidade de sobrevivência e dissuasão das ameaças à integridade nacional, tendo em vista assegurar uma capacidade militar própria que desencoraje a agressão, bem como organizar a indispensável capacidade dissuasora e exercer presença e vigilância aérea e marítima no espaço interterritorial e assegurar capacidades de reforço e de intervenção rápida em qualquer área;

- o. Estruturar o Serviço Militar Obrigatório enquanto modo de participação directa dos cidadãos na actividade de defesa militar e organizar a resistência dos cidadãos face à eventualidade de uma invasão;
- p. Finalmente, incentivar a racionalizar a indústria de defesa como factor essencial à capacidade de defesa autónoma e ao desenvolvimento económico e tecnológico.

4. O Conceito Estratégico Militar (CEM), aprovado em Dezembro de 1985 (na sua versão resumida), sublinha: a existência de um território descontínuo (definindo o chamado «Triângulo Estratégico Português»), a carência de recursos naturais e outros, o menor poder global face ao vizinho, a vizinhança com o Norte de África, a falta de profundidade do território nacional continental, uma situação geográfica que facilita a projecção de poder a uma superpotência nossa aliada em direcção ao Norte de África, Médio Oriente e Sudoeste Asiático.

Põe ainda em evidência uma situação estratégica de importância vital para o desenvolvimento de conceitos operacionais tais como o reforço rápido da Europa e as contingências «fora da área».

Portugal deveria, assim, assegurar, no plano militar, uma capacidade dissuasora autónoma que lhe conferisse, simultaneamente, uma protecção específica no quadro regional e uma participação efectiva na OTAN, como forma de afirmação própria.

Depois de tipificar e caracterizar as ameaças e de definir três cenários de conflito, o conceito militar de acção do CEM tem em conta:

- a necessidade de ser opor à concretização de qualquer ameaça militar directa contra o território nacional, sem prejuízo da existência de uma estratégia de dissuasão no contexto nacional, que o sistema nacional deverá reflectir;
- a necessidade de tirar benefícios dos vastos espaços marítimos e aéreos interterritoriais, seja para conferir maior profundidade ao todo nacional, seja para desenvolver acções coordenadas, convergentes e interapoiadas a partir das três parcelas do mesmo;
- a necessidade de existência de forças móveis, sem prejuízo do recurso ao preposicionamento de materiais e equipamentos mais volumosos e pesados:

- um Sistema de Forças Nacional (SFN) com efectivos relativamente reduzidos, com organizações logísticas e administrativas pouco pesadas e altamente eficazes; um sistema C3-I seguro e um bom sistema de informações; embora mais pequeno, o SFN deve ter capacidade de vigilância do teatro de operações, mobilidade e poder de fogo, em condições de evoluir e adaptar-se à eventualidade de mobilização de todos os recursos nacionais, em função da organização e enquadramento da resistência activa da Nação.

Em síntese, o CEM deveria privilegiar e apoiar-se numa capacidade dissuasora autónoma, com credibilidade razoável, na harmonização dos requisitos das necessidades nacionais com os da OTAN, no desenvolvimento de uma estratégia de defesa à distância e na mobilidade e flexibilidade das forças que permitam a intervenção rápida.

5. Aprovado já em plena mutação do cenário político-militar emergente da queda do muro de Berlim e da implosão da URSS, o Sistema de Forças Nacional (SFN) reflectirá também algumas orientações em termos de componente militar da defesa nacional, com reflexos imediatos na segunda Lei de Programação Militar, em curso de elaboração.

O Sistema de Forças Permanentes parece privilegiar a satisfação dos compromissos internacionais (forças afectas ou susceptíveis de virem a ser afectas à OTAN e/ou à UEO), reservando-se a componente mobilizável à defesa militar da República.

6. O Programa do XII Governo Constitucional, de Novembro de 1991, salienta que a defesa do País deve alicerçar-se na compreensão e aceitação, por todos os portugueses, dos valores nacionais e dos interesses nacionais como elementos geradores de uma forte e constante vontade de os preservar.

No plano das relações externas de segurança e defesa, aquele programa estabelece que a participação de Portugal nas instâncias especializadas pautar-se-á pela defesa intransigente dos nossos interesses e pela participação activa, designadamente em processos decisórios relacionados com a arquitectura europeia de segurança e defesa. O relacionamento com os EUA deverá merecer particular atenção.

Portugal participará activamente na definição e na concretização do novo quadro em que se situará a OTAN, tendo em especial atenção a preservação dos laços transatlânticos.

A identidade europeia, designadamente quanto às suas componentes de segurança e defesa, merecerá o maior empenho do Governo, colaborando na valorização da UEO e na construção do pilar europeu da Aliança Atlântica.

Relativamente à componente militar da defesa nacional, e depois de definir que o objectivo principal das Forças Armadas deve ser de aprontar e manter forças, o programa do Governo consigna que o esforço na defesa militar deverá visar a constituição de forças mais reduzidas e mais eficientes com vista a assegurar a harmonização da nossa capacidade militar própria com a das alianças a que pertencemos e, bem assim, a sua progressiva modernização e a satisfação dos compromissos internacionais assumidos.

Nas componentes não militares, o programa preconiza a reestruturação das indústrias de defesa ligadas ao sector público, como forma de racionalização e viabilização de uma estrutura industrial de reconhecido interesse estratégico. Realça, ainda, o carácter marcadamente estratégico da investigação na área da defesa, bem como a importância do planeamento civil de emergência na prossecução de uma política de defesa em áreas tão sensíveis como os recursos alimentares, os transportes e as comunicações.

7. As Grandes Opções do Plano para 1993 (Lei n.º 30-B/92 de 28 de Dezembro), na profunda análise que faz da «situação internacional», fornece elementos relevantes para a caracterização da Política de Defesa Nacional.

Sublinham a crescente interligação entre a evolução geopolítica e as perspectivas da economia mundial, e a necessidade de salvaguardar os interesses nacionais num contexto da incerteza.

Concretamente, as GOP para 1993 são três: prosseguir o esforço de afirmação de Portugal no Mundo, fortalecer a competitividade e o movimento de internacionalização da economia e assegurar a coesão social e o bem-estar dos portugueses.

No âmbito destas opções, as GOP estabelecem que Portugal deve participar activamente no núcleo duro da construção europeia e assumir um papel activo na definição da Política Externa e de Segurança Comum

(PESC), mantendo, porém, a relação atlântica, estreitando os laços com os EUA e participando na consolidação e adaptação da OTAN aos novos desafios. Outrossim recomendam o aprofundamento do relacionamento com os PALOP e a promoção da língua portuguesa.

8. Em síntese, e a partir da análise feita nos números anteriores, poderemos concluir por algumas das constantes ou preocupações em matéria de Política de Defesa Nacional:

- a. A existência de seis objectivos permanentes da Política de Defesa Nacional, porém de carácter genérico e como tal insusceptíveis de, só por si, conduzirem a políticas sectoriais específicas. Esta lacuna só poderá ser colmatada através da definição de objectivos actuais de PDN, que reúnam consenso da larga maioria das forças políticas.
- b. A Nação é o valor estratégico fundamental.
- c. A preservação e fortalecimento da identidade nacional são essenciais à existência e desenvolvimento de um forte sentimento de defesa nacional. A língua portuguesa, bem como os transportes e comunicações, têm, neste âmbito, um papel decisivo.
- d. O desenvolvimento económico e social é indispensável à coesão nacional, suporte de uma política de defesa nacional consistente.
- e. Portugal privilegia a participação na Aliança Atlântica, enquanto sistema de defesa colectiva. A satisfação dos compromissos internacionais noutras instâncias assume carácter complementar.
- f. No quadro das relações transatlânticas e da estratégia OTAN, o chamado «triângulo estratégico português» tem sido valorizado e constitui um dos «pivots» da Política de Defesa Nacional.
- g. No âmbito da União Europeia e da UEO, Portugal deseja participar activamente na construção de uma identidade de defesa e segurança europeias e na implementação da PESC.
- h. Não dispondo Portugal de significativos recursos energéticos e alimentares, a constituição de «reservas estratégicas» assume natureza crítica.
- i. Portugal deve possuir uma capacidade de defesa e dissuasão autónomas no quadro regional.
- j. O Sistema de Forças Permanente, de efectivos reduzidos e progressivamente profissionalizados, destina-se, essencialmente, à satisfa-

ção de compromissos internacionais, enquanto a defesa militar da República deverá ser assegurada pela componente de mobilização. A «resistência dos cidadãos» tem sido encarada como uma modalidade de acção estratégica, como último recurso.

- k. Haverá que valorizar as indústrias de defesa como elemento da Política de Defesa Nacional, designadamente no reequipamento das Forças Armadas.

II PARTE

AS INCIDÊNCIAS EM SECTORES ESTRATÉGICOS DA DEFESA NACIONAL DA INTEGRAÇÃO NAS COMUNIDADES

Como se anunciou na introdução, nesta II Parte faz-se uma análise do impacto em sectores estratégicos da defesa da adesão de Portugal às Comunidades, e abordam-se questões específicas da Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia e da UEO.

9. POLÍTICA GERAL

O Tratado da União Europeia define, na sua III Parte, as «Políticas da Comunidade», individualizadas em dezassete títulos, desde a livre circulação de mercadorias, passando pela agricultura, transportes, política económica e monetária, cultura, redes transeuropeias, coesão económica e social, investigação, até à cooperação para o desenvolvimento.

Fácil é compreender que, abrangendo este verdadeiro «caleidoscópio de políticas» quase todos os sectores da actividade do estado, as suas implicações em termos de defesa nacional são inevitáveis, apenas havendo que determinar quais e em que extensão.

Neste parágrafo referiremos tão-somente questões essencialmente políticas, reservando-se os parágrafos subsequentes para as políticas sectoriais e suas incidências nas diversas vertentes da defesa nacional.

O Tratado da UE institui a «cidadania da União», passando, assim, os nacionais dos países membros a terem uma dupla cidadania. Nas relações intra-europeias e mesmo nas relações internacionais a cidadania da União

poderá afirmar-se e, em muitos casos, prevalecer até sobre a originária mormente quando se tratar de países periféricos.

Em termos de defesa nacional, o sentimento de pertença a uma determinada comunidade cultural e histórica, a uma nação, correrá, então, o risco de se diluir num «Estado Europeu», qualquer que seja a forma política que venha a assumir.

Numa organização de vocação supranacional, como a União Europeia, as inevitáveis limitações ao tradicional conceito de soberania e de independência nacionais (outro importante «efeito institucional») terão como principal consequência uma menor autonomia na formulação e condução de autênticas políticas de defesa nacional, com eventuais prejuízos para a prossecução de objectivos permanentes e conjunturais que melhor serviriam os interesses dos países em causa.

10. ECONOMIA E FINANÇAS

Uma primeira abordagem será a dos constrangimentos ao desenvolvimento de uma adequada Política de Defesa Nacional por eventual escassez os recursos económicos e financeiros, a afectar prioritariamente a outros sectores da actividade do Estado, num quadro de contenção das despesas públicas, quer por escassez de recursos próprios, quer por imposição de políticas decorrentes da união económica e monetária, onde avulta a chamada política de convergência nominal e real, com metas macroeconómicas muito exigentes.

Uma das possíveis consequências será o arrastamento dos prazos de implementação de tais políticas de defesa, designadamente no que concerne à modernização da componente militar. De facto não é previsível, nas actuais circunstâncias, que as despesas de defesa, quando expressas em termos percentuais do PIB (que poderá estagnar ou mesmo atingir valores negativos nos próximos anos), possam crescer na medida das reais necessidades de defesa.

Noutro plano, e agora por força de políticas estruturais, o Governo poderá vir a experimentar algumas dificuldades no desejável controlo sobre sectores estratégicos da economia, da indústria e dos transportes, com as decorrentes implicações nas diversas vertentes da política de defesa nacional analisadas na I Parte deste trabalho. A este respeito, o caso da Transporta-

dora Aérea Nacional (ou mesmo dos transportes marítimos) é paradigmático.

Em síntese, as necessidades de desenvolvimento económico e social rápidos, privilegiando o investimento em sectores não directamente ligados à defesa nacional, virão certamente a afectar o esforço financeiro na área da defesa (quase sempre não imediata e visivelmente reprodutivo). É, no entanto, indispensável notar que o desenvolvimento económico constitui um importante factor de coesão nacional e de equilíbrio social.

11. *INDÚSTRIA*

A análise que aqui se faz confina-se à viabilidade de uma relativa autonomia em termos de produção de equipamentos e bens essenciais, sem dependências críticas relativamente ao exterior.

De acordo com recente relatório «oficioso», encomendado a empresa estrangeira, os sectores mais competitivos da indústria nacional correspondem aos «sectores tradicionais», designadamente o turismo, o vinho (no sector agro-alimentar), os automóveis, as madeiras, os têxteis/vestuário e o calçado (na indústria), constituindo os chamados seis «clusters». Nos restantes cinco «clusters» não figura nenhum com interesse estratégico directo para a defesa.

As chamadas indústrias de defesa, ainda que reestruturadas, terão alguma dificuldade em obter a sua viabilização através de programas, contratos ou encomendas das Forças Armadas por se tratar de um mercado limitado, sem possibilidade de se obterem economias de escala. De resto, o mercado de armamento é altamente competitivo à escala mundial e mesmo europeia. Não obstante os esforços de coordenação da produção e harmonização dos armamentos e equipamentos a nível OTAN e UEO, as vantagens de Portugal com a sua adesão às Comunidades e à UEO situar-se-ão mais no plano da transferência de tecnologias do que em reais capacidades produtivas e competitivas.

As potencialidades produtivas da Indústria de Defesa, se desajustadas das reais necessidades e prioridades em termos de reequipamento e de aprovisionamento das Forças Armadas, podem conduzir a atrasos ou desajustamentos na sua modernização, em particular quanto aos sistemas de armas

mais adequadas e eficazes às «novas missões» e às características do «moderno campo de batalha». Na realidade, as frequentes mutações tecnológicas implicam uma capacidade de investimento e de modernização que parecem não estar muito ao alcance das nossas indústrias e do nosso país. As exigências de normalização e de interoperabilidade constituirão outra dificuldade ao desenvolvimento das indústrias de defesa nacionais.

12. AGRICULTURA E PESCAS

O sector agrícola é, paradoxalmente, aquele em que, não obstante existir uma Política Agrícola Comum (PAC) desde há vários anos, subsistem numerosos pontos de atrito entre os países membros e no âmbito do GATT.

A produção agrícola, num país como o nosso, onde se importa metade do que se consome, ficará fortemente condicionada por aquela política, podendo conduzir a uma progressiva dependência do exterior em matéria alimentar.

Neste sentido, a possibilidade de constituir reservas alimentares ou de assegurar uma relativa auto-suficiência em períodos de crise ou de conflito é problemática, ou tornar-se-á muito dispendiosa.

Acresce que a «especialização agrícola» de Portugal no quadro comunitário não aponta para a produção de bens de primeira necessidade em condições competitivas.

Situação idêntica poderá ocorrer no domínio das pescas.

13. ENERGIA

A actual situação de grande dependência energética do exterior não deverá melhorar, pelo menos a curto prazo, com a integração nas Comunidades.

O projecto de introdução do gás natural, a partir da Argélia — projecto subsidiado pela CE —, com um largo percurso em território espanhol e no Norte de África, pode comprometer um sector de elevada criticidade para a defesa nacional. Esta situação será ainda mais complexa no caso de surgirem focos de instabilidade numa região tão sensível como o Magreb e de

algumas reservas estratégicas (depósitos) virem a ficar localizadas no país vizinho.

O projecto não deve, pois, ser considerado como um sucedâneo ao abastecimento de petróleo, nem ao gás liquefeito, este susceptível de armazenamento nas imediações dos portos, em quantidades adequadas às exigências da defesa e segurança nacionais.

A política energética deve, assim, prosseguir os esforços de diversificação das fontes de energia primária, capazes de assegurarem o abastecimento do País em caso de crise internacional ou de conflito regional.

14. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Num país algo periférico, situado no extremo ocidental da Europa, de natureza arquipelágica e tendo como único vizinho a Espanha, o sistema de transportes internos e internacionais assume importância vital não só em termos de actividade económica (redes de comércio), como na consolidação da identidade nacional ao assegurar ligações regulares no espaço interterritorial e com as comunidades portuguesas e países lusófonos espalhados pelo mundo.

É também um dado adquirido que a integração de Portugal no espaço económico europeu levará a uma reorientação do seu comércio externo, onde as importações dos países comunitários representam já um peso expressivo na balança comercial.

Com o desenvolvimento das redes transeuropeias e de outras infra-estruturas rodoviárias (e mesmo ferroviárias), estará a assistir-se a uma progressiva importância dos transportes terrestres («continentalização» dos transportes) que servem o País, em prejuízo da tradicional e clara prevalência dos transportes marítimos.

Um outro factor que pode acentuar a «continentalização» dos transportes terá a ver com a denominada logística «just-in-time» de grandes empresas, como forma de reduzir «stocks» e, com isso, baixar os custos de produção. Ora a logística «just-in-time» terá de apoiar-se num sistema de transportes flexível, com elevada capacidade de resposta, que só os transportes terrestres podem garantir.

Neste contexto, e no sentido de evitar dependências de uma rede de transportes que atravessa (ou tem origem) o país vizinho, haverá que manter

meios alternativos, designadamente de transporte marítimo (cabotagem e transporte marítimo a curta distância).

Extravasando a óptica da garantia do comércio e abastecimento nacionais, as redes transeuropeias podem valorizar a posição geográfica do País, transformando os seus portos em entrepostos comerciais de países terceiros, nomeadamente do país vizinho.

15. *EDUCAÇÃO E CULTURA*

A situação de Portugal, geograficamente periférica relativamente ao conjunto comunitário, onde apenas dez milhões de pessoas falam uma língua não praticada por qualquer outro país membro, com um nível cultural relativamente modesto e não dispondo de poderosos meios de informação, é de molde a causar algumas preocupações quanto à preservação de uma identidade cultural e nacional próprias no contexto europeu, se não forem adoptadas medidas eficazes. O risco é tanto mais evidente quanto é certo compartilharmos a Península com um vizinho que desenvolve uma política cultural à escala mundial, de que deu abundantes provas nos últimos anos.

Ora a língua e cultura lusíadas constituem hoje um importante «capital estratégico», quiçá mais valioso do que a privilegiada posição geoestratégica que ocupa no Atlântico Norte, susceptível porém de diferentes valorações em função da conflitualidade potencial no velho continente e no Médio Oriente, e dos progressos tecnológicos no domínio dos transportes e comunicações.

A criação de uma «cidadania da união» é também susceptível de pôr em risco a nossa própria identidade nacional, sobretudo se encarada num contexto de livre circulação de pessoas e de uma «aculturação» ou «homogeneização» cultural europeia sob a influência de políticas culturais agressivas, apoiadas por poderosos meios de comunicação, com destaque para as grandes cadeias de televisão.

16. *POLÍTICA SOCIAL*

Muito embora a política social da União Europeia vise a melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores, de modo a permitir a sua «igualização no progresso», no actual clima de recessão económica

a nível europeu e até mundial, poderão ocorrer situações susceptíveis de minarem a coesão social dentro dos Estados membros, designadamente em Portugal.

Com efeito, as políticas estruturais a implementar em sectores menos competitivos, associadas a rigorosos critérios de convergência das economias nacional e comunitárias, poderão conduzir, ainda que temporariamente, ao aumento do desemprego e à queda do poder de compra das camadas menos favorecidas, criando clivagens na sociedade portuguesa e afectando a sua coesão e espírito de defesa.

Outros fenómenos geradores de conflitos, clivagens, tensões e de insegurança social, tais como a imigração, a criminalidade e o narcotráfico, facilitados pelo desmantelamento das fronteiras, constituem riscos não negligenciáveis que o Estado terá de encarar.

A subsistência de «duas europas comunitárias», a dos pobres e a dos ricos, a dos que podem e desejam convergir rapidamente para a União, e a dos que têm de prosseguir o seu caminho em marcha moderada, constituirão factores de desagregação intra e interestaduais, não obstante os vultosos fundos sociais em questão.

17. A POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA COMUM

A Política Externa e de Segurança Comum (PESC), instituída pelo artigo J. do Título V do Tratado da União Europeia, é extensiva a todos os domínios da política externa e de segurança, tendo como objectivos (entre outros): a salvaguarda dos valores comuns, dos interesses fundamentais e da independência da União, o reforço da segurança da União e dos seus Estados membros, a manutenção da paz e o reforço da segurança internacional. Os Estados membros têm o dever de apoiar activamente e sem reservas a política externa e de segurança da União, devendo coordenar a sua acção no âmbito das organizações e conferências internacionais. Nessas instâncias defenderão posições comuns.

Os procedimentos para adopção de uma acção comum em áreas pertencentes ao domínio da política externa e de segurança são detalhadamente estabelecidos.

É, porém, o artigo J-4 o mais relevante. Aqui se estabelece que a PESC abrange todas as questões relativas à segurança da UE, incluindo a defi-

nição, a prazo, de uma política de defesa comum que poderá conduzir, no momento próprio, a uma defesa comum.

E logo se acrescenta que a União solicitará à UEO, que faz parte integrante do desenvolvimento da UE, que prepare e execute as decisões e acções da União que tenham repercussões no domínio da defesa. O Conselho, em acordo com as Instituições da UEO, adoptará as disposições práticas necessárias. A PESC não deverá afectar o carácter específico da política de segurança e de defesa dos Estados membros, respeitará, designadamente, as obrigações decorrentes do Tratado do Atlântico Norte e será compatível com a política de segurança e de defesa comum adoptada nesse âmbito.

Na declaração anexa ao Tratado, subscrita por Portugal, relativa ao papel da UEO e suas relações com a União Europeia e com a Aliança Atlântica, os Estados membros da UEO acordam na necessidade de criar uma verdadeira identidade europeia de segurança e de defesa e de assumir responsabilidades europeias acrescidas em matéria de defesa. Esta identidade será progressivamente construída através de um processo gradual em fases sucessivas. A UEO fará parte do desenvolvimento da UE e reforçará o seu contributo para a solidariedade na Aliança Atlântica.

No âmbito das relações entre a UEO e a Aliança Atlântica, a UEO deverá ser desenvolvida enquanto meio de fortalecer o pilar europeu da Aliança Atlântica. Este relacionamento deve obedecer a regras de transparência e complementaridade necessárias entre a identidade europeia de segurança e de defesa e a Aliança Atlântica. O papel operacional da UEO será reforçado mediante a análise e a definição das missões, estruturas e meios adequados.

Finalmente, a UEO fará uma nova análise das disposições contidas na referida declaração anexa ao Tratado da União, que deverá tomar em consideração, em 1996, tomando em consideração os progressos e a experiência adquiridos e será extensiva às relações entre a UEO e a Aliança Atlântica.

A questão prévia que se coloca ao pretender avaliar as incidências da PESC na Política de Defesa Nacional é de saber o ritmo a que uma tal política da UE será implementada, o que desde logo remete para a questão dos progressos da integração política. Um outro factor determinante nesta evolução será, sem dúvida, o futuro da Aliança Atlântica, nomeada-

mente o seu lugar na «Nova Arquitectura de Defesa e Segurança Europeias» (NADSE), ela própria dependente da «nova ordem» internacional.

Não obstante os prováveis acidentes de percurso, com avanços e recuos, é nossa opinião que a integração política europeia irá sendo progressivamente aprofundada, no mínimo como consequência inevitável da integração económica e monetária, que deverá culminar com a adopção de uma moeda única antes do fim do século. Mais tarde ou mais cedo, a UE afirmar-se-á como uma potência económica à escala mundial e dificilmente se concebe que possa subsistir como tal sem uma política externa e de segurança comum.

Ainda que, de momento, sem modelo e contornos definidos, a PESC fará, sem dúvida, deslocar, para Leste, o centro de gravidade dos sistemas de defesa e segurança europeus, que mais não seja pelo «peso específico» de uma Alemanha unificada. Neste contexto, Portugal tanto poderá emergir como país charneira entre os sistemas de defesa e segurança tipicamente europeus e os transatlânticos, como ser remetido para um relativo apagamento como realidade estratégica euro-atlântica. É neste quadro que a Política de Defesa Nacional deverá ser repensada e revista, procurando equacionar, de forma realista, interesses nacionais, compromissos internacionais (OTAN, UE/CE e UEO), «capital estratégico» e margem de iniciativa disponível, tendo igualmente por referência as profundas alterações ocorridas nos três últimos anos, cujas consequências ainda não é possível avaliar em toda a sua extensão.

18. A UNIÃO DA EUROPA OCIDENTAL

A União da Europa Ocidental (UEO), como vimos, faz parte integrante do desenvolvimento da União Europeia e reforçará o seu contributo para a solidariedade na Aliança Atlântica.

Portugal aderiu à UEO em Novembro de 1988, juntamente com a Espanha.

Inactiva, ou quase, durante anos, a UEO é reactivada em 1984, em pleno mundo bipolar, numa altura em que as relações euro-atlânticas passavam por uma fase de um certo mal-estar.

Dentro de um princípio de alargamento a todos os países europeus da CE e da OTAN, a Grécia tornou-se membro de pleno direito em Novembro

de 1992, tendo a Noruega, a Islândia e a Turquia estatuto de «membro associado» e a Dinamarca e a Irlanda de «observador».

Após a assinatura do Tratado da UE, a UEO ganha novo dinamismo, entrando numa fase dita «operacional», assinalando-se-lhe algumas acções fora do quadro OTAN, designadamente na actual crise da Jugoslávia (antes havia participado na «Guerra do Golfo»).

Procurando consolidar as suas estruturas, a UEO vem dando prioridade às questões relacionadas com o seu funcionamento em tempo de crise e, em tempo de paz, com as funções da sua Célula de Planeamento (instalada em Bruxelas) e com o papel dos delegados militares.

Como tratado de defesa colectiva e de assistência mútua genuinamente europeu, a UEO possui duas características peculiares: a ajuda e assistência a prestar em caso de agressão armada a um dos Estados membros tem carácter automático (ao contrário do que sucede com a Aliança Atlântica); e as acções não se confinam a um determinado espaço geográfico.

Vocacionada para desempenhar o papel de «braço armado» da futura União Europeia, dentro dos condicionalismos estabelecidos no Tratado de Maastricht e no próprio Tratado de Bruxelas (modificado), a UEO tem sido objecto de larga discussão, desde as missões susceptíveis de lhe serem atribuídas até à sua «inoperância» por virtude de carências de meios essenciais, designadamente de reconhecimento e de transporte estratégico. Numa situação limite, há, porém, quem a considere como uma estrutura de defesa alternativa (e não complementar) da OTAN.

Em Outubro de 1991 é anunciada a criação do Corpo de Exército Franco-Alemão, cuja estruturação, embora passando por algumas hesitações, tenderá a avançar. Constituiria o «embrião de uma força europeia», procurando dotar a UE de uma capacidade militar própria significativa.

Portugal tem vindo a envolver-se nas estruturas e iniciativas da UEO, sem prejuízo da sua participação política e militar na Aliança Atlântica. Concretamente, o nosso país participa nos diversos programas e grupos ligados à produção de armamentos e disponibilizou determinadas forças, embora em regime de bivalência com a OTAN («duplo chapéu»).

Tal como sucede com a PESC — de que a própria UEO será um valioso instrumento —, as incidências do relançamento da UEO como sistema de defesa colectivo na Política de Defesa Nacional dependerão do nível organizativo e operacional que possa vir a atingir a curto e médio prazos.

De qualquer forma, em termos de sistemas de forças, haverá que atender à melhoria dos respectivos graus de disponibilidade, prontidão e capacidade de sustentação, por forma a participar em eventuais acções no âmbito da UEO, dentro ou fora da área, susceptíveis de serem decididas e lançadas em prazos relativamente curtos.

A participação na UEO envolverá ainda a definição das circunstâncias concretas em que poderão ser cedidas forças nacionais à UEO, que forças e que prioridades a observar relativamente aos compromissos OTAN. Naturalmente que se tratará sempre de forças dispondo de equipamentos relativamente modernos, operados por militares profissionais (ou «semiprofissionais»), altamente treinados, capazes de assumirem missões da mesma responsabilidade e relevância política que as cometidas às Forças Armadas dos restantes países membros.

Entretanto, a UEO oferece, desde já e como se disse, a oportunidade não despendendo de Portugal participar em programas de produção de armamentos e de obter determinadas transferências tecnológicas, com interesse para as nossas indústrias de defesa.

Num outro plano, a participação de Portugal em mais uma Aliança de Defesa Colectiva e «forum» de debate dos problemas de defesa e segurança europeus deverá ser estreitamente coordenada ao mais alto nível político-militar, por forma a assegurar a indispensável coerência, unidade e oportunidade de posições, evitando «seguidismos» que não prestigiam nem beneficiam a Política de Defesa Nacional.

III PARTE

ÁREAS PRIORITÁRIAS DE ACTUAÇÃO

Nesta terceira e última parte, e com base na análise anteriormente efectuada, elegem-se algumas áreas prioritárias de actuação no âmbito da defesa nacional, decorrentes da integração nas Comunidades Europeias.

19. NO PLANO POLÍTICO GERAL

É evidente que a integração de Portugal em organizações com as características das Comunidades e da UEO traduzir-se-á, pelo menos a prazo, em vantagens do ponto de vista da defesa e segurança.

A potenciação destas vantagens exige, porém, uma estreita coordenação das acções diplomáticas, militares e outras por parte dos nossos representantes, tanto a nível OTAN como na CE/UE e UEO, para que daí resulte efectivo valor acrescentado e uma maior afirmação de Portugal nestas instâncias.

Exige, também, um atento acompanhamento das tendências de evolução e da construção da nova arquitectura de defesa e segurança europeia, bem como da nova ordem político-estratégica mundial e da própria OTAN para, de forma realista, explorarmos as nossas potencialidades geopolíticas, culturais e outras e minimizarmos as nossas vulnerabilidades.

Algumas questões concretas se podem colocar, tais como:

- Como compatibilizar uma política externa tradicionalmente atlantista, com a eventual emergência de novos esquemas de segurança e defesa europeias, e com o deslocamento do centro de gravidade destas questões para Leste, atraídas por uma Alemanha unificada?
- Qual o posicionamento de Portugal perante uma eventual «americanização» do Atlântico Norte, e a situação na Europa e no Médio Oriente, nomeadamente quanto à sua inserção nos principais Comandos OTAN? Fará sentido continuar a envidar esforços com vista à inclusão de todo o Território Nacional e espaço interterritorial num único «Principal Comando Subordinado da OTAN» (IBERLANT, por exemplo)? Como melhor valorizar as nossas posições insulares, no actual quadro político-estratégico? Até que ponto seria vantajoso incluir o Território Continental no SACEUR? Em caso afirmativo, em que Comando Subordinado? No AFSOUTH (de pendor mediterrânico) ou num Comando a NW? Que interesses saem protegidos com uma e outra opções? Qual a operacionalidade do conceito de país-charneira entre o SACEUR e o SACLANT, ou entre a Europa Ocidental e a América do Norte?
- Até que ponto a política de defesa nacional deverá privilegiar o vector atlântico e o «triângulo estratégico» como «pivot» dessa política?

20. NO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL

Haverá que compatibilizar as políticas macro-económicas de convergência da economia portuguesa com a disponibilização de recursos essenciais à

reorganização e modernização, em ritmos aceitáveis, das Forças Armadas, designadamente quanto à execução da segunda LPM, evitando o agravamento do atraso tecnológico das nossas FA, com reflexos psicológicos negativos nos seus quadros, em especial nos mais jovens.

Haverá que identificar os sectores estratégicos do Estado mais susceptíveis de serem afectados pela integração económica, assegurando a sua viabilização e um adequado grau de controlo do Estado sobre tais sectores, designadamente nos transportes, energia, recursos alimentares e indústria.

A «especialização» da economia portuguesa no quadro comunitário poderá levar a excessivas dependências de países terceiros, não desejáveis em sectores críticos.

21. NO PLANO SOCIAL

A coesão económica e social é, como vimos, um pressuposto e um objectivo da PDN, não podendo existir um forte espírito de defesa em comunidades divididas, ou excessivamente estratificadas e com desigualdades flagrantes. É este, de resto, um dos grandes objectivos da União Europeia, a longo prazo.

Acontece, porém, que as perspectivas a médio prazo não parecem ser nada favoráveis, em grande parte por razões da conjuntura externa, admitindo-se o agravamento do desemprego e da perda do poder de compra, situação susceptível de gerar conflitualidade social e agravamento da qualidade de vida de vastas camadas da população portuguesa.

Haverá que procurar reduzir as assimetrias entre o Norte e o Sul do País, entre o interior e o litoral, entre o Continente e as Ilhas.

22. NO PLANO INDUSTRIAL

A preservação de determinadas indústrias com elevada importância estratégica é um objectivo da mais elevada prioridade, única forma de assegurar, em período de crise, de conflito, ou de ruptura dos canais de aprovisionamento, o regular abastecimento do País e das Forças Armadas.

Haverá ainda que seleccionar os sectores onde a Indústria de Defesa poderá ter alguma competitividade e viabilidade.

A cooperação no seio da UEO no domínio dos armamentos e equipamentos — onde já se contam numerosos programas — deverá ser potencializada não só pelas razões já expostas, mas também como forma de obter transferências tecnológicas (possibilidades de fabrico) importantes.

A constituição de reservas estratégicas de bens essenciais deve ser correctamente equacionada, atentos os elevados custos de armazenamento e de conservação.

23. NO PLANO CULTURAL

A língua portuguesa — elo de união de uma comunidade de povos que poderá atingir 200 milhões no fim do século — é, digamos, o grande «capital estratégico» que sobrelevará todos os restantes, designadamente os que radicam na posição geográfica do País.

Ameaçada no Brasil e em África por uma evolução nem sempre desejável, susceptível de a descaracterizar, é agora na Europa que a língua portuguesa terá de travar novo combate, evitando a sua diluição num ambiente e instituições onde não é língua oficial e onde a livre circulação de pessoas e a panóplia de «media» (com realce para a TV) podem conduzir a rápidos fenómenos de aculturação, com elevados prejuízos para a identidade e cultura nacionais.

A defesa intransigente da língua portuguesa, na Europa, como em África, constitui, pois, uma acção da mais elevada prioridade, implicando directamente a Defesa Nacional.

24. NO PLANO ENERGÉTICO

As políticas comunitárias neste sector podem vir a gerar situações delicadas em períodos de crise ou de conflito. A constituição de reservas energéticas, geridas e controladas por Portugal, designadamente de combustíveis líquidos e de gás, são um imperativo da defesa que não deverá ser subestimado.

A diversificação das fontes energéticas deverá, consequentemente, prosseguir.

25. NO PLANO DOS TRANSPORTES

Entendemos que deverá ser contrariado aquilo que designámos como «continentalização» dos transportes, não só por gerar dependências relativamente ao país vizinho, de onde os transportes terrestres provêm ou que têm de atravessar, como pelos prejuízos que daí podem resultar para os sistemas de transportes marítimos e aéreos, indispensáveis às ligações com as Regiões Autónomas e os PALOP.

A simples lógica da viabilidade ou racionalidade económica não me parece defensável neste, como em muitos outros sectores estratégicos da Defesa Nacional. Haverá que manter adequados transportes marítimos e aéreos sob controlo nacional, como forma de superar eventuais situações de crise ou de conflito, de projectar forças e de desenvolver e consolidar um espírito de comunidade lusófona.

26. NO PLANO MILITAR

Nesta área, as incidências têm sobretudo a ver com a evolução da UEO e a possibilidade da componente militar poder harmonizar-se com os compromissos OTAN, designadamente em matéria de disponibilização de forças, de doutrina e de armamentos.

A adesão de Portugal à UEO (e ao Tratado da União Europeia) vem acentuar ainda mais a necessidade de dispor de forças com elevados padrões de operacionalidade e de prontidão, única forma de participar e apoiar, e em tempo útil, acções da iniciativa das Comunidades e da UEO.

É no plano das forças terrestres que aquela capacidade de resposta é ainda pouco eficaz, mormente por força da nova lei do serviço militar e pelo atraso tecnológico com que o Exército se viu confrontado no fim da guerra do ex-Ultramar.

Os conceitos de «capacidade de defesa autónoma» e de «dissuasão própria» têm de ser reavaliados, em particular no quadro regional, à luz dos recentes desenvolvimentos na sub-região em que nos situamos. Com efeito, a capacidade de defesa e de dissuasão têm sobretudo a ver com a eventualidade de uma agressão (ou mesmo invasão) externa, cuja probabilidade de ocorrência deverá ser aprofundada como condicionante e justificação de uma componente de mobilização credível, de custos muito elevados.

A «supremacia» de uma componente militar orientada para o apoio da política externa, satisfazendo compromissos internacionais ou colaborando em acções de manutenção ou restabelecimento da paz, ou de carácter humanitário, poderá inculcar na opinião pública a desnecessidade de qualquer outra componente que não tenha carácter permanente e não seja altamente profissionalizada.

O esclarecimento da opinião pública acerca do porquê?, e do como?, da componente de mobilização deverá, assim, constituir uma preocupação da Política da Defesa Nacional.

Movendo-se agora no âmbito de dois sistemas de defesa colectiva (Aliança Atlântica e UEO/UE), a política de defesa nacional, na sua vertente militar, terá de reanalisar alguns dos seus conceitos enformadores, tais como os de espaço interterritorial, profundidade do território, defesa avançada e de «resistência».

CONCLUSÃO

As políticas comunitárias, abrangendo quase todos os sectores da actividade do Estado, desde a livre circulação de mercadorias até à cooperação para o desenvolvimento, passando pela economia, cultura, indústria, saúde e ambiente, têm, seguramente, implicações, em menor ou maior grau, nas diferentes vertentes ou áreas da Política de Defesa Nacional, de que se pretendeu dar uma imagem, ainda que extremamente sintética ao longo deste trabalho.

A defesa e segurança nacionais saem, naturalmente, reforçadas pela integração de Portugal nas Comunidades e na UEO, sobretudo numa perspectiva de longo prazo. Não obstante, no curto e médio prazos e como se julga terá ficado demonstrado, existem determinadas vulnerabilidades susceptíveis de serem agravadas por aquelas políticas, devendo ser objecto de particular atenção no âmbito da Política de Defesa Nacional, designadamente através da formulação de objectivos actuais ou conjunturais.

Alguns dos conceitos enformadores do Conceito Estratégico de Defesa Nacional e do Conceito Estratégico Militar estarão desactualizados ou carecem de ser revistos.

A importância da componente militar da defesa nacional, enquanto garante de compromissos internacionais e de apoio à política externa, afir-

mar-se-á progressivamente, exigindo forças com elevados padrões de treino e operacionalidade, boa capacidade de sustentação e grande profissionalização.

Porém, e agora por maioria de razão, o grande valor estratégico a defender continuará a ser a Nação, assegurando a sua individualidade e perenidade na diversidade de culturas e de povos europeus.

Barroso de Moura

BIBLIOGRAFIA

- «L'Europe au Soir du Siècle, Identité et Démocratie», edição sob a direcção de Jacques Lenoble e Nicole Dewandre, Editions Esprit, jul, Cahors.
- DEFARGES, P. Moreau, «Les Relations Internationales dans le Monde d'Aujourd'hui», Editions STH, Paris, 1991.
- DELORS, Jacques, «Le Nouveau Concert Européen», Editions Odile Jacob, Paris, 1992.
- LABUT, Bernard, «Renaissance d'Un Puissance?», Bibliothèque Stratégique, Paris, 1993.
- THUROW, Leter, «La Maison Europe, Superpuissance du XXI Siècle», Editions Calmann-Lévy, Paris, 1992.
- CABRAL COUTO, Abel, «A Integração Europeia e a Defesa Nacional», in «Análise Social», 1992 (4.º, 5.º).
- «L'Année Stratégique, 1993, Les Equilibres Militaires, Edição Dunod-Iris, 1993.
- «Ramses 1992 e 1993», Institut Français des Relations Internationales, Editions Dunod.
- «Nação e Defesa», artigos vários de Adriano Moreira, Cabral Couto, Medeiros Ferreira, François Martins e Virgílio de Carvalho.
- Textos distribuídos durante o CDN-93.

TRATADOS E DECLARAÇÕES

- Declaração de Roma sobre a Paz e a Cooperação.
- Tratado da União Europeia.
- Tratado de Bruxelas (Modificado) (UEO).

OUTROS DOCUMENTOS

- Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas.
- Conceito Estratégico de Defesa Nacional.
- Conceito Estratégico Militar (Versão «reservada»).
- Sistema de Forças Nacional.
- Programa do XII Governo Provisório.
- Grandes Opções do Plano para 1993.

O CONGRESSO DE VIENA — FÓRUM DA DIPLOMACIA
CONSERVADORA
NO RAFAZER DA CARTA EUROPEIA

Maldonado Correia

O CONGRESSO DE VIENA — FÓRUM DA DIPLOMACIA CONSERVADORA NO REFAZER DA CARTA EUROPEIA

INDICE

1. *INTRODUÇÃO*
2. *A EUROPA ANTES DO CONGRESSO DE VIENA*
3. *O CONGRESSO DE VIENA: o Congresso de Viena e as Relações Internacionais; a relação de forças e as potências em jogo; o sistema de equilíbrio; a concepção do equilíbrio; o princípio ordenador: a legitimidade; o cariz da diplomacia: a política externa expansiva/defensiva/e de status quo; a segurança absoluta e relativa; a Europa da paz pela força e os arranjos territoriais:*
 - 3.1 *A questão Polaca (e da Saxónia).*
 - 3.2 *A questão Italiana.*
 - 3.3 *A questão Germânica (a Confederação).*
4. *ARRANJOS FINAIS*
5. *O CONGRESSO DE VIENA E A ACTUALIDADE: a queda dos impérios; os nacionalismos; a redefinição das fronteiras; a integração dos vencidos; as garantias do convívio internacional: sistema político/sistema económico.*
6. *PORTUGAL E O CONGRESSO DE VIENA*
7. *CONCLUSÕES GERAIS: a viabilidade do sistema e a sua fragilidade; o funcionamento e evolução do sistema (o Concerto Europeu); o fracasso do sistema; os pressupostos de análise: a concepção liberal e a concepção conservadora.*

La communauté internationale ne pourra préserver la paix qu'en tant qu'ordre de droit. Elle ne pourra subsister en tant qu'ordre hégémonique, régi par un principe de domination. Un ordre régi par le droit ne tolère aucune hégémonie, il exige la paix juridique et, le cas échéant, les instruments permettant sa sauvegarde ou sa restitution.

Discurso de despedida pronunciado por Hans-Dietrich Genscher, Ministro Federal dos Negócios Estrangeiros, na recepção ao Corpo Diplomático dada em 15 de Maio de 1992, em Bona.

1. INTRODUÇÃO

Pode talvez afirmar-se que, em termos de Direito Internacional Público, o Congresso de Viena foi o mais notável acontecimento do Séc. XIX. Esta afirmação justifica-se pela importância das determinações do Congresso cujos efeitos, nalguns casos, chegaram até aos nossos dias. De facto, para além de outros, podemos identificar três princípios aí estabelecidos que ainda hoje são direito vigente, a saber: a neutralidade da Suíça, a livre navegação dos rios e o estabelecimento e organização de uma hierarquia entre agentes diplomáticos. Isto para não falar já do estabelecimento de um certo equilíbrio de forças que teria efeitos longínquos, como seja o do embrião da unificação germânica ⁽¹⁾ que levará à origem do futuro bloco alemão, ou a afirmação de uma hegemonia marítima pelo bloco inglês (a «baleia» símbolo da hegemonia marítima) ou ainda à afirmação de uma hegemonia de pendor continental pelo império russo (o «elefante») que rivalizaria com o primeiro ⁽²⁾.

Como referem alguns autores ⁽³⁾, o Congresso de Viena teve dois objectivos fundamentais:

— Um, moral e jurídico — visando estabelecer a legitimidade dos soberanos espoliados. Neste sentido as grandes vítimas seriam aqueles

⁽¹⁾ Como diz Pierre Renouvin em «Histoire des relations Internationales», Tomo VI, p. 26: «Em todos esses estados Europeus a questão das relações com o Império Alemão está no centro das preocupações dos homens de governo.»

⁽²⁾ Sobre esta comparação confira Duroselle, «A Europa de 1815 aos nossos dias», p. 7, ss.

⁽³⁾ *Op. cit.*, p. 4, ss.

que não teriam o seu estatuto de poder afirmado pelo princípio da legitimidade monárquica (os principados eclesiásticos da Alemanha, Veneza, Génova e a Polónia).

— Outro, pragmático — visando estabelecer um equilíbrio de forças na Europa.

O cumprimento destes dois objectivos teve várias consequências. A mais óbvia é a de que, como afirma Dollet (*), a Europa de Viena será uma Europa com um estatuto territorial simplificado.

Com efeito, a sujeição àqueles princípios levaria o Congresso a funcionar como um directório onde se premiaram os vencedores da guerra com aquisições territoriais, esquecendo, consequentemente, os povos e os nacionalismos.

A troca de um equilíbrio mecânico e revolucionário (que identificava o justo com o fisicamente possível), ocasionado pelas lutas do Império Napoleónico, por um equilíbrio de chancelaria, este claramente artificial, levaria à debilidade da ordem internacional criada em 1815. Apesar disto pode-se dizer que a Carta de Direito Público da Europa, criada em Viena (*), durou, com as necessárias contingências e ajustamentos, um século, tendo inaugurado uma época de paz e estabilidade na história da Europa.

Com mais ou menos rigor, pode afirmar-se que o período que medeia entre 1815 (Congresso de Viena) e 1914 (início da I Grande Guerra) constitui um ciclo histórico de paz e estabilidade da vida internacional (**).

2. A EUROPA ANTES DO CONGRESSO DE VIENA

Na idade média a forma estadual tende a perder-se, sendo usualmente os vínculos políticos substituídos por vínculos pessoais.

Sensivelmente até à Revolução Francesa (momento de ruptura quanto ao sistema de Relações Internacionais) pode falar-se numa Europa das Pátrias por oposição à Europa dos Estados, inaugurada pelo acto de conquista

(*) História Diplomática, Presse Universitaire de Paris, 1948.

(*) Como se verá, a Carta de Direito Público da Europa, prévia ao Congresso de Viena, estava assente nas disposições do Tratado de Vestefália, assinado em Munster em 24 de Outubro de 1648.

(**) Neste sentido, entre outros, J. António Pedro Manique «Portugal e as potências Europeias (1807-1847)», Livros Horizonte.

que aquela revolução espalhou por todo o Continente Europeu. Mesmo durante o período Renascentista e Absolutista, em que os tentáculos Estaduais alastram, fazendo diminuir a privatização da autoridade, outrora verificada, pode-se falar de uma Europa de Base nacional. O momento decisivo de ruptura parece ser, efectivamente, a Revolução Francesa.

Pode-se indicar como Carta de Direito Público da Europa, anterior ao Congresso de Viena, o Tratado de Vestefália ⁽⁷⁾, que pôs termo à Guerra dos Trinta Anos. Este Tratado, regulando diferenças confessionais e territoriais que estiveram na origem dessa guerra, contribuiu decisivamente para a ruína do Sacro Império Romano-Germânico e para o fim da hegemonia dos Habsburgos na Europa. É importante referir que este Tratado transformou a Alemanha num corpo dividido e inorgânico que começaria a ser reconstituído em 1815 (pela liberdade de consciência dada aos calvinistas; pelo estabelecimento de um princípio de igualdade entre católicos e protestantes; e pela autoridade suprema, em matéria religiosa, que conferia aos príncipes). A própria Austria deste período encontrava-se também numa situação de divisão possuindo a Boémia, a Hungria e a Alemanha, assembleias independentes. O mesmo se diga de Espanha onde era dada voz às nações através dos conselhos de Aragão, Catalunha, Navarra, Índia e Portugal.

Uma excepção neste clima de desunião seriam talvez os casos da Inglaterra e dos Países Baixos. A forte pujança da economia mercantil que originou uma forte e próspera burguesia, aliada às «facilidades» da Reforma e às peculiaridades de um dos mais antigos sistemas democráticos do mundo, fizeram destas duas situações um caso ímpar.

Em termos gerais podemos afirmar existir na Europa, antes de 1815, uma união entre «o trono e o altar», podendo por isso falar-se de uma Europa legitimista, confessional e aristocrática.

A Revolução Francesa, como já dissemos, vem quebrar este quadro, constituindo também uma Revolução para a teoria das Relações Internacionais. Ao lado da substituição do conceito de Nação pelo de Estado,

(7) Como refere Malet em «L'Histoire», o Congresso de Viena foi o mais importante Congresso que se reuniu desde o Congresso de Vestefália, *op. cit.*, p. 764, ss. Sobre o Congresso de Vestefália consultar especialmente Green, V. H. H., «Renascimento e Reforma», Publicações D. Quixote, p. 343, ss. Sobre a situação europeia depois do Tratado de Vestefália cf. Borges de Macedo, *op. cit.*, p. 177. Segundo este autor foi a partir do Tratado de Vestefália que a política externa de Portugal passou a ser «decisiva para o mar, mar contingente para a terra», *op. cit.*, p. 183.

assiste-se também à substituição do princípio da legitimidade monárquica pelo de soberania nacional, em que a força política passa a depender da representação eleitoral.

A Revolução Francesa, tendo como bases intelectuais a *teoria liberal* de condenação do absolutismo e o elogio da separação de poderes (v. g., entre outros, Locke, Voltaire e Montesquieu) e a teoria democrática (da soberania Una e Indivisível de Rousseau), viria a inaugurar uma época de *diplomacia agressiva, contestatária* e de *efeito expansivo*.

A expansão napoleónica pela Europa revelava-se um perigo para o sistema legitimista e um tampão para a Europa das pátrias.

É, pois, neste ambiente que o Congresso de Viena vai abrir (*). Por um lado, tornando-se num depositário de esperança num regulamento pacífico da Europa assente na legitimidade Monárquica; por outro lado, num momento de interrogação sobre qual seria a solução a dar às velhas aspirações nacionais. Como se iria verificar as duas questões estavam ligadas e condicionavam-se. Não poderiam ser resolvidas separadamente.

3. O CONGRESSO DE VIENA

O Congresso de Viena abriu em 1.10.1814, e fechou com a assinatura da sua acta final em 9 de Junho de 1815. Nele participaram sete estados soberanos: Austria, Prússia, Rússia, Inglaterra, Suécia, Portugal e Espanha.

O objectivo principal do Congresso, como já foi referido, era refazer a Carta da Europa depois da queda do Império Francês. Tratou-se, pois, de fazer uma regulamentação internacional do território Europeu. Desde logo se pode afirmar a ruptura com o momento anterior (de Diplomacia Agressiva, Revolucionária e Contestatária). Tratou-se efectivamente de um *processo pacífico* e de certa forma *conciliador* de regulação da vida internacional.

Por se tratar de um processo regulador, e não de ruptura revolucionária, conseguiu-se um mecansimo de conciliação ou, melhor, de adaptação, da visão que cada nação tinha de si, com a representação própria que também as outras possuíam (*). Neste sentido ter-se-á tratado de um compromisso

(*) O primeiro Tratado de Paris tinha regulado o destino de França. Restava regular o destino dos territórios libertados da dominação napoleónica. Para esse efeito se reuniu o Congresso de Viena.

(*) Cf. Henry Kissinger, na sua tese de doutoramento, «A Restauração de um mundo».

diplomático. Mas o Congresso de Viena não foi apenas isto. A verdade é que, como vários autores ⁽¹⁰⁾ ressaltam, ele funcionou como um directório onde as principais potências da época (Áustria/Prússia/Rússia e Inglaterra) ditaram as suas regras, exerceram as suas ambições, retalhando a Europa como quem divide os quinhões de uma herança. Ao analisar o Congresso de Viena e a sua obra é pois importante não esquecer estes dois aspectos: por um lado, avanço no modo de viver e construir as Relações Internacionais (substitui-se um sistema de relação de forças por um sistema contratual em que se tem em conta o interesse geral, pressupondo um processo pacífico e conciliador de resolução dos problemas); por outro lado sujeição do sistema de Relações Internacionais à conjuntura de forças que as potências no momento histórico apresentavam ⁽¹¹⁾.

Pode-se afirmar com convicção que o sucesso do Congresso de Viena ⁽¹²⁾ se ficou a dever a uma determinada visão da construção de um sistema de segurança. Sendo o vazio de Segurança uma das principais causas da instabilidade internacional, o Congresso preocupou-se com esta matéria. Privilegiou um sistema de *segurança relativa* em que, por paradoxo, é a insatisfação geral que é condição da instabilidade, a um sistema de *Segurança Absoluta*, que procura neutralizar o adversário utilizando como instrumento o direito de conquista. Segurança Absoluta que uma vez concretizada se traduz na Insegurança Absoluta dos adversários. Assim, com base no princípio da segurança relativa o Congresso preocupou-se em criar uma ordem estável ⁽¹³⁾. O Congresso preocupou-se também em estabelecer um sistema que traduzisse não apenas uma segurança face a terceiros Estados (segurança subjectiva) mas, também, um sistema que tivesse em conta as causas reais da insegurança ⁽¹⁴⁾.

O Congresso de Viena condicionou a exigência de segurança (e, como já se disse, há um limite para o descontentamento, traduzido no facto de

⁽¹⁰⁾ V. g., entre outros, Jacques Droz in «História Diplomática de 1648 a 1919», p. 275, ss.

⁽¹¹⁾ Como bem refere Raymond Aron e Renouvin cit. por Huntziger em «Introdução...», p. 118, «as relações entre os principais autores de um sistema são função das características do sistema».

⁽¹²⁾ Deve, de resto, afirmar-se que a nunca completa adesão aos princípios do Congresso ficou patente no «princípio da intervenção».

⁽¹³⁾ Não se esqueça o velho aforismo latino «si vis pacem para bellum» (se queres a paz prepara a guerra).

⁽¹⁴⁾ V. g. neste sentido o estabelecimento da «Comissão das Avaliações» (segurança objectiva). A Comissão das Avaliações tinha por objectivo fazer um levantamento das populações e territórios a «distribuir» pelo Congresso.

que cada potência não fique tão descontente que recuse o sistema) ao princípio de legitimidade ⁽¹⁵⁾. Este princípio ordenador pretendia abolir todas as consequências da ordem revolucionária, restaurando os tronos (as dinastias) e rectificando as fronteiras para a posição em que se encontraram antes da guerra (1792). Tal princípio viria a ser o principal responsável pela debilidade, ou relativa efemeridade, quer das conclusões, quer do sistema criado pelo Congresso. Com efeito tal princípio violentará de uma forma insanável a chamada «Europa das Pátrias» ou, dito de outra forma, o princípio das nacionalidades.

Tal princípio da legitimidade, ao lado de outras causas (v. g. a recusa de um projecto de hegemonia francesa sobre o continente), foi possivelmente um dos principais responsáveis pela derrota do projecto napoleónico (de resto a luta das pátrias ficou na história pela conhecida *Batalha de Leipzig*, mais tarde designada como Batalha das Nações ⁽¹⁶⁾). O sistema internacional proposto em Viena é, pois, um *sistema homogéneo*, ou seja, um sistema onde todos os estados possuem as mesmas concepções políticas ⁽¹⁷⁾.

A construção do sistema vienense pressupunha, na base dos considerandos atrás expostos, a concepção e a construção de uma forma de equilíbrio ⁽¹⁸⁾ na Europa. *Just Equilibrium* lhe chamaram alguns autores (seria, aliás, esta a linguagem utilizada por Castlereagh num ofício que envia para Liverpool (v. g. cit. em Webster, *op. cit.*). Se havia consenso, entre as potências, quanto ao princípio ordenador (a legitimidade Monárquica), o mesmo já não se pode afirmar quanto aos efeitos práticos em que esse equilíbrio ⁽¹⁹⁾ se iria reflectir,

⁽¹⁵⁾ Este princípio foi introduzido no Congresso pelo hábil diplomata que representava a França, o Príncipe de Talleyrand.

⁽¹⁶⁾ Neste sentido, Prof. Borges de Macedo in «História Diplomática Portuguesa — constâncias e linhas de força», p. 374, ss., IDN.

⁽¹⁷⁾ Quando o Congresso de Viena se iniciou foi usada como terminologia corrente a expressão «potências aliadas». Talleyrand desde logo se opôs à utilização dessa expressão, já que estando a França derrotada a Aliança devia ter-se como terminada; cf. Louis Madelin, «Talleyrand», p. 232, ss.

⁽¹⁸⁾ Conforme refere Jean Paul Bled na sua obra «François Joseph» a propósito deste último: «pour affronter cette crise il peut trouver dans l'héritage metternichienne les lignes de force d'une politique. Du vieux Chancelier il a appris que l'intérêt de l'Autriche comme le souci de l'équilibre Européen exigent le respect de l'intégrité de l'empire Ottoman; le laisser mettre en cause reviendrait à ouvrir les Balkans à la pénétration Russe et aboutirait à mettre, tôt ou tard, l'Autriche et la Russie face à face. Après l'affaire grecque, Metternich était parvenue à détourner la Russie de ce champ d'expansion», *op. cit.*, p. 211.

⁽¹⁹⁾ Tb. Franco Nogueira em «Um político confessa-se» fala em «determinado sistema de equilíbrio de uma certa Europa», *op. cit.* p. 222.

ou seja, os arranjos territoriais de que analisaremos alguns aspectos adiante. Voltando ao equilíbrio pode referir-se que tão importante é conseguir o *equilíbrio geral* como conseguir o *equilíbrio particular*. O primeiro, procurando afastar o conflito genérico, procura tornar aleatória a imposição de uma vontade de uma potência às restantes; o segundo, definindo as *relações históricas* entre certas potências, procura ser uma condição de cooperação. Pensamos que do trabalho de Viena é possível extrair qualquer uma destas premissas, ainda que haja variações de posições e de intensidade ao longo do tempo em que o Congresso trabalhou e consoante a potência analisada (veja-se o caso paradigmático da Rússia e da Inglaterra; a primeira mais preocupada com o equilíbrio particular, a segunda dando mais ênfase ao equilíbrio geral) ⁽²⁰⁾. Debruçando-nos apenas no *Just equilibrium* de Castle-reagh (da potência inglesa) verificamos que há um objectivo de fortalecer o centro da Europa, contra o Leste e o Oeste, pretendendo-se pois uma Prússia forte, capaz de ser um «travão» para a Rússia, desejando-se, em consequência desta estratégia, uma Polónia Independente. Verifica-se pois que a paz «legítima» pressupõe um certo *Balance of powers*.

Como não existe, contudo, consenso total quanto ao entendimento a fazer de tal conceito, surge a necessidade de negociar, de estabelecer compromissos, numa palavra, de praticar o velho jogo da diplomacia.

A análise da política externa de cada estado ao tempo do Congresso de Viena (é bom não esquecer que os fundamentos da política externa de cada Estado são os interesses nacionais definidos em termos de poder *interest defined as power*) ⁽²¹⁾ permite-nos analisar as características definidoras das várias diplomacias da época.

Assim podemos encontrar numa Rússia e numa Prússia uma *política externa* claramente *expansiva*, procurando-se obter o controlo de outras forças e áreas (v. g. o caso do Reino da Polónia e da Saxónia). Podemos, por outro lado, verificar um exemplo de prática de *política externa* de «*status quo*»

⁽²⁰⁾ A Grã-Bretanha partilhava com a Rússia o benefício da vitória mas temia a hegemonia continental russa. A Rússia era, pois, o maior inimigo da Grã-Bretanha, *op. cit.* Manique, p. 14.

A hegemonia continental russa era não só uma ameaça à sua segurança, como também uma restrição aos mercados europeus necessários ao escoamento dos seus produtos.

No Atlântico a Grã-Bretanha procurava refrear o expansionismo russo face ao Império Otomano.

⁽²¹⁾ Neste sentido Morgentau, representante da Escola Realista Americana, in Huntziger, *op. cit.* p. 60, ss. Kissinger é considerado como um discípulo.

no comportamento inglês, ao procurar obstar às ambições territoriais russas e prussianas.

Pode ainda fazer-se uma análise noutra perspectiva: o antes e o pós-Império Napoleónico. Neste enquadramento podemos referir que o Imperador praticou uma política expansiva que obrigou o Congresso de Viena a praticar uma política de *status quo*.

A análise do período em que decorreu o Congresso de Viena revela também que um *poder ofensivo* é gerador de conflitos.

Quaisquer que sejam os objectivos de uma *política ofensiva* (luta pelo solo, luta pelas populações ou luta pelas ideias como aconteceu nas guerras da Revolução Francesa) ⁽²²⁾, ela é sempre foco de instabilidade e de tentativa de contra-reacção (ou seja *políticas defensivas*).

Na origem de um poder ofensivo, nem sempre está apenas o «interesse nacional». As suas causas podem ter outros factores. Por exemplo, as guerras da França napoleónica são bem o exemplo de uma situação de política expansiva, em que as qualidades, os atributos e a personalidade do líder são um factor determinante. Outro exemplo será o interesse russo na Polónia, já que para além de interesses materiais evidentes não se pode esquecer o lado metafísico da questão, subordinado à mística postura do Czar Alexandre I ⁽²³⁾.

Importante lição a retirar do Congresso de Viena respeita ao tratamento dos vencidos. Com efeito é possível fasear o Congresso em dois momentos: antes e depois da admissão da França. De facto, no início, o Congresso apenas albergava a Europa vencedora de Napoleão.

A hábil diplomacia de Talleyrand permitiu a admissão da França ao Congresso de Viena. Tal admissão foi possível, antes de mais, pela invocação do princípio da legitimidade dinástica (já atrás referido). Com efeito, sendo Talleyrand representante de um Bourbon (Luís XVIII era irmão de Luís XVI), não se via motivo para não ser aceite no concerto das potências. Desde o início do Congresso que era uso utilizar a expressão potências aliadas. O representante diplomático francês opõe-se contra tal expressão

⁽²²⁾ *Op. cit.*, p. 61.

⁽²³⁾ Neste sentido, ou seja, atribuindo influências à personalidade do líder no desenlace da Vida Internacional v. g. P. Renouvin e R. Aron, *op. cit.* p. 301, ss.

(24). Havia de facto uma aliança contra Napoleão, mas não havia, nem devia haver, uma aliança contra o estado Francês. O mérito de Talleyrand, para além da oposição ao direito da conquista, do princípio da legitimidade, foi o de conseguir introduzir-se nas negociações, pondo-se ao lado dos pequenos estados (Polónia, Saxónia, Luxemburgo) opondo-se às ambições das grandes potências vencedoras e devoradoras (Áustria e Prússia) (25). Para tal conseguiu conquistar a confiança e apoio da Áustria e Inglaterra. O importante de tudo isto para o tema que nos ocupa é a conclusão de que a *estabilidade do sistema exigia a intervenção da França*.

Com efeito, ainda que vencida, a França era uma grande potência e como tal devia ser tratada (26).

O Congresso de Viena, ao dar um tratamento paritário à França, ao opor-se que esta ficasse com um estatuto de vencido e de humilhação, actuou neste ponto como *foco de paz* (27). De facto o encontro de condições de paz não pressupõe apenas uma ausência de guerra, pressupõe também que não deverá haver exclusão ou opressão desnecessária. Visando os acordos de Viena a construção de um sistema em paz, pode-se classificá-lo como de um *acordo funcional* (28) (neste sentido Kissinger, *op. cit.*).

Resta-nos repetir talvez a «força» mais débil do projecto de Viena de Áustria, ou seja o não respeito pelo princípio das nacionalidades. O interesse nacional ou as nacionalidades são, antes de mais, um dado

(24) Cf. notas (15) e (16). Com efeito, à época do Congresso, Napoleão encontrava-se desterrado na ilha de Elba. Daí a já referida estratégia de Talleyrand: «aliados contra quem? Não contra Napoleão, não contra a França, não seguramente contra o Rei de França, que é a garantia da duração da paz. Meus senhores, se ainda há potências aliadas, eu estou aqui a mais...», *op. cit.*, L. Madelin, p. 232, ss.

(25) Não se esqueça a Divisa da Casa de Áustria: A. E. I. O. U. (*Austriæ Est Imperare est Orbi Universe*). «Il appartient à l'Autriche de commander à tout l'univers». Além de que para entender a posição da Áustria é preciso dizer que «en se rapprochant de la France, elle avait espéré protéger ses possessions italiennes». *Op. cit.*, François Joseph, p. 217, ss.

(26) Não era possível encontrar um equilíbrio sem a França. A França era insubstituível. Inaceite como potência hegemónica não poderia também ser aceite com um estatuto de menoridade. Neste sentido Kaplan citado por Huntziger, *op. cit.* p. 120 «a conservação do número de actores nacionais é uma condição necessária para a estabilidade do sistema».

(27) V. g. Morton Kaplan citado por Huntziger que enumera, ao lado de outras regras, a reintegração dos vencidos, nas condições de equilíbrio do sistema, *op. cit.*, p. 120.

(28) A preocupação de não humilhar o vencido que esteve patente no Congresso de Viena, e que foi responsável pelo evitar do sentimento de *revanche*, não se verificou nas duas Grandes Guerras. Em especial não aconteceu com a paz de 1919.

sociológico (Huntziger) ⁽²⁹⁾. Este é um dado de facto, embora nem sempre seja um conceito aceite por todos os estados. No Congresso de Viena o princípio das nacionalidades provou simultaneamente a sua força e a sua fraqueza. O início da sua força porque, talvez pela primeira vez, nasceu aqui a sensibilidade para o melindre da substituição da «Europa das pátrias» pela «Europa das chancelarias».

A sua fraqueza ⁽³⁰⁾ porque não teve força suficiente para se inserir convenientemente no equilíbrio das potências. As nacionalidades foram integradas ou, melhor, absorvidas em esquemas políticos mais vastos e abrangedores. Terão nascido aqui as *questões Alemã, Austríaca ou Turca*, fruto da ausência de expressão política estadual das suas nações, no sistema de relações internacionais da época.

Não interessa aqui discutir se o nacionalismo é um fenómeno inconsciente (escola alemã) ou se é um «desejo expresso» (escola francesa) ⁽³¹⁾; interessa sim verificar que o Congresso de Viena foi profundamente anti-nacionalista ⁽³²⁾. Senão vejamos: a confederação germânica ficou com 39 estados (sob tutela do império germânico ficaram os Turcos, Gregos, Búlgaros, Albaneses e Romenos); sob a soberania da Áustria ficaram Austríacos, Alemães, Checos, Eslovacos, Polacos, Croatas, Sérvios, Húngaros, Romenos e Italianos; a Itália ficaria com 7 estados. Esta amálgama, em que latejavam as nacionalidades, leva a compreender com facilidade que a sujeição do princípio das nacionalidades ao princípio da legitimidade foi o rastilho da Europa de 1815 ⁽³³⁾. Contudo a «explosão» levaria décadas para operar. Praticamente até à Primeira Grande Guerra. O percurso não deixou, apesar disso, de ficar assinalado por inúmeros estilhaços mais ou menos localizados. A «primavera das nações» tinha de facto uma força intrínseca.

⁽²⁹⁾ *OP. cit.* Huntziger, p. 129, «o interesse nacional no sentido sociológico do termo é o facto geral e permanente dos estados quererem preservar a sua identidade no quadro das suas fronteiras, da sua população e do seu governo».

⁽³⁰⁾ Como atrás se referiu, nota ⁽¹¹⁾, sublinha-se que foi a nunca completa adesão aos princípios do Congresso de Viena que justificou o «princípio da intervenção».

⁽³¹⁾ Cf. Duroselle, «A Europa de 1815 aos nossos dias» *op. cit.*, p. 23, ss.

⁽³²⁾ Tb. neste sentido A. Manique, *op. cit.*, referindo que o mapa político estabelecido pelo Congresso de Viena não respeitou as diferenças políticas, religiosas e de costumes, ou, ainda, o então Conde de Palmela, «os ajustes que se fizeram não contentaram nem os governos nem os povos».

⁽³³⁾ Como é fácil de compreender, o princípio da nacionalidade opunha-se ao princípio da legitimidade, Manique, *op. cit.*, p. 22, ss.

ARRANJOS TERRITORIAIS ⁽³⁴⁾

3.1 — A QUESTÃO POLACA (E DA SAXÓNIA)

No Congresso de Viena, a Rússia reivindicou todo o antigo Ducado de Varsóvia. O desinteresse da Rússia pelos territórios franceses explica-se pela sua ambição a Leste. Este interesse aquisitivo, que revela pretensões expansionistas, contou desde logo com a oposição inglesa e austríaca. A Inglaterra opôs-se afirmando que a pretensão do Czar ameaçaria a segurança europeia (v. g. pela consequência da hegemonia continental), pondo em causa o seu equilíbrio. Para a Inglaterra, o equilíbrio pressupunha um forte Estado, no centro da Europa, contra as ameaças que viessem de Leste ou de Oeste. Isto não tinha outro significado senão o de uma luz verde ao fortalecimento da Prússia. A Áustria, por seu turno, também manifestava oposição, tendo feito, então, uma proposta à Prússia que permitisse romper a perigosa frente prusso-russiana ⁽³⁵⁾. A Áustria não se oporia a que a Saxónia fosse anexada pela Prússia, desde que a Prússia se opusesse ao projecto do Czar. A Saxónia seria o instrumento para se conseguir limitar as aspirações Russas. No fundo, a Áustria mais não pretendia evitar que à predominância francesa se substituisse a predominância Russa.

O confronto de posições entre, por um lado, a Rússia e a Prússia, e, por outro, a Áustria-Inglaterra permite afigurar, *neste caso específico*, que as primeiras pugnavam mais por uma política externa *expansiva*, enquanto que as segundas por uma política externa de *Status Quo*. Permite também afirmar que as primeiras se preocupavam mais com um *equilíbrio particular*, enquanto que as segundas davam mais atenção ao *equilíbrio geral*.

No seio desta Comissão, a Prússia viria a declarar jamais renunciar ao SAXE.

⁽³⁴⁾ Sobre este assunto confira, entre outros, Louis Madelin, *op. cit.*, p. 228, ss.; Webster, «The Congress of Viena 1814-1815», pp. 98-136, *op. cit.*, p. 228, ss.; B. de Savigny, «Mettérnich», pp. 236-257; e H. Kissinger «A Restauração de um Mundo», pp. 175-210.

⁽³⁵⁾ A Prússia seguia os passos da Rússia e da Áustria, por um lado devido à sua situação geográfica e por outro devido à afinidade de regimes (cf. Manique, *op. cit.*).

A ocupação do SAXE pela Prússia, seguida da proposta de dar ao Rei daquele estado a margem esquerda do Reno, acrescido do Luxemburgo, de Trêves e de Bona, foi também recusada pelos Ingleses. A oposição justificou-se, por um lado, na rejeição do reconhecimento das pretensões prussas sem ser com base num tratado e, por outro, na reclamação contra a ofensa da dignidade de um Estado, ocupado barbaramente. Os Ingleses referiram também que a constituição de uma pequena potência regional, nos moldes propostos pela Prússia, era susceptível de afectar o equilíbrio na zona já que esta ficaria à mercê das ambições francesas. Os Ingleses contrapropuseram ainda que a Prússia ficasse com a Renânia (margem esquerda do Reno) em troca do SAXE ⁽³⁶⁾. Perante a insistência da Prússia pelo SAXE, é criada a Comissão de Avaliações, que pesaria as populações que cada uma das potências iria receber.

No seio de todo este condicionalismo, a Prússia iria radicalizar, ainda mais, a sua posição ao ameaçar com a possibilidade de uma declaração de guerra. É neste contexto que vai surgir o célebre Tratado Secreto (de 3 de Janeiro) entre a Áustria, a Inglaterra e a França. Este Tratado pode-se qualificar como sendo um *tratado defensivo*, já que apenas prometia a guerra se a Prússia não desistisse dos seus intentos.

Finalmente, em 11 de Fevereiro, consegue-se chegar a um compromisso diplomático. Em contrapartida do acréscimo territorial russo no antigo Ducado de Varsóvia, agora erigido em reino, a Prússia iria receber dois terços do território da Saxónia, o Ducado de Posen (na Polónia) e o Ducado de Vestefália da Suécia e da Dinamarca.

A Áustria, por seu turno, receberia também uma pequena parte da Polónia (a Galícia e a Tarnopólia), exercendo as suas pretensões expansivas em Itália e, como se verá adiante, na reorganização da confederação germânica.

Quanto à Inglaterra, viu o seu território de Hanover (outrora ocupado pela França) elevado a reino e acrescido da Frísia de Leste. A Inglaterra desistiu de um maior aumento territorial, para permitir um aumento compensatório à Prússia (da perda dos seus territórios polacos), que lhe permitisse (à Prússia) desenvolver o já referido efeito de *Estado Central equilibrador* (face à possível hegemonia continental eslava).

⁽³⁶⁾ Com efeito, como diz Louis Madelin o SAXE «soldado aos territórios prussianos do Elba constituiria para esta um estado compacto para os Hohenzollern; o Reno, pelo contrário, alongá-los-ia», in Talleyrand, *op. cit.*, p. 24.

3.2 — A QUESTÃO ITALIANA

A grande vitória de Metternich, no Congresso de Viena, ocorreu em Itália.

Com efeito procurava-se, por um lado, compensações pelo abandono dos Países Baixos, e procurava-se, por outro lado, evitar o despertar dos nacionalismo que seria a ruína do Império Austro-Húngaro. Os interesses claramente expansionistas, como se vê, da Áustria nesta região foram encorajados pela Rússia que, como se disse, pretendia expandir-se pela Polónia. Ficou na história a célebre expressão de Metternich ⁽³⁷⁾ de que a Itália seria reduzida a uma simples *expressão geográfica*.

Uma das principais questões em Itália dizia respeito ao Reino de Nápoles, ocupado por Joaquim Murat (que era cunhado de Napoleão). A França, desde logo, reivindicou para si este território. Com efeito, sendo este Reino fruto da usurpação napoleónica, em nome do princípio da legitimidade deveria reverter aos Bourbons e, neste caso, a Luís XVIII seu legítimo herdeiro. Metternich teve, num primeiro momento, uma diplomacia dúbia quanto a esta questão. Com efeito, seguindo o princípio da legitimidade, pareceria óbvio que Murat devia ser banido. A conduta de Metternich, contraditória com aquele princípio, explica-se contudo porque a Áustria, na eventualidade de uma guerra com a Prússia-Rússia, poderia necessitar de um aliado que seria o Rei de Nápoles.

Depois dos efémeros Cem Dias de Napoleão, seria a *Áustria* a pôr fim ao reinado de Murat (perante a invasão de Roma e da Toscana por este). Apenas em 1816 os Bourbons seriam restaurados no seu trono de Nápoles. O mesmo aconteceria aos Estados pontifícios.

A corte de Viena adquiriu a Istria, a Dalmácia e Veneza, ficando com grande poder no Norte de Itália, directamente na Lombardia e indirectamente através do Grão-Ducado da Toscana, que foi atribuído ao Arquiduque Fernando da Áustria, e dos Ducados de Parma, Plasencia e Guastalla concedidos à Arquiduquesa austríaca Maria Luísa (mulher de Napoleão) com reversão por sua morte à Casa de Áustria. Praticamente, só os reinos da Sardenha e Génova eram os únicos estados que a Áustria não dominava. Ficava,

⁽³⁷⁾ *Op. cit.*, L. Madelin.

desta forma, preservada a vitória dos Habsburgos sobre os Bourbons, nos territórios de Itália.

3.3 — A QUESTÃO GERMÂNICA (A CONFEDERAÇÃO)

Fazendo uma análise mais recuada, verifica-se que o *Sacro-Império Romano-Germânico* havia outrora conseguido dar uma certa unidade à grande Alemanha, pelo estabelecimento de um elo de ligação entre os pequenos estados, os principados e as cidades.

Em substituição do Sacro-Império, Napoleão havia criado a *Confederação do Reno*. A derrota das campanhas napoleónicas levantava pois a questão de saber o que fazer no território Alemão. No espírito pairava ainda um pouco a ideia de que a impotência face ao expansionismo do Império Francês se ficaria a dever à desunião do território Alemão. Paralelamente o florescimento do movimento democrático pretendia que tal união deveria ser conquistada por instituições representativas ⁽²⁸⁾.

A Alemanha, em Viena, teria de resolver dois tipos de problemas: por um lado problemas territoriais. Tratava-se de reconstruir o *puzzle* geográfico do território (assim a *Áustria* e a *Prússia* reivindicavam províncias que lhes tinham sido tiradas, Hanovre era reivindicada por *Inglaterra* e a Baviera, o Wurtemberg e Bade queriam assegurar os seus tronos). Por outro lado teria também de resolver problemas jurídicos, quais fossem os de definir a natureza do laço que uniria os vários Estados, compatibilizando-o com a pretendida manutenção de soberania por parte dos mesmos Estados.

A Áustria, o principal interessado nesta questão, pretendia construir no centro da Europa uma massa política e institucionalmente neutra que pudesse ser obstáculo à França e à Rússia («Les 2 puissances dévorants»).

Em 10 de Junho de 1815 era assinado o acto constitutivo do *Deutscher Bund* (Confederação Germânica), assegurando a divisão da Alemanha em 34 reinos e principados e estabelecendo também uma Dieta Confederal em Francfort, que asseguraria a coesão dos territórios. Conferiu-se a presidência da Confederação ao imperador austríaco.

Os historiadores prussianos referem que Metternich, principal responsável pela obra da Confederação, teria querido reconstruir o «ancien régime».

(28) V. g. neste sentido Stein.

Pese embora os projectos hegemónicos de Metternich, a verdade é que talvez se possa afirmar ter sido ele o precursor da unidade Alemã. Tal fim seria atingido pela oposição da Áustria à preponderância da Prússia, na Alemanha do Norte, e da Baviera, no Sul. Este embrião de unidade terá permitido criar uma *comunidade defensiva*, ou melhor, uma barreira entre os Estados francês e russo.

4. ARRANJOS FINAIS ⁽³⁹⁾

Vejamos agora, em síntese, como se vieram a concretizar os arranjos territoriais, em virtude das disposições do Congresso:

1. *A Rússia* — obtém grande parte das províncias polacas da Rússia, assim como o Reino da Polónia. O Czar conservou ainda a Finlândia (que havia sido retirada à Suécia em 1809) e a Bessarábia (que havia sido retirada à Turquia em 1812).

2. *A Inglaterra* — é talvez a principal beneficiária das guerras da revolução e do Império. Fica com a ilha da Heligolândia (que havia sido retirada à Dinamarca em 1807) que, acrescida da ilha de Malta, das ilhas Ionianas e de Gibraltar a fizeram «Maîtrise de la Méditerranée». Conserva ainda duas Antilhas, a ilha de França (reconhecida pelo primeiro Tratado de Paris), uma Antilha Espanhola e conquista três territórios à Holanda: A Guiana, o Cabo e Ceilão.

3. *A Prússia* — abandona à Rússia a maior parte das possessões polacas. Em contrapartida adquire a Pomerânia Sueca, o Norte do Saxe, o Grão-Ducado de Berg e a Renânia.

4. *A Áustria* — renuncia às suas possessões na Alemanha, em 1789, e também à Bélgica. Adquire Veneza, que em conjunto com a Lombardia constitui o reino Lombardo-Veneziano.

5. *A Alemanha* — converte-se na Confederação Germânica que tem 34 Estados (contra 360 em 1789 e 82 em 1803), presidida, como já se disse atrás, pelo Imperador da Áustria. Não se constitui num Estado forte, mas numa *Association* «três lâche de souverains indépendants» ⁽⁴⁰⁾. Os Estados eclesiásticos são todos suprimidos, subsistindo apenas quatro vilas livres:

⁽³⁹⁾ Sobre esta problemática cf. em especial «L'Histoire», de Malet et Isaac, p. 769 ss.

⁽⁴⁰⁾ Cf. «L'Histoire», *op. cit.*, p. 764, ss.

Brême, Hamburgo, Lubeck e Francfort sur le Main. Os seus Estados mais importantes são: a Baviera, o Saxe e Wurtemberg.

6. *A Itália* — o seu número de Estados é reduzido de 10 para 8. Como já se disse, Veneza é anexada pela Áustria e Gênês pelo Reino da Sardenha. São restabelecidos os soberanos legítimos nos seguintes Estados: Nápoles, Roma, Florença e Turim. O Ducado de Parma é atribuído à ex-Imperatriz Maria Luísa.

7. *A Noruega* — a união entre a Noruega e a Dinamarca é destruída. A Noruega é constituída em Estado separado, com constituição própria, embora com o rei sueco como soberano.

8. *A Dinamarca* — em compensação pela perda referida anteriormente, recebe o seu soberano, a título pessoal, os ducados de Holstein e Lauenbourg.

9. *A Bélgica* — é anexada à Holanda, formando este conjunto os Países Baixos (é concebida visando ser um Estado-tampão face à França).

10. *A Suíça* — é constituída em confederação neutra e com 22 cantões.

5. O CONGRESSO DE VIENA E A ACTUALIDADE

Embora possa parecer à primeira vista despropositado, a verdade é que se afigura existir um paralelismo de conjunturas entre a Europa de 1815 e a Europa de 1992 ⁽⁴¹⁾. Senão vejamos: a Europa de 1815 tem de se confrontar com a queda do Império Napoleónico e a Europa actual confronta-se com a queda do Império Soviético ⁽⁴²⁾ e ⁽⁴³⁾. Similarmente, quer o

⁽⁴¹⁾ Ainda recentemente, num colóquio de encerramento da Presidência Portuguesa das CE's, cujo tema era «A vocação Universal da Europa», o Embaixador Franco Nogueira defendeu este paralelismo. Referindo-se às negociações da CSCE e interrogando-se sobre a sua natureza, negou tratar-se de «umas nações unidas da Europe». Em sua opinião estaríamos, antes, perante um novo Congresso de Viena, havendo reiteração dos princípios de equilíbrio e de intervenционismo da chamada «Diplomacia das Conferências».

⁽⁴²⁾ Refira-se que enquanto a URSS se desmoronou por causas internas, a Alemanha e o Japão encontram-se numa verdadeira situação de vencidos. O paralelismo não poderá esquecer a queda do Império Germânico e Nipónico.

⁽⁴³⁾ Coloca-se hoje a seguinte questão de Direito Internacional Público: face ao desaparecimento da URSS da cena internacional, aparece a Rússia a substituí-la sem que tenha havido uma emenda da carta (em particular do artigo 23.º em que a URSS é enumerada entre os membros do Conselho de Segurança). A Rússia juridicamente não é sucessora dos outros Estados. A disposição referida, parece-nos terá de ser alterada para que a Rússia possa ser membro permanente do Conselho de Segurança.

Império Soviético quer o Império de Napoleão praticavam políticas externas expansivas com pretensões de hegemonia.

Como reacção às políticas expansivas praticadas, temos, também, respostas ou contra-reações que atestam uma política externa de cariz defensivo. Assim, contra Napoleão, erigiu-se a aliança das nações, mais tarde designada *Santa Aliança* e posteriormente *Quádrupla Aliança*. Preocupados na contenção do expansionismo soviético surge em 1947 a *Aliança Atlântica*.

O Congresso de Viena, mexendo nas fronteiras da Europa ⁽⁴⁴⁾, abafou nacionalismos ⁽⁴⁵⁾ que viriam a explodir um pouco por toda a Europa ao longo do Séc. XIX. A situação pós-Primeira Guerra Mundial, em especial os tratados de 1919/20, fundando a paz sobre o direito dos povos disporem de si próprios afirmado pelos «14 pontos» do Presidente Wilson, inicialmente consagravam o completar da «l'Europe des nations», pelo desmembramento do Império Autro-Húngaro e Otomano e, também, pela independência dos países balcânicos, da Finlândia e da Polónia. Tais tratados não conseguiram, contudo, resolver a questão dos nacionalismos na Europa. É que, como bem refere George Duby («A. Historique», p. 92), as ambições nacionalistas tiveram de sofrer o embate «des ambitions contradictoires des grandes puissances». A prova de que as questões nacionais não ficaram resolvidas em 14-18 é a situação hoje existente na Europa Balcânica e em muitos Estados Bálticos da Rússia Branca.

Ontem como hoje a paz internacional pressupõe a integração dos vencidos ⁽⁴⁶⁾. A humilhação, a derrota, o estatuto de potência vencida, acarretam consequências tão nefastas em termos internacionais que a sua reabilitação não pode ser apenas um desejo, *tem de ser um imperativo da concórdia entre os povos*. Foi não só devido a este objectivo, mas também devido a ele, que a França foi admitida ao Congresso de Viena. Conforme refere André Mourois na sua «História Paralela dos EUA», p. 27), a Conferência de Paris e posteriormente o Tratado de Versalhes não prepararam as reconciliações necessárias. Se se queria evitar uma guerra de desforra era preciso, pelo menos, permitir à república alemã viver. Ora, neste Tratado ninguém enten-

⁽⁴⁴⁾ A questão da redefinição de fronteiras tem hoje particular acuidade (v. g. a Jugoslávia e a ex-URSS). Não se esqueça que a Alemanha comprometeu-se em Potsdam e em Yalta a manter as fronteiras cortadas.

⁽⁴⁵⁾ Como referiu o Embaixador Franco Nogueira na conferência citada: «quando um nacionalismo se deixa enfraquecer outro surge e engrandece».

⁽⁴⁶⁾ *Vae Victis* (Tito Lívio, V 48).

deu a impossibilidade, para a Alemanha, de pagar as indemnizações que exigiam dela (e também o perigo da fome geral nesse país). O Tratado, para além de prever a ruína da Alemanha e o seu desmembramento político, nada previa para restabelecer as finanças da França e da Itália, ambas endividadas. Citando Jacques Bainville, «o Tratado era demasiado brando para o que tinha de duro e demasiado duro para o que tinha de brando». Não se deve esquecer que a raiz da subida de Hitler ao poder radicou no «direito de *revanche*» contra a forma como a paz de 1914-18 foi organizada. Isto também foi assim nos acordos que puseram termo à II Grande Guerra, através da rendição política e incondicional da *Alemanha e do Japão* ⁽⁴⁷⁾. Rendição nestes termos causadora de um sentimento de hostilidade. Ontem como hoje o sistema tem um princípio legitimador que o caracteriza e que é o garante de um determinado convívio internacional. No Congresso de Viena tal princípio foi a *legitimidade Monárquica*; hoje é a unânime aceitação do valor da *democracia política* e da *lei do mercado* da economia capitalista.

Enfim, para concluir, ontem como hoje são ainda as grandes potências que ditam o direito a que deve obedecer a Carta Internacional (constata-se a formação de um directório internacional) ⁽⁴⁸⁾.

6. PORTUGAL E O CONGRESSO DE VIENA ⁽⁴⁹⁾

A participação de Portugal no Congresso de Viena tem sido disparmente analisada. Autores há que vêem tal participação como um sucesso diplomático, outros há que sublinham a posição enfraquecida do nosso país no encontro de Viena ⁽⁵⁰⁾. A doutrina divide-se ainda em atribuir a responsabilidade dos acordos conseguidos quer às qualidades dos diplomatas que

⁽⁴⁷⁾ Deve também dizer-se que enquanto a França se reintegrou pelo auxílio dos vencedores, a Alemanha e o Japão conseguiram-no por esforço próprio. A queda do Império Alemão e Japonês assiste-se hoje à construção de um novo império que é a União Europeia.

⁽⁴⁸⁾ No Conselho de Segurança da ONU há um directório internacional institucionalizado, tal como acontecia em Viena em 1815.

⁽⁴⁹⁾ Sobre esta matéria consultem-se as seguintes obras: «Portugal Militar» (Carlos Selva-gem); «Breve História Diplomática de Portugal» (Calvet de Magalhães); «História Diplomática de Portugal» (Soares Martinez); «Dicionário da História de Portugal» (Joel Serrão).

⁽⁵⁰⁾ Como bem refere A. Manique, *op. cit.*, «apesar do papel desempenhado nas guerras napoleónicas e dos prejuízos sofridos com as invasões, Portugal estava excluído das negociações».

compuseram a nossa delegação, quer à conjuntura europeia da época ⁽⁵¹⁾ e em particular de Portugal (não se esqueça que em política externa há sempre um *linkage* entre a política interna e internacional). À parte destas duas considerações, parece todavia incontestável que a posição de Portugal no Congresso de Viena ficou assinalada por dois factores: por um lado, o afastamento da Corte de Portugal no Brasil prejudicou a eficiência da diplomacia, nomeadamente a transmissão de instruções; por outro, Portugal foi tratado em Viena como uma potência de segunda ordem (não esqueçamos o montante indemnizatório que nos foi atribuído), encontrando dificuldades não só em impor os seus pontos de vista, como também em conseguir aliados para a defesa da sua causa. Apesar de todo este condicionalismo, a posição estratégica de Portugal na Europa fez com que, como refere o Professor Borges de Macedo, o desenho do equilíbrio Europeu tivesse de contar também com o Ocidente, adquirindo assim, já nesta época, alguma dimensão Atlântica ⁽⁵²⁾.

A principal questão que preocupava os orientadores da política externa de Portugal nesta época não era multilateral mas sim bilateral: dizia respeito à expulsão dos ingleses do território portugueses.

A par desta eram as seguintes as principais questões que afectavam os interesses de Portugal:

1. *Guiana Francesa* — Portugal, como *revanche* contra a ocupação napoleónica do Reino Unido, ocupara a Guiana Francesa.

O Tratado de Paris havia estabelecido a necessidade de retrocessão deste território à França. Conseguiu-se em Viena que a fronteira na América com a França ficasse definida pela linha do rio Oiapaque ⁽⁵³⁾.

2. *Tráfico de Escravos* — foi uma área ou um instrumento onde a hegemonia marítima inglesa tentou impôr-se ⁽⁵⁴⁾. Para lá do problema moral e religioso, a verdade é que as propostas de abolição da escravatura feitas pelos Ingleses tinham um verdadeiro objectivo material. A Revolução Indus-

⁽⁵¹⁾ Também neste sentido, Manique, *op. cit.*, sublinha que a evolução política portuguesa insere-se no contexto europeu, quer no que respeita às pressões e ingerências diplomáticas desenvolvidas, quer quanto às intervenções militares verificadas.

⁽⁵²⁾ Não esqueçamos que foi o próprio Metternich a chamar a atenção para a necessidade de se fazer uma distinção entre a paz marítima e a paz continental.

⁽⁵³⁾ Art.º 107.º da Acta Final de Viena.

⁽⁵⁴⁾ Os Ingleses acusam as autoridades portuguesas de prática escravagista. A sequência da controvérsia levou à revogação do Tratado de Comércio que Portugal possuía com a Inglaterra.

trial inglesa tinha, numa óptica económica, acentuado a importância do «Baixo» grande consumo. Ora as áreas de escravatura dificultavam a expansão deste grande consumo. De resto a importância de África não era ainda económica mas geopolítica, baseando-se quase exclusivamente na instituição esclavagista ⁽⁵⁵⁾.

Fruto deste condicionalismo as autoridades inglesas, em Viena, propuseram a abolição do tráfico. Abolição do tráfico e não da escravatura, já que a escravatura em si é um fenómeno de Direito Civil que, por consequência, caberá à soberania do Estado regular. A circulação, pelo contrário, é um fenómeno que cabe ao Direito Internacional disciplinar.

Prende-se directamente com esta questão a reivindicação, pelos Ingleses, do direito de vigilância e consequente direito de visita dos navios em alto mar a fim de fiscalizar o cumprimento da proibição decretada. Esta reivindicação não pode obviamente ser desligada da tentativa de aproximação pelos Ingleses do Atlântico Sul, e dos seus mercados ⁽⁵⁶⁾ e ⁽⁵⁷⁾.

3. *Questão de Olivença* — O território de Olivença fora ocupado pela Espanha em 1801 na sequência da «guerra das Laranjas». A guerra foi declarada em 27 de Fevereiro na sequência da ocupação por Bonaparte das funções de Primeiro-Cônsul. Foi então decretado um ultimato, que obrigava o Governo Português a abandonar a Aliança luso-britânica e a fechar os portos portugueses aos navios britânicos, abrindo-os aos navios franceses e espanhóis. A guerra iniciar-se-ia em Badajoz, com um corpo de tropas franco-espanhol, que, ao ocupar diversas praças do Alto Alentejo, anexou também Olivença.

⁽⁵⁵⁾ A mão-de-obra escrava era, como se compreende, muito necessária à economia brasileira.

⁽⁵⁶⁾ Portugal recebeu uma indemnização de 500 000 libras para satisfazer as reclamações apresentadas por proprietários de navios portugueses anexados pelos cruzadores britânicos. Conseguiram os nossos diplomatas em Viena que a esfera geográfica de abolição da escravatura fosse limitada à costa de África, ao Norte do Equador. Ficava assim assegurada a situação no Brasil. A Inglaterra tinha consciência de que apenas podia impor a limitação naquela zona, que aliás era a que por si tinha mais interesse estratégico já que contribuía para a ruína da economia norte-americana da época. Portugal subscreveu uma declaração anexa à acta final, na qual se refere ser o tráfico de negros «repugnante aos princípios da humanidade e da moral universal».

⁽⁵⁷⁾ Como é fácil de compreender a independência da América Latina era apoiada pela Grã-Bretanha, já que quer o Brasil quer as ex-colónias espanholas eram promissores mercados para as suas transacções comerciais. Daí que a Inglaterra tenha «boicotado» uma intervenção contra a subversão no Brasil e nas colónias espanholas, contra o desejo das potências absolutistas.

Quanto a esta questão os delegados de Portugal apenas conseguiram a inserção na Acta Final de uma disposição (artigo 105.º) pela qual as partes signatárias reconheceram os direitos platónicos de Portugal sobre Olivença e se obrigavam a «empregar» a conciliação e os seus esforços eficazes a fim de se efectuar a retrocessão dos territórios.

O delegado de Espanha, D. Pedro Labrador, recusou-se a assinar a acta final por não concordar com estas determinações. No entanto, como bem refere o Embaixador Calvet de Magalhães («Breve História Diplomática»), o Conde de Fernan Nuñez acedeu à acta final em 17 de Maio de 1817 em nome do rei de Espanha, o que implicava a aceitação do acto 105.º atrás mencionado.

É de referir que a França e a Inglaterra não deram mais apoio a Portugal porque esperavam vantagens de Espanha, sobretudo na América.

Em termos de balanço podemos referir, com o Prof. Borges de Macedo («História Diplomática Portuguesa...»), que o equilíbrio continental mais delicado e contestável dizia respeito a uma área da Europa onde a interferência de Portugal não poderia ser grande. No entanto, no que respeita a Olivença, podia-se ter deslocado a questão (aliás, meramente bilateral) para os seus efeitos em termos de equilíbrio europeu (multilateral).

Tudo teria consistido em dar à Espanha uma compensação territorial em Itália. Esta proposta, feita por Lord Castlereagh, nunca viria a ser eficazmente trabalhada pela diplomacia portuguesa.

Diga-se contudo, em abono da verdade, que as instruções recebidas do Rio de Janeiro não permitiam tal espaço de manobra político-diplomático, já que apenas relacionavam a restituição de Olivença com a retrocessão da Guiana à França.

7. CONCLUSÕES GERAIS

O Congresso de Viena é um momento fundamental para a teoria das relações internacionais. Ainda que não tendo havido uma limitação da soberania em proveito de uma organização supranacional, o Congresso foi um autêntico contrato colectivo visando o estabelecimento da paz geral. Tal natureza faz com que o Congresso de Viena assente numa *concepção pacífica das Relações Internacionais*.

Concepção que representa um nítido avanço face a épocas anteriores. Exclui-se o emprego da força e da violência, típicos das *brigandages* do século XVIII. Enfim, exprime-se e pratica-se uma nova concepção de Direito Público.

Tendo embora estes efeitos inovadores (em termos de teoria das Relações Internacionais), o Congresso de Viena é uma obra de transição entre dois mundos. O estabelecimento do equilíbrio, feito no respeito das conveniências dinásticas, permite ainda qualificá-lo como obra do antigo regime. O mesmo se diga a propósito do esquecimento das «forças morais» que a Revolução Francesa havia despertado. Seria apenas o Romantismo que iria ressuscitar tais forças profundas.

Ainda em termos de análise da obra vienense, é interessante verificar que já neste período se verifica o facto do Direito Público ser o instrumento e o direito dos fortes. Como se referiu, o Congresso funcionou como um directório no qual se exerceram as apetências das grandes potências da época. Tal circunstância atesta a dificuldade das chamadas potências de segunda ordem, como era Portugal (por circunstâncias intrínsecas e por ter eleito como porta-voz o seu aliado inglês e daí um condicionamento), em fazerem ouvir a sua voz e os seus interesses no concerto das nações. A Acta Final de Viena, ainda que tendo reintegrado a França derrotada, é uma Europa de pequenos e grandes estados, de forças com mais ou menos capacidade de imposição. Enfim, uma Europa onde se podem descortinar as fraquezas e prepotências inerentes à situação que os Estados ocupam no plano internacional. Numa palavra, é um cenário de luta pelo poder, fosse ele directa ou indirectamente exercido. Fosse ele conquistado pela aquisição territorial ou pela hábil distribuição do equilíbrio de forças.

Esta luta pelo poder, verificada na Europa de 1815, mostra-nos uma conjuntura que o Prof. Borges de Macedo qualificou como de «*Europa insuficiente*» ⁽⁵⁸⁾. Europa insuficiente, por dois motivos: por um lado, porque há incapacidade de uma única potência se tornar hegemónica em todo o Continente Europeu. Europa insuficiente, também, porque se sentia que a Europa não era já o único ponto da agenda internacional. Havia que contar com os «novos mundos».

⁽⁵⁸⁾ Borges de Macedo, *op. cit.*, p. 373, ss.

A evolução dos acontecimentos no ano de 1815 (fuga de Napoleão da ilha de Elba) levou à institucionalização, por proposta do Czar Alexandre I, da criação de uma liga europeia que deveria reagir contra a perturbação da tradicional ordem legitimista ⁽⁵⁹⁾. Tratava-se de uma aliança geral, susceptível, pois, de agir contra qualquer Estado ou território europeu. Como alguns autores têm notado, por detrás de um capricho místico do Czar a Santa Aliança permitia à Rússia fazer um contrapeso, contra a Inglaterra, com as restantes (parcas) nações marítimas europeias. Em estreito paralelismo com a Santa Aliança deve entender-se a criação da Quádrupla Aliança, proposta por Lord Castlereagh, e especialmente dirigida contra a França. A Quádrupla Aliança permite à Inglaterra opor à Rússia o contrapeso das potências continentais. Reafirma-se nestas duas alianças a já referida rivalidade de jogo entre a «baleia» e o «elefante». A confrontação entre os fins visados pela Santa Aliança e a Quádrupla Aliança permite, também, afirmar que a primeira preocupava-se com um sistema de equilíbrio (claro está, na sua própria visão de equilíbrio) genérico e a segunda, pelo contrário, preocupava-se com um sistema de equilíbrio particular.

Será no Congresso de Aix-la-Chapelle (1818) que será formada a *Quíntupla Aliança* pela admissão da França nesse sistema de segurança colectiva europeia. Sob proposta de Metternich irá surgir o «*Concerto Europeu*», também designado, na literatura especializada, por «l'Europe des Congrès» ⁽⁶⁰⁾.

Segundo a proposta do Príncipe Austríaco, os soberanos teriam não só de estar de acordo sobre certas matérias como também deviam concertar-se

⁽⁵⁹⁾ Parece talvez possível dividir o Congresso de Viena em duas fases distintas: A Europa dos Congressos (funcionou até 1823) e o Concerto Europeu (a partir daquela data). Até 1823 funcionam os congressos que são assembleias gerais das grandes potências com poder deliberativo. A partir de 1823 os congressos continuaram a reunir-se mas com funções meramente consultivas. É o momento em que a Inglaterra abandona a Santa Aliança e em que é formulada a doutrina Monroe. É a época da mundialização do Direito Internacional. Pela primeira vez uma potência não europeia opõe-se a uma política externa europeia. É também o momento da formação da União dos Estados Americanos sob a hegemonia da América do Norte. Quanto ao primeiro momento podem dar-se os seguintes exemplos: intervenção da Santa Aliança em Portugal e subsequente reacção da Inglaterra; o Congresso de Verona (1822) que repõe Fernando VII no trono de Espanha, depois da revolução de Cádiz; ajuda à Espanha aquando da revolta das colónias espanholas.

⁽⁶⁰⁾ A concertação das potências em conferências internacionais marcou uma evolução no sistema de Relações Internacionais. Deixa de haver apenas troca de notas diplomáticas (Manique, *op. cit.*).

em congressos a fim de poderem intervir nos estados vizinhos para estabelecer a ordem ameaçada. Formava-se, no fundo, um verdadeiro sistema de polícia internacional contra a revolução.

Os congressos de Troppau (1820), Laybach (1821) e Verona (1822) mais não foram do que uma explicitação prática daquele sistema, proclamando a «doutrina da intervenção» europeia, erigida agora em princípio de Direito Internacional Público.

Caso paradigmático daquela práxis, ao lado de outros exemplos, será a restauração do Rei Fernando VII em Espanha.

Mas a Europa dos Congressos não iria subsistir ao movimento Romântico ⁽⁶¹⁾. Um pouco por toda a parte a obra de Viena ia-se desfazendo ⁽⁶²⁾. Não cabe aqui analisar o circunstancialismo em que o *puzzle* internacional desenhado em Viena de Áustria se foi esboroando, mas apenas referir as suas causas. Tais causas profundas radicam, em última análise, numa construção de um sistema internacional baseado num precário equilíbrio. Precário porque falso, já que resultava do esquecimento dos povos da Europa ⁽⁶³⁾.

Fazer um balanço do Congresso de Viena não é tarefa fácil.

Como diz Charle Lange (*op. cit.*), temos de distinguir o ponto de vista do observador, que naturalmente condicionará as suas conclusões. Assim, uma perspectiva mais conservadora dirá que o Congresso de Viena foi o instrumento que possibilitou assegurar a paz na Europa durante algumas décadas ⁽⁶⁴⁾. Uma perspectiva mais liberal afirmará que o Congresso terá sido o preço que o estabelecimento da paz condicionou à liberdade dos povos e à independência das nações.

⁽⁶¹⁾ Como dizia Metternich, «o princípio que os monarcas devem opor a este plano de destruição universal é o da conservação de todas as coisas legalmente existentes», *op. cit.*, Manique. Efectivamente foi para cumprir este objectivo que a Santa Aliança foi criada.

⁽⁶²⁾ A Polónia viria a ser partilhada entre a Prússia, a Rússia e a Áustria. A Bélgica seria dada ao Rei da Holanda e as províncias italianas de Veneza e da Lombardia entregues ao Imperador Austríaco.

⁽⁶³⁾ Formação da Unidade Italiana e Alemã (1859-71).

⁽⁶⁴⁾ Cf. «Managing the peace: the national security interests of United States, 1759 to the present» Rostow, Eugene, Yale University Press. Segundo este autor, o modelo do Concerto Europeu, que funcionou entre 1815 e 1914, foi o período mais tranquilo da vida da sociedade internacional desde o Império Romano. Tal circunstância dependeu do *balance of power* levado a efeito pelos estados líderes na época. Reivindica agora o autor o mesmo papel, hoje para os EUA contra a cruzada pela democracia e direitos humanos na condução da política externa actual.

Ambas as asserções parecem conter alguma verdade. O «sistema» foi, de facto, a garantia de uma «paz precária» de quase um século. Tão importante como fazer estas afirmações será analisar as condições e as garantias do convívio internacional. Tal conjuntura, no Congresso de Viena, parece derivar de, pelo menos, dois factores interligados: conformação do princípio da legitimidade com um decorrente próprio *equilibrium* e tratamento não vexatório da potência vencida.

Por nós, diremos que o sistema de Viena foi o sistema do possível, no momento e nas circunstâncias históricas. Mais útil e realista do que adoptar uma ou outra das perspectivas referidas será dizer que Viena talvez tenha sido o «Canto do Cisne» de um Euro-sistema ou de um Euro-mundo ⁽⁶⁵⁾. Doravante a planetarização do sistema de Relações Internacionais não mais permitiria uma conjuntura de tão destacado isolamento da Europa na vida internacional.

Maldonado Correia

⁽⁶⁵⁾ Há ainda que considerar aqui a conferência de Berlim, da qual a Europa «partiu» para África.

BIBLIOGRAFIA

- «Breve História Diplomática» — Calvet de Magalhães, EA.
- «Dicionário de História de Portugal» — Joel Serrão, «Olivença».
- «Enciclopédia Luso-Brasileira» — «Congresso de Viena», «Olivença».
- «História de Portugal de Barcelos» — Damião Peres.
- «História Diplomática de Portugal» — Soares Martinez, Verbo Editora.
- «A Europa de 1815 aos nossos dias» — Jean Baptiste Duroselle, Nova Clío.
- «A Restauração de um mundo» — Henry Kissinger, Ed. O Século, 1975, ou a obra original «Le chemin de la paix», do mesmo autor.
- «The congress of Viena 1814-1815», Webster, Londres.
- «Talleyrand», Louis Madelin, Editorial Aster, Lisboa.
- «Metternich» — Guillaume de Bertier de Sauvigny, Feraud.
- «Atlas Historique» — Georges Duby, Larousse, 1987.
- «História da Europa», Duroselle, Publicações D. Quixote.
- «História da Civilização Ocidental» — Mcnull Burns.
- «História das Relações Internacionais» — Pierre Renouvin, Dif. Europeia do Livro.
- «Congresso de Viena» — Conde de Argeubergue, Paris, 1963.
- «História do Internacionalismo» — Charle Lange e August Schon, «Le congrès de Vienne — Tomo VII.
- «História Diplomática» — Louis Dollet, Presse Universitaire de Paris, 1948.
- «História Diplomática de 1618 a 1919», Paris, 1958, Jacques Droz.
- «Talleyrand y el Congreso de Viena», Revue Études Politiques — Políticos Vol. XVI.
- «Un genevois au Congrès de Vienne» — Revue de SC. Politique, Tomo XXXVII.
- «Le Congrès de Vienne» — «Journal des Economistes», ano 75.
- «Du Congrès de Vienne», Tomme premier, Seconde édition, Paris 1815 (cap. VI).
- «François Joseph» — Feraud.
- «L'Histoire» Malet et Isaac, Marabunt, cf. em especial cap. «les révolutions», pp. 764 a 774.
- «Um político confessa-se» — Franco Nogucira, Ed. Civilização, p. 222, ss.
- «Portugal Contemporâneo» — Oliveira Martins.
- «Tout empire périt — Théorie des relations Internationales», Duroselle, Armand Colin Ed.
- «Managing the peace: the national security interests of the USA, 1759 to the present», Rostow, Eugene, Yale University Press.
- «Blensings of a world held in balance», Lionel Barber. «Financial Times», 29/4/93.
- «História dos Estados Unidos» — André Maurois, EA.
- «Portugal e as potências Europeias» — António Pedro Manique, Livros Horizonte.

ESTUDOS SUPERIORES DE ESTRATÉGIA

Intervenção do autor, por ocasião da XII Jornada IDN-CESEDEN que teve lugar em Lisboa no período de 25 a 28 de Novembro de 1993, subordinada ao tema geral «Os Estudos Superiores de Segurança e Defesa».

Adriano Moreira

ESTUDOS SUPERIORES DE ESTRATÉGIA

1. A estratégia, esta arte do comandante em chefe que, na teoria da decisão, recebeu o conteúdo que se traduz na definição de um conjunto de planos que cobrem todas as contingências, defronta-se com uma situação em que os planos de emergência dominaram as intervenções exigidas por uma conjuntura que resiste ao esforço de identificação das variáveis e dificilmente consente a formulação de um conceito estratégico orientador do comando político ⁽¹⁾.

Talvez, por isso, tenha interesse considerar que os clássicos conceitos de objectivo e de risco eram formulados em relação a uma ordem conhecida, eventualmente desafiada por intervenções que alteravam os elementos do sistema, ou a sua relação, sem todavia modificarem os termos de referência e a estrutura global. Enquanto os princípios da legitimidade dinástica foram dominantes no espaço europeu, foi assim que se desenvolveram os conflitos entre soberanos, e até o conceito de balança de poderes, que dominou tão duradouramente a problemática internacional, apoiava a política de restaurar o equilíbrio, reinstalando os vencidos nessa função internacional.

A última guerra mundial, ao suscitar a nova definição de rendição incondicional, que passou a ser elemento essencial da estratégia dos aliados, alterou essencialmente o anterior conceito da balança de poderes, visto que rejeitou completamente a tradicional negociação final com o vencido sentado à mesa da conferência da paz.

A Alemanha, principal inimigo nesse conflito de 1939-1945, não existia juridicamente quando se tratou de redefinir a gestão daquele território e daquele povo. Não foi realmente um interlocutor, ao contrário do que ainda aconteceu no fim da guerra de 1914-1918.

A história, aqui na Europa, mas também no Pacífico em relação ao Japão, parece advertir no sentido de que o antigo conceito era mais realista,

⁽¹⁾ Thomas C. Schelling, *The strategy of conflict*, Cambridge, 1960.

porque ambos os vencidos de então são interlocutores principais neste inquieto fim de século.

Esta advertência, tão visível que faz uma chamada à prudência contra os voluntarismos, ajuda talvez a compreender a mudança de perspectivas nas áreas de interesse da estratégia, sobretudo naquilo que se refere à tradicional consideração prudente da função e uso do braço armado, e muito relevantemente da política dos armamentos. A vitória da Segunda Guerra Mundial, que marcou a evolução posterior dos exércitos para exércitos de laboratório, tornou evidente a função determinante do complexo militar-industrial, que se manteve dominante na estrutura de ambas as superpotências até ao fim da guerra fria. No capítulo VII do seu *The power elite*, Mills acusava o Pentágono de ser o maior dador de trabalho do mundo, o que de facto significava reconhecer uma específica atitude do Estado, claramente estrutural em relação ao conceito estratégico adoptado ⁽²⁾. Tem interesse verificar como esta percepção foi dominando a definição política, à qual a estratégia se subordina, ao mesmo tempo que a concepção académica se alterava progressivamente, mas não com a velocidade que a mudança atingiu na alteração da balança mundial de poderes, a ponto de o colapso do bipolarismo se ter consumado sem previsão de nenhum dos intervenientes.

2. O exame paralelo, e o confronto, entre a função e eficácia do complexo militar-industrial que inquietou o Presidente Eisenhower, e a progressiva mudança de perfil dos conflitos e dos meios utilizados, animou o exercício da interdisciplina e a redefinição do conceito operacional de ciências sociais, em termos de vir a absorver a estratégia.

Pelo que toca ao primeiro aspecto talvez devesse reconhecer-se a contribuição de Liddel Hart com o seu conceito de «aproximação indirecta», depois definida pelo General Beaufre como «estratégia indirecta». Na proposta deste último, «a estratégia indirecta é aquela que procura obter as vantagens essenciais da vitória com outros meios, e não com a vitória militar» ⁽³⁾.

Assim como não parece difícil reconhecer que, durante a guerra, a nova dimensão do aparelho militar, exigente no que respeita à mobilização de grandes massas de homens, e à integração de um pluralismo étnico, cultural

⁽²⁾ C. W. Mills, *The power elite*, Nova Iorque, 1956.

⁽³⁾ A. Beaufre, *Introduzione alla strate.* Bolonha, 1966; B. Liddell Hart, *Strategy. The indirect approach*, Londres, 1954.

e religioso sem precedentes, obrigou à convergência dos valores e das técnicas que estão na base da interdisciplina académica, também agora os factos faziam deslizar a estratégia para a situação de ciência integrada na teoria das relações internacionais. De facto, como nota Luigi Bonate, foi ultrapassado o conceito de Clausewitz, que situava a estratégia no ponto de articulação entre o momento pacífico e o momento violento da vida política. Em face de um arsenal onde as armas nucleares e termonucleares ameaçavam destruir a própria humanidade, foi imperativo investigar novos modelos de resposta, uma tarefa que pertence dominantemente às ciências sociais, e onde se distinguiram nomes como os de Aron, H. Kahn, H. Kissinger, Schelling, Rosenance Luttwack⁽⁴⁾.

Não é oportuno desenvolver aqui considerações sobre o desenvolvimento que o conceito de estratégia indirecta implicou no que respeita aos programas das ciências sociais, mas convém deixar alguma referência, designadamente em relação a Portugal. Por um lado é sintomático que aqui tenha sido numa escola militar, o Instituto Superior Naval de Guerra, que pela primeira vez se abordou sistematicamente, nos *curricula*, o tema geral das relações internacionais, que regi como professor, documentando a percepção de que a integração era necessária.

Mas foi também a compreensão, que vingou com dificuldades, de uma relação entre objectivos e meios, que implicou a transformação de uma escola de quadros, como era a Escola Superior Colonial portuguesa, num Instituto de Ciências Sociais e Políticas, pela década crucial de sessenta. A importância do conflito ideológico, a capacidade crescente de manipular as imagens dos Estados e dos seus agentes, a assumida autonomia da informação, a instrumentalização dos mitos raciais, a mobilização das crenças e das incompatibilidades religiosas, a barreira da incompreensão derivada da ignorância recíproca dos modelos culturais em confronto, tudo implicou que a antropologia, a linguística, a geografia humana, a sociologia, a ciência política, a história do presente, as relações internacionais, e assim por diante, encontrassem na intervenção do Estado, perplexo perante os desafios, um apoio para os avanços mais desinteressados da comunidade científica.

(4) Aron, *Paz e Guerra entre as Nações*, Brasília, 1979; H. Kahn, *Thermonuclear war*, Princeton, 1961; Kissinger, *Nuclear Weapons and foreign policy*, Nova Iorque, 1957; T. C. Shelling, *The strategy of conflict*, Cambridge, 1960; Luttwak, *A dictionary of Modern war*, Londres, 1971.

Voltaremos a este ponto para tentar explicar o avanço dos estudos estratégicos em Portugal, mas agora conviria regressar às matrizes que condicionam a evolução global.

3. Foram professores das ciências sociais que em primeiro lugar identificaram aquilo que Raymond Aron chamou *o paradoxo da era nuclear*, e que abordou repetidamente no seu magistério atlântico. A questão, que apenas por equívoco pareceu ultrapassada em 1989 com a queda do muro e o fim da guerra fria, todos se recordarão que foi enunciada nestes termos: por um lado os arsenais em crescimento contínuo, quantitativo e qualitativo, na convicção de que a sua existência era suficiente para dissuadir os adversários; por outro lado, a convicção expressa de que uma guerra atômica era excessivamente terrível para que pudesse ser desencadeada. Parecia aos analistas do paradoxo que não era crível dissuadir o adversário com ameaças que não se pudessem concretizar, uma perplexidade abonada pelas muitas dezenas de conflitos menores que entretanto se multiplicaram, pelo desafio vitorioso do fraco ao forte como demonstraram o Vietname e o Afeganistão, pela violência impune dos pequenos como exemplificou Cuba. E todavia, de acordo com a fórmula de 1977, do International Institute for Strategic Studies, de Londres, o poder atômico difundiu-se, numa proliferação horizontal, que o repartiu e transformou numa das grandes inquietações destes últimos anos do século. Ninguém parece decidido a adoptar o conceito que Waltz, o autorizado teórico das relações internacionais, no ambiente cinzento causado pelo sequestro dos diplomatas americanos em Teerão, propunha no sentido de que «more may be better».

Ao contrário, a dissolução do império soviético, tornando insegura qualquer cadeia de comando, traz para o primeiro plano as reivindicações da Ucrânia, que não se esquece de lembrar que nenhum país se desfez dos seus arsenais sem contrapartidas, inaugurando assim o exercício da independência com a entrada imediata na área que as superpotências, durante meio século de bipolarismo, pretendiam reservada a Estados responsáveis, ficando por definir este último qualificativo.

Por outro lado, no Pacífico que os EUA consideram o berço do futuro e o seu verdadeiro mar nacional, a Coreia do Norte é uma ameaça que já obrigou o Presidente Clinton a regressar à linguagem do reaganismo. E que também levou o Japão a deixar entender, sem equívocos, que considera a

hipótese de constituir o seu próprio arsenal atômico, porque não pode confiar numa Coreia unificada, não pode ignorar o protagonismo crescente da China, presente na competição mundial arvorando a nova estratégia do socialismo de mercado.

Tudo significa que não perderam actualidade as contribuições que, durante a guerra fria, foram dadas no sentido de integrar a estratégia no elenco das ciências sociais, de fazer apelo à interdisciplina, de colocar o seu objecto no patamar dos estudos mais avançados. Quando teóricos como Henry Kissinger (1957) e Herman Kahn (1961) destruíram os fundamentos da doutrina chamada *massive retaliation*, formulada por Foster Dulles em 1953, porque não era crível que os EUA decidissem aceitar destruir o seu próprio território para enfrentar os soviéticos num conflito em qualquer área não essencial, estavam todavia longe de prever a insegurança geral que viria a ser determinada pelo desaparecimento do inimigo em 1989. A importante distinção entre guerra limitada, com armas convencionais, e a guerra limitada, com armas nucleares, pode ver a sua consistência submetida à prova, com desenvolvimentos imprevisíveis.

4. A dissolução do império soviético, e a incerteza sobre o que pode ser a nova ordem internacional, da qual apenas sabemos que acabou a velha, aconselha a fazer uma avaliação do avanço que as ciências sociais podem ter neste domínio da polemologia e das relações internacionais, porque com esse património se terá de contar para ultrapassar esta fase perigosa de simples planos de contingência em que vivemos. Ao lado dos teóricos americanos já lembrados anotarei nomes como os de Paul Bastide, George Berlia, A. Amar, e Duroselle, cometendo, pela necessária brevidade, a injustiça de esquecer muitos (*). Mas a lembrança ocasional tem sobretudo que ver com a necessidade de reconhecer que os seus esforços, mal recompensados, tornam ainda mais evidente o atraso científico em que as novas circunstâncias mundiais nos encontram. Uma soviétologia pobre não apenas impediu quaisquer previsões atempadas como deixa as potências sobrantes perplexas perante o desencadear de nacionalismos, autonomias, racismos, reivindicações

(*) Paul Bastide, *Les grands problèmes politiques contemporains* (pol.), Paris, 1961-1962, Faculté de Droit; Georges Berlia, *Cours des Grands Problèmes politiques contemporains* (pol.), Paris, 1961-1962, Faculté de Droit; A. Amar, *Les grands courants de la pensée européenne*, Paris, J. E. P. (pol.), 1961-1962; Duroselle, *La décadence*, Paris, 1979.

territoriais, incompatibilidades culturais e religiosas, patrimónios históricos de queixas, violências incontrolláveis (*).

Todos recordarão como, perante o desastre, o pensamento dominante da superpotência sobranle tem sido marcado pelas meditações optimistas de Francis Fukuyama e pelas mais pessimistas de Paul Kennedy (†).

Quanto ao primeiro, parece sem fundamento pretender que o desaparecimento do inimigo, identificado durante dezenas de anos como o mal absoluto, significa a morte da ideologia alternativa e a subsistência de uma única proposta dos amanhãs que cantam, representada pelo ideal americano de vida: democracia política, direitos do homem respeitados, economia de mercado. Alguns acontecimentos da vida política interna da antiga área soviética, designadamente as eleições na Polónia, podem agora lembrar a humildade às ciências sociais, recordando-lhes que existem mais coisas no céu e na terra do que cabem nas nossas filosofias. O racionalismo abstracto, que presidiu à teoria dos jogos na estratégia e que inspirou a confiança ideológica nas leis do mercado, contribuiu para o fraco conhecimento das realidades sociais, culturais e políticas deste vasto mundo que entra na cena internacional, e pode inclinar perigosamente no sentido de impor modelos que não respondem às carências e expectativas dos novos parceiros.

Algumas inconsistências da administração Clinton dão por vezes a impressão de que no processo decisório tem um peso, não aceitável, essa visão do fim da história.

Por isso Paul Kennedy parece melhor leitor da conjuntura, quer nas meditações sobre a queda das grandes potências quer nas previsões sobre a maneira de entrar no século XXI. Quanto ao primeiro ensaio, é próximo da tese que encontra a origem da intervenção de Gorbachev na percepção que terá adoptado da necessidade de rever a logística do império. De igual modo, Kennedy encontra numa relação entre o objectivo americano do «domínio global» e os meios disponíveis a causa do declínio, um sentimento que inspira grande parte da pregação no sentido de que a América deve regressar a casa. Mas agora, responsabilizando definitivamente as ciências

(*) Jacques Rupnik, *L'autre Europe*, Paris, 1988; Vladimir Boukorvski, *URSS: de l'utopie au désastre*, Paris, 1990.

(†) Francis Fukuyama, *The end of history and last man*, Nova Iorque, 1992; Paul Kennedy, *The rise and fall of great powers*, Nova Iorque, 1981; Paul Kennedy, *Hacia el siglo XXI*, Madrid, 1993.

sociais, acompanha os analistas do globalismo, asseverando o seguinte: «ao fim e ao cabo, é evidente que em muitos países existe um interesse tão amplo como intenso de saber para onde se dirige o mundo em geral, o próprio país em particular. Os desafios tecnológicos, a emigração, o futuro da agricultura, a agressão ao ambiente, as consequências da globalização e o impacto de tudo isto sobre as políticas, as prioridades da defesa, incluindo os valores e a cultura, são tema de um profundo interesse desde a França ao Japão, desde o Kansas ao Cairo».

O globalismo, efeito das revoluções científica e tecnológica, dos mercados, da informação, dos teatros estratégicos, acrescenta ao fraco conhecimento das regiões e povos, que entram subitamente na vida internacional, a desactualização das definições clássicas e a caducidade dos conceitos estratégicos dos países e das suas organizações internacionais. O referido Kennedy recorda que, em 1930, *The Economist* dizia o seguinte no editorial: «a dificuldade suprema da nova geração... é que os novos êxitos no plano económico da vida deixaram atrasar o nosso progresso no plano político até ao ponto em que a economia e a política estão perfeitamente desfazadas». O globalismo não fez senão agravar esta situação em todas as áreas que antes foram mencionadas.

5. Quando caracterizamos a conjuntura talvez possamos, entre outros critérios, aceitar que da nova ordem apenas sabemos que acabou a antiga e que as intervenções mais significativas, designadamente no Iraque, na Somália ou palidamente na Jugoslávia, são do modelo plano de contingência, não são decorrentes de um conceito estratégico racionalizado. Por outro lado, recorrendo ao velho conceito operacional da balança de poderes, para surpreender qualquer linha de organização do globalismo que esteja em curso, talvez tenha de reconhecer-se que o conceito se transformou em plural: há uma balança militar, mas também uma balança de poder económico, uma balança de poder ideológico, e os poderes que entram em exercício são diferentes conforme os lugares, os povos e os conflitos.

Pretender definir uma estratégia sem integração na área das ciências sociais parece uma impossibilidade decorrente em primeira linha desse pluralismo das balanças e, depois, da interdependência dos vários poderes que antes não pareciam autonomizar-se dentro da capacidade suprema que dava pelo nome de soberania. Isto é assim em geral e muito particularmente

no que respeita aos pequenos países cujo estatuto é historicamente posto em causa sempre que se dão mudanças importantes na ordem internacional. Um primeiro acto de lucidez é que um Estado se reconheça com rigor na hierarquia das potências.

Por isso mesmo, a análise da função e poderes dos pequenos Estados, referida a esta confusa conjuntura de fim de século, é uma prioridade da investigação académica ao serviço da comunidade. Dos mestres contemporâneos foi talvez Aron quem melhor o compreendeu, introduzindo o estudo do fenómeno atómico, e da sua utilização na guerra, no programa das disciplinas que regeu. Mas a sua perspectiva era mais dominada pelo desafio da função das superpotências, e da posição relativa da França, do que pela questão crucial dos pequenos Estados. Todavia, se o clássico atributo da soberania está em mudança geral, o facto atinge mais intensamente os pequenos Estados, pelo que toda a problemática da sua função internacional necessita de revisão teórica, e também de revisão aplicada em relação a cada um deles. Gostaria de referir e acentuar alguma da evolução mais relacionada com a aproximação académica a este tema, que se tem verificado em Portugal. Em primeiro lugar, como já incidentalmente referi, a intervenção pioneira do Instituto Superior Naval de Guerra, onde primeiro foi introduzido o estudo disciplinar do tema das Relações Internacionais. O meu primeiro curso sobre esta matéria, publicado em 1970, reproduz as lições ali proferidas, um sector logo apropriado pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, onde criaram uma Licenciatura, um Mestrado de Relações Internacionais, e, finalmente, um Mestrado em Estratégia. Este último, iniciado em 1985, tem alimentado a publicação dos cadernos de Estratégia, dos quais saíram 6 volumes, com trabalhos de mestrandos, civis e militares, e com a regência a cargo de professores da Universidade (ISCSP) e de professores militares que foram equiparados formalmente aos primeiros. Mas deve ser dado especial destaque ao Instituto da Defesa Nacional, em que nos encontramos, resultado da iniciativa do General Luís da Câmara Pina, Chefe do Estado-Maior do Exército, e que mais tarde, depois do 25 de Abril, ainda seria Presidente da Academia das Ciências. A iniciativa concretizou-se quando o Estado Português se debatia com o problema colonial, que afectou toda a Europa da frente marítima que assumia os impérios, incluindo a Inglaterra, a França, a Bélgica e a Holanda, e que para Portugal se traduziu em catorze anos de guerra, iniciada em 1961.

Sugiro que a criação do Instituto, nessa data, se inscreveu numa tentativa, nem sempre claramente assumida ou declarada, de fazer evoluir as estruturas políticas para um modelo de Estado de Segurança Nacional. A referência estava na Escola Superior de Guerra no Brasil, e o doutrinador mais conhecido e influente foi o General Golbery da Costa e Silva, cujo ensino sobre a geopolítica brasileira foi proeminente, e cujas lições foram então divulgadas em Portugal.

O Estado de Segurança nacional caracterizou-se por transformar os instrumentos de domínio político, incluindo as Forças Armadas, numa força tarefa com o objectivo de modernizar, liberalizar, democratizar o Estado, sendo variável o grau de autenticidade com que o projecto foi proclamado. Independentemente da consistência que tal pensamento tenha por então conseguido, é certo que o Instituto evoluiu em termos de se transformar num dos observatórios mais atentos e autorizados da evolução da conjuntura mundial, da identificação das variáveis que dinamizam as mudanças, e do comportamento português no sistema global. Nesta data, adoptado um Conceito Estratégico Nacional de Defesa (Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/94) que aponta para uma concepção global na qual o braço armado é apenas um elemento dissuasor, e o acento tónico é posto no desenvolvimento das capacidades científicas, técnicas e económicas, e no reforço da identidade nacional, também parece de aceitar que a avaliação global do aparelho de investigação e do ensino precisa de incluir três vertentes: a área tradicional das universidades do Estado, com as várias instituições interligadas; a área do ensino privado e cooperativo, perigosamente deixada a uma segunda velocidade gravosa para todos os objectivos e interesses abrangidos pelo conceito estratégico; e o ensino e a investigação a cargo das instituições militares (Academias, Instituto Superior Naval de Guerra, dos Altos Estudos Militares, da Força Aérea e do Instituto da Defesa Nacional). Tudo porque a experiência já vivida, e recordada, da interdisciplina, a circulação que já se verifica entre os corpos docentes e discentes, a necessidade de potencializar recursos escassos, e finalmente o conceito operacional de defesa, academicamente assumido, não dispensam uma avaliação e dinamização integrada.

Adriano Moreira

IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DAS TELECOMUNICAÇÕES

Araújo Geraides

IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DAS TELECOMUNICAÇÕES

1. *UMA PERSPECTIVA GLOBAL*

No Mundo de amanhã a interacção Homem-ambiente terá um carácter, um ritmo e uma intensidade tais que obrigará à integração total da Política e da Estratégia. Complexos modelos de análise, dispondo de informação integrada em tempo real, apoiarão, com grande consistência, os processos de tomada de decisão de nível político e interagirão com o planeamento contingencial de nível estratégico.

O fenómeno da globalização que a História documenta como uma evolução natural, com tonalidades e acelerações variáveis, sofreu, de facto, nas três últimas décadas, um impulso tão significativo que se assiste a uma inversão tendencial do sentido das relações naturais. Procuram-se já, hoje, soluções que mais não são do que a resposta a uma não controlada repercussão instantânea dos fenómenos, cada vez menos dependente do local e das condições em que ocorrem.

Encontramo-nos, pois, perante uma intensa e irreversível contracção da componente temporal do espaço, origem de uma percepção de ampla contiguidade marcada pelo permanente risco da ressonância. É nesta perspectiva que a *circulação* (entendida como dinâmica das comunicações de transporte e de relação) avulta no cerne da actividade humana, mormente da evolução da organização política do espaço e da estruturação e operação das expressões de poder daí resultantes ⁽¹⁾.

As duas vertentes das comunicações (transporte e relação) fundem-se, hoje, como factor crítico do desenvolvimento em segurança e do bem-estar solidário, ou seja, dos fins últimos do Estado.

(1) Gerales, Araújo «A Circulação — Factor de Análise Política e Estratégica», *Nação e Defesa*, n.º 22, 1982.

As comunicações de transporte, em evolução lenta e contínua, mantêm a sua essencialidade na logística dos sistemas produtivos, comerciais e administrativos e na expressão da força em potência e em acto.

As comunicações de relação, em resultado de uma espectacular renovação tecnológica, tornaram-se de tal forma vitais que passaram a imperativas com impulsos normativos nas matrizes do comportamento e, como tal, com reflexos ímpares no conteúdo, na forma e no movimento da paisagem humana.

Nesta transmutação para a *era da circulação*, a Informação, porque empresta conteúdo consistente e oportuno à capacidade e veicula, objectivamente, a vontade — *cujo produto é revelador do poder* —, emerge como o gene que tudo determina e de quem tudo depende.

Nesta perspectiva, a manipulação da informação, isto é, a capacidade de utilizar em proveito próprio as tecnologias convergentes das Telecomunicações e da Informática para produção, guarda e distribuição da Informação, constitui, hoje em dia, uma condição de possibilidade e um instrumento vital da política e da estratégia de qualquer actor do sistema de relações internacionais.

No que diz respeito a Portugal, o seu específico particularismo geoestratégico sublinha as condições de País, excêntrico em relação à zona de poder nuclear da Europa, periférico na perspectiva das comunicações, fronteira da União Europeia (UE) territorialmente dispersa e aberta ao Oceano livre, espaço charneira e de passagem dos interesses Ibero-Afro-Norte-Americanos, berço de importantes ligações culturais e perspectivas de mercado na América do Sul e na África.

Estas condições devem ser conjugadas com os parâmetros da conjuntura internacional, onde avultam questões como a incerteza quanto à evolução político-económica da União Europeia, no seio da qual a Espanha aspira a ascender a potência de segunda ordem, a intensificação da intervenção a todos os azimutes das Nações Unidas, a procura de soluções que reintroduzam uma nova utilidade em Organizações Internacionais como a NATO, a CSCE e a embrionária UEO, o crescimento e espalhamento das actividades ilícitas e violentas do crime organizado, e os reflexos dos nacionalismos xenófobos e religiosos e dos desequilíbrios económicos que geram fluxos de imigração descontrolados que avassalam o espaço europeu.

Nesta época de mudança, torna-se particularmente crítico limitar as vulnerabilidades e reforçar as possibilidades para explorar, com oportunidade, as sinergias resultantes.

Para Portugal, a actual conjuntura recomenda a consideração das *comunicações de transporte e de relação* como de relevante importância estratégica, razão pela qual as Telecomunicações e as tecnologias associadas ao sector emergem como factor crítico do potencial estratégico do País.

2. UMA PERSPECTIVA DE DEFESA NACIONAL

A Defesa Nacional corresponde a um âmbito interdisciplinar da actividade política que se objectiva na concretização de um sistema de medidas de natureza política e estratégica, concebidas e dimensionadas para cobrir riscos e enfrentar ameaças que, directa ou indirectamente, impendam sobre a Segurança Nacional.

O modelo global de referência, ao sublinhar a razão pela qual as tecnologias da Informação constituem um poderoso e imprescindível instrumento da Política e da Estratégia dos Estados, impôs, também, as Telecomunicações com uma infra-estrutura crítica da Defesa Nacional.

Não admira, pois, que a Comunidade Europeia, na sua intenção estruturante de uma União Europeia, tenha vindo a desenvolver um notável esforço de consciencialização nos Países Membros quanto às transformações em curso no domínio das telecomunicações, enfatizando a necessidade de consolidar um forte e competitivo sector neste domínio.

O incremento da capacidade de aplicação do potencial estratégico, o aumento das condições de bem-estar e segurança dos cidadãos europeus, o posicionamento favorável entre os detentores das tecnologias de ponta, o concurso de vanguarda para a inovação e os benefícios decorrentes de um reforço da cota que hoje detém no mercado mundial das telecomunicações constituem, certamente, objectivos a atingir a prazo pela União Europeia.

Portugal segue, naturalmente, as recomendações, decisões, resoluções e directivas emanadas da União, sem prejuízo, porém, da adopção de posições próprias nesta matéria.

Assim, em consonância com grandes orientações comunitárias, nomeadamente quanto à abertura do mercado à concorrência, ao livre acesso à rede dos prestadores de serviços não nacionais e à separação das funções de regulamentação e de exploração, a Política Nacional neste sector expressa, nos normativos que o regem, as linhas reguladoras das responsabilidades do Estado nos âmbitos dos bens de domínio público e privado, nas formas jurídicas e nos limites de concessões de serviços públicos e nas obrigações daqui decorrentes.

As políticas Comunitária e Nacional, no domínio em apreço, apontam para duas ilações:

- a relevância estruturante atribuída pela Comunidade às Telecomunicações e a sensibilidade inerente à fragilidade das plataformas de convergência de interesses políticos e económicos no sector;
- a relevância social e estratégica reconhecida ao sector pelas instituições responsáveis pela Política Nacional, nomeadamente quando classificam as infra-estruturas que integram a rede básica de telecomunicações como bens de domínio público do Estado, o qual se assume como garante da existência de um serviço público de telecomunicações que assegure a comunicação dos cidadãos e das actividades económicas e sociais no conjunto do Território Nacional e as ligações com o exterior.

O conteúdo destas ilações tem contudo que ser analisado numa perspectiva abrangente, isto porque a velocidade com que circulam a informação, o capital e a inovação, dá origem a uma interacção, em sistema aberto, da economia, da ciência e da tecnologia. Resulta daqui que o contributo deste sistema para a Defesa e Segurança seja fortemente afectado pelas condições estratégicas no interior do sistema e na relação com o que lhe é exterior.

Esta a razão pela qual, no plano político, o sector da indústria electrónica em geral e, em particular, o de produção de equipamentos de Telecomunicações tem merecido uma particular atenção dos ministérios competentes.

A política sectorial para a indústria aponta para um esforço de adaptação, através da produção de tecnologias avançadas, ajustadas à modernização e reconversão da base industrial, em áreas como automação,

robótica, *laser*, microelectrónica, optoelectrónica, materiais compostos, biotecnologia, informação, energia, espaço e oceano.

Ainda no plano político, apesar de ser provável, no quadro da União Europeia, vir a verificar-se um enfraquecimento da indústria nacional de telecomunicações em benefício de grupos multinacionais detentores de vantagens competitivas (como a capacidade de inovação autónoma), a Política de Defesa Nacional prevê a reestruturação da indústria de defesa existente e o estímulo ao aumento da participação da indústria nacional nos fornecimentos para a Defesa (com realce para os produtores de equipamentos de telecomunicações). Este objectivo poderá ser atingido através de medidas estruturantes e da viabilização, no quadro das LPM, de contratos-programa e projectos, envolvendo as Forças Armadas e a Indústria.

No plano da Estratégia de Defesa Nacional a economia das soluções aconselha, e a escassez de recursos impõe, neste âmbito das tecnologias da Informação, uma ajustada aferição da extensão e dos patamares da suficiência relativa. Entroncam, aqui, as questões relativas à autonomia e à fiabilidade em matéria de Telecomunicações, intimamente ligadas ao conteúdo eminentemente estratégico da Investigação e Desenvolvimento na área da Defesa. No sector das Telecomunicações, o potencial tecnológico nacional disponível aponta para a possibilidade de alguma investigação aplicada e, com vantagem comparativa, para o desenvolvimento experimental. Estas actividades são objectiváveis em faixas estreitas de inovação acrescentada, interessante nas perspectivas, quer da produção com vantagens competitivas em nichos dos mercados nacional e internacional, quer da incorporação em iniciativas mais vastas de co-produção internacional nos âmbitos da NATO e das organizações europeias.

A potenciação da qualidade dos recursos humanos é sem dúvida crítica para qualquer pequeno país com escassos recursos naturais — no caso de Portugal tem, pois, significado estratégico a fixação, em Território Nacional, da capacidade de Investigação e Desenvolvimento e de mão-de-obra qualificada (um dos atributos do Diamante de Michael Porter).

Se o paradigma para a mudança passa por um desenvolvimento baseado em condições de procura, características de um mercado interno qualificado e exigente (outro dos atributos do Diamante de Michael Porter) que incentive respostas inovadoras, em antecipação, mesmo, às tendências de mercado, no domínio das Telecomunicações, só a posse de «Know How»

e de fontes de «software», alcançáveis através da cooperação, em ambiente de mútua vantagem, entre a Indústria Nacional, os Operadores e a Universidade, facultará o adequado ajuste da oferta, condição de funcionamento em equilíbrio de mercado.

Ainda que, numa perspectiva reducionista, a inovação acrescentada no Portugal de hoje mitigue, somente numa escala reduzida, a dependência externa, ela contribuirá, significativamente, para otimizar a inovação dependente e para um suficiente contacto com tecnologias de ponta, premissas imprescindíveis do acesso a sistemas complexos de Comunicação Global, do assegurar da sua logística e do nível de competência implícito na economia das decisões relativas à aquisição de equipamentos nos mercados interno e externo — *só compra bem quem sabe o que quer e conhece o que pode comprar.*

3. UMA PERSPECTIVA MILITAR

A Estratégia Militar, como instrumento de uma Estratégia Total definidora, consiste no desenvolvimento das actividades de concepção e execução nos âmbitos genético, estrutural e operacional, tendo em vista a utilização do potencial militar na prossecução de objectivos estratégicos fixados pelo escalão político.

Deduz-se daqui a necessidade de uma íntima ligação entre os responsáveis pelas decisões políticas em matéria de Defesa e as estruturas superiores de Comando das Forças Armadas e de cada um dos Ramos que as compõem.

Nas Forças Armadas no seu conjunto e em cada um dos Ramos, em cada nível e ao longo dos vários escalões, o exercício do Comando e a supervisão e a coordenação funcionais obrigam a fluxos permanentes de Informação, suporte da actividade rolante de análise das situações de planeamento, de decisão, de difusão de ordens e de conduta.

São, pois, os sistemas de telecomunicações (transmissões/comunicações) os instrumentos fundamentais que, em tempo de paz, contribuem para o aprontamento integrado da Força e que, em tempo de guerra, permitem introduzir uma lógica no campo de batalha.

A evolução tecnológica que revelou e impôs a Informação e, com ela, enfatizou as telecomunicações é sintetizável, na perspectiva militar,

numa possibilidade de acompanhar em tempo quase real, através da voz, dos dados e da imagem, a evolução no campo de batalha, ou seja, tende a permitir um permanente e oportuno exercício de simulação sobre uma realidade em movimento, envolvendo, em simultâneo, sistemas C3, sistemas de armas e sistemas de vigilância, entre outros, origem de uma autêntica revolução nas mentalidades e nos processos de trabalho.

É nesta perspectiva que foi enquadrada a definição e implementação do Sistema Integrado de Comunicações Militares (SICOM), com o qual se pretende dotar as Forças Armadas de uma infra-estrutura de telecomunicações tecnologicamente avançada, adequada às necessidades militares, nomeadamente nos âmbitos da segurança e da sobrevivência, a qual tenderá para as características de Redes Digitais com Integração de Serviços (RIDIS), com normas e recomendações internacionais militares e civis (NATO, CCITT, ISO, entre outras).

Este sistema integrará as redes base dos Sistemas Permanentes já existentes nos três Ramos, nomeadamente a do Exército «Sistema Integrado de Telecomunicações do Exército Português (SITEP)», uma infra-estrutura de telecomunicações, com significado, implantada no Território e em modernização permanente há já muitos anos. Para além do tráfego dos Ramos o SICOM estará dimensionado para veicular serviço da GNR e de Forças Policiais, de países aliados e, eventualmente, de órgãos responsáveis pelo poder político. A rede infra-estrutural do SICOM apoiar-se-á, ainda, na capacidade dos operadores públicos, quer para assegurar alguns eixos alternativos em fibras ópticas, quer nas ligações por satélite e por cabo submarino às Regiões Autónomas.

Verifica-se, assim, o imperativo da interoperabilidade com redes civis nacionais e de outros países e com os sistemas NATO, isto para além de assegurar «gateways» para as redes tácticas ou outras dos Ramos.

Naturalmente que, como este sistema assenta sobre uma infra-estrutura implantada no Território Nacional, a interacção mais intensa dar-se-á necessariamente com o SITEP do Exército que cobre já, em diversos estádios de desenvolvimento, o Continente e algumas ilhas das Regiões Autónomas. O Exército, por sua vez, já dispõe, também, de sistemas de campanha para o apoio da Componente Terrestre do Sistema de Forças Nacional, de que é exemplo o Batalhão de Transmissões n.º 4 que apoia

a Força da ONUMOZ que actua dispersa no extenso território de Moçambique.

A importância estratégica das Telecomunicações Militares não carece, portanto, de justificação, o que, aliás, é comprovado pelo investimento significativo, nesta área, contemplado pela 2.^a LPM.

Vejamos agora se, por virtude da missão atribuída às Forças Armadas e da forma como as Forças Armadas têm, no domínio das Telecomunicações, aplicado os recursos postos à sua disposição, decorre algum valor estratégico para as Telecomunicações civis.

No domínio das Telecomunicações e do «software» informático, a co-operação entre as Forças Armadas, a Indústria Nacional, a Universidade e os Institutos de Investigação é já vasta e com resultados bem conseguidos na produção de equipamentos com soluções à medida das necessidades específicas das Forças Armadas.

No âmbito do desenvolvimento experimental com inovação acrescentada são exemplos conseguidos: o projecto SINCOMAR da Marinha Portuguesa, o Nodos de Comunicações do Projecto SITEP, o material que equipa o Batalhão de Transmissões n.º 4 da ONUMOZ (Emissores-Receptores de VHF e de HF, Centrais Telefónicas de Campanha, «Shelters» e Telefones de Campanha), sistema de intercomunicação para carros de combate e viaturas blindadas de transporte de pessoal, os sistemas de informação, de comando e controlo da Marinha de Guerra Portuguesa e o Projecto STAR da Força Aérea Portuguesa, entre outros.

O relacionamento, a troca de experiências e o apoio mútuo entre os operadores públicos de telecomunicações e as Telecomunicações Militares do Exército é também vasto, diversificado e profíquo, passando-se certamente o mesmo com o Estado-Maior-General das Forças Armadas e os outros Ramos das Forças Armadas — esta relação pode tornar-se particularmente importante em situações de excepção.

Verifica-se, assim, que, numa perspectiva Nacional, as missões atribuídas às Forças Armadas acrescentam o conteúdo estratégico do sector civil das Telecomunicações em todo o vasto leque que cobre as áreas da regulamentação, da prestação de serviços pelos Operadores e pela Indústria Nacional de produção de equipamentos e da colaboração da Universidade e dos Institutos de Investigação que se dedicam a actividades de I&D ligadas às tecnologias da Informação.

4. CONCLUSÃO

Afigura-se, assim, que a importância estratégica das Telecomunicações poderá ser aferida por oito questões fundamentais:

- O peso crítico das tecnologias da Informação em constante mutação, de que as Telecomunicações são um instrumento complexo e fundamental, indispensável aos mais altos níveis da decisão política e estratégica — Sistemas Integrados de Informação e Gestão (SIIG), no âmbito militar, sistemas C4I (Comando, Controlo, Comunicações, Computadores e Informação), SICC (Sistemas de Informações e Comando e Controlo) e os MHS (Messages Handling Systems) — de que são exemplo, entre nós, a Estação Transmissora Automática de Retransmissão de Mensagens (ETARM), na Marinha, Central de Comutação Telegráfica (BEELINE), no Exército, e o Sistema Telegráfico Automático de Retransmissão (STAR) na Força Aérea;
- A dependência dos Sistemas Integrados de Telecomunicações dos suportes físicos «hardware» (HW) e aplicativos «software» (SW), o que recomenda uma capacidade de actuação não dependente que, através de novas «releases» (SW), dê resposta à evolução dos equipamentos e às exigências internacionais, e, através da actualização ou adaptação de HW, utrapasse a evolução de SW e, ou, as descontinuidades dos mercados de componentes;
- A necessidade de interoperabilidade, fiabilidade e a manutabilidade dos Sistemas de Telecomunicações que não só projecta as soluções para o plano das relações bilaterais e multilaterais mas também exige o domínio de tecnologias de ponta, sem o que se geram vulnerabilidades e riscos em sistemas abertos e não se atingem os padrões de qualidade exigidos internacionalmente, com sérias limitações no potencial logístico, nomeadamente, em capacidade de manutenção e de opção nas aquisições no mercado nacional e internacional;
- Os sistemas complexos e avançados, associados à capacidade de intervenção sobre as tecnologias que utilizam e à capacidade de produção de componentes, propiciam vantagens em situações de excepção (catástrofes, crises ou guerra);

- A imagem do País percebida, com reflexos positivos na credibilidade e no prestígio, é facilmente potenciada através do domínio de tecnologias de ponta associadas às Telecomunicações, da utilização e produção de equipamentos modernos e da participação activa no «state of the Art»;
- O nível de conhecimento tecnológico já atingido no domínio das Telecomunicações permite ao País a participação em projectos de I&D e de co-produção de âmbito internacional, com vantagens futuras de custo-eficácia para a evolução dos sistemas instalados e para o reforço das possibilidades de cooperação com os países em desenvolvimento;
- O potencial tecnológico e a capacidade de produção de equipamentos e componentes de telecomunicações faculta alguma capacidade de projecção de forças militares, nomeadamente em acções de paz conduzidas pelas Organizações Internacionais e Alianças, como foi o caso de Angola e, agora, de Moçambique;
- A configuração (dispersão do território e características do espaço interterritorial), a posição (fronteira da UEO, abertura ao oceano livre e espaço periférico de sobreposição de interesses) e a diáspora pelo Mundo aconselham a utilizar o sector das Telecomunicações como vector estruturante das potencialidades do País e instrumento limitador de vulnerabilidades no domínio da circulação da Informação.

Araújo Geraldês

CULTURA E IGREJA NOS AÇORES

O presente artigo foi elaborado a pedido da Diocese de Angra e Ilhas dos Açores, e proposto pelo autor para publicação na revista «Nação e Defesa».

Manuel Fidalgo

CULTURA E IGREJA NOS AÇORES

INTRODUÇÃO

1. Como observação preliminar da abordagem da influência da Igreja, do ponto de vista diacrónico, na cultura portuguesa e, com maior incidência, na cultura açoriana, referimos que a palavra cultura é entendida no sentido antropológico e sociológico do conceito e que por Igreja entendemos a Igreja Católica Romana, a única com influência estrutural na dita cultura.

Explicitando melhor entendemos por cultura a «herança social», como referiu Ralph Linton ⁽¹⁾, o «conjunto das tradições sociais», como Robert Lowie ⁽²⁾, ou a «parte do ambiente feito pelo homem», como anotou outro antropólogo. Todos os estudiosos das duas ciências estão mais ou menos de acordo, muito embora ainda não tenham fixado o conceito. Daí que mais de centena e meia tenham sido elaborados até meados do século actual, havendo mesmo livros (e artigos), mais ou menos recentes, que se dedicam, exclusivamente, a analisar a definição.

A situação académica não invalida, no entanto, a conclusão de que se está a tratar de um assunto não coincidente com o significado popular ou mesmo do que outras áreas do saber entendem por cultura.

A cultura é, na sua quase totalidade, aprendida, sendo, assim, o homem um portador e transmissor de cultura e, em muito pequeno grau, um produtor de cultura.

É, assim, o resultado de muitos milhares de dádivas de povos conhecidos e desconhecidos, muitos dos quais já desapareceram.

A civilização ocidental, conjunto de culturas europeias em permanente formação e reformulação (incluindo nos EUA e Canadá), é o melhor exemplo de quanto devemos, nós ocidentais, a povos obscuros ou obscurecidos. Nada

(1) LINTON, RALPH, *«The Study of Man»*, New York, 1936.

(2) LOWIE, ROBERT, *«An Introduction to Cultural Anthropology»*, New York, 1947.

melhor que recordar a célebre passagem de Ralph Linton aos seus concidadãos norte-americanos sobre um dia da sua (deles) vida:

«O nosso mais típico cidadão americano acorda numa cama feita segundo um modelo do Próximo Oriente, modificado no Norte da Europa e daqui transmitido à América.

Afasta de cima de si os lençóis, feitos de algodão domesticado na Índia, de linho, domesticado no Próximo Oriente, ou de seda, cujo uso foi descoberto na China, e os cobertores de lã de ovelha, domesticada no Próximo Oriente.

Todos estes materiais foram fiados e tecidos por processos inventados no Próximo Oriente.

Levanta-se e calça as sandálias, inventadas pelos ameríndios do Leste americano, e vai à casa de banho, onde está um conjunto de invenções europeias e americanas dos tempos actuais. Tira o pijama, traje inventado na Índia, e lava-se com sabão inventado pelos antigos Gauleses. Depois barbeia-se, rito masoquista originário da Suméria.

Volta ao quarto dia e tira as roupas de cima da cadeira, inventada no Sul da Europa. Veste as roupas cuja forma original proveio do vestuário dos nómadas das estepes asiáticas e calça os sapatos, feitos de peles curtidas por um processo inventado no antigo Egipto e talhado segundo um molde originário das civilizações do Mediterrâneo e põe a gravata, reminiscência dos xailes usados pelos croatas do século XVII.

Antes de sair para tomar café olha pela janela, feita de vidro inventado no Egipto, e, se está chovendo, calça botas de borracha (em vez de sapatos), descoberta pelos ameríndios da América Central, e agarra no guarda-chuva, inventado no Sueste da Ásia. Na cabeça pode pôr um chapéu de feltro, material inventado nas estepes asiáticas.

A caminho do café pára para comprar o jornal, pagando-o com moedas, invenção da antiga Lídia.

No café (restaurante) encontra toda uma série de elementos novos. O prato é de cerâmica, inventado na China. A faca é de aço, liga feita pela primeira vez no sul da Índia, o garfo uma invenção

medieval italiana e a colher derivada do original romano. Quebra o jejum com uma laranja, do Mediterrâneo Oriental, ou com melão, originário da Pérsia, ou com uma talhada de melancia, proveniente da África. A seguir serve-se do café, planta abissínia, com leite e açúcar. Tanto a domesticação das vacas como a ideia de as ordenhar veio do Próximo Oriente, ao passo que o açúcar foi fabricado, pela primeira vez, na Índia. Depois da fruta e do café come «waffles», bolos feitos segundo uma técnica escandinava, de trigo domesticado na Ásia Menor. Nos bolos deita doce, inventado pelos ameríndios americanos do Leste. Pode, ainda, comer um ovo de uma ave domesticada na Indochina, com ou sem «bacon», de um animal domesticado na Ásia Oriental, salgado e defumado por um processo inventado no Norte da Europa.

Acabado o pequeno-almoço o nosso Norte-Americano fuma, um hábito dos ameríndios da América, consumindo uma planta domesticada no Brasil, servindo-se de um cachimbo, proveniente dos ameríndios da Virgínia, ou um cigarro, originário do México. Pode também optar por um charuto, originário das Antilhas e levado para os EUA pelos espanhóis.

Enquanto fuma lê as notícias do dia, impressas em caracteres inventados pelos antigos semitas da Fenícia, num material inventado na China, por um processo inventado na Alemanha.

Enquanto se põe em dia com as dificuldades estrangeiras poderá, se for cidadão exemplar, dar graças a uma divindade hebraica, numa língua indo-europeia, cem por cento americana» (3).

Como podemos ver, qualquer cultura dos povos europeus ou norte-americanos é o resultado de milhares de dádivas de todas as latitudes. E é de não esquecer, neste domínio, o papel desempenhado pelos Portugueses planetizando entre o Oriente e o Ocidente elementos, complexos e sistemas culturais, adoptados (ou não) por milhares de culturas. Nesse domínio já foram identificados mais de cinco mil traços culturais difundidos, pelos povos do Mundo, pelos Portugueses.

(3) LINTON, RALPH, «*The Study of Man*», New York, 1936 (pp. 326/327).

Por vezes a difusão é só de um elemento cultural, mas, na maioria dos casos, é de complexos e mesmo de sistemas culturais. A adopção pode ser integral, com ou sem reformulação. A maior parte das vezes é, primeiramente, reinterpretada à luz da cultura dos destinatários para poder saber-se se pode integrar a cultura com ou sem reformulação.

Na generalidade é mais fácil a integração, numa dada cultura, de elementos, complexos ou sistemas da cultura material que da cultura espiritual. É que é esta que defende, prioritariamente, os princípios, venera os valores, preserva as normas, define as posições, obriga aos papéis e estabelece as convenções sociais, componentes importantíssimos no fenómeno da inculturação ou aculturação (socialização).

Portugal, neste último século, concorreu com uma quota-parte importante para a teorização antropológica, nomeadamente com Leite de Vasconcelos e Jorge Dias, e a partir da década de cinquenta iniciou os seus passos, mais marcadamente, na Sociologia.

É, assim, com palavras de Jorge Dias, que terminamos esta resenha introdutória *«A cultura tem pois carácter superorgânico e superindividual, visto que nada tem a ver com o somático, ultrapassa o que o indivíduo pode dominar e obedece a leis próprias que lhe dão carácter de realidade objectiva. Contudo há limitações a estes princípios»* ⁽⁴⁾.

2. Referimos, antes, que o homem é, principalmente, um portador e transmissor de cultura e, em pequena percentagem, um produtor de cultura.

Como estamos em ilhas afastadas em quase dois mil quilómetros da costa continental mais próxima convém dizer algo sobre o ambiente natural açoriano e seus condicionamentos em termos humanos.

É de todos conhecida a posição de algumas correntes dentro da Escola Geográfica ⁽⁵⁾ que falam mesmo de determinismo geográfico, considerando como certas muitas das afirmações de Montesquieu, sobre o carácter dos povos, acrescentando-lhe muitas mais. Tais tendências tiveram a ver algo

⁽⁴⁾ DIAS, JORGE, *«Antropologia Cultural»*, Lisboa, 1956.

⁽⁵⁾ RATZEL, FRIEDRICH, *«Anthropogeographie»*, Stuttgart, 1909, e SEMPLE, ELLEN, *«Influences of geographic environment»*. London, 1911.

com a teoria do espaço vital e de certas teses em Geopolítica. Tudo isto está hoje desacreditado, por demasiado simplista e por falta de rigor científico.

No caso açoriano muito se escreveu nesta linha de pensamento e ainda anima alguns discursos oficiais para explicar a insularidade e a autonomia política.

Se não somos partidários do determinismo geográfico também não ignoramos a importância do processo de adaptação de cada sociedade ao ambiente natural em que se fixou. O Japão representa, em parte avantajada, a negação da insularidade na tarefa do desenvolvimento e povos tropicais, com uma natureza cheia de recursos, ainda constituem sociedades de economia simples com ou sem excedentes permutáveis. Isto mostra que o homem não responde, mecanicamente, aos estímulos naturais. Se assim fosse, a resposta seria sempre a mais adequada às circunstâncias ambientais.

A natureza não determina mas condiciona a cultura podendo-a limitar e não a promover.

O mar açoriano não promoveu a pesca antes a tem limitado. O açoriano é, até hoje, um homem com as costas voltadas para o mar, portador e produtor de uma cultura rural, com algumas facetas etnocêntricas em relação à cultura profissional dos pescadores. Só a abertura ao mundo pode alterar, progressivamente, a situação. Um povo entregue a si próprio tem capacidade de progresso muito inferior à daqueles que estão com boas condições de relação.

Tendo em linha de conta outras latitudes e experiências havidas podemos afirmar que os factores geográficos condicionam na razão directa da evolução das técnicas de cada povo.

A história de cada povo é, assim, um diálogo permanente entre o homem e a natureza. De dominado passou, em muitas latitudes, à posição de dominador, usando-a para seu proveito, numa linha de sucessos e de fracassos.

O que acabamos de referir indica que o estudo da influência do ambiente tem pouco significado se lhe não associarmos o elemento tempo. A análise diacrónica da cultura é, assim, um imperativo da realidade cultural.

O estudo da subárea cultural açoriana exige, em suma, a investigação desde o início do povoamento de cada ilha devendo, ainda, se se puder, indagar das culturas dos povoadores originários. É que grande parte da cultura material e da cultura espiritual foi herdada desde essa época.

A cultura e a subárea cultural açoriana só podem ser entendidas no contexto global da cultura nacional ou como subdivisão desta. É que dentro

da cultura portuguesa há subáreas muito mais afastadas da matriz (que a açoriana), até com língua e escrita próprias, como são as culturas mirandesa e rionoresa. A cultura açoriana não derivou, pois, da cultura portuguesa mas faz parte integrante dela. Se assim não for estudada só se abordará uma pequena parte, o que comporta riscos.

Com muita importância para o entendimento da cultura açoriana estão os padrões ou modelos de cultura, isto é, a feição típica que os elementos, complexos e sistemas culturais tomam dentro de cada cultura. O modelo ou padrão tem um certo carácter compulsivo sobre os indivíduos devido à pressão da sociedade; é que é preciso respeitar o que os usos e costumes estabeleceram porque são esses padrões ideais que dão carácter às culturas.

O que acabamos de referir é muito importante quer para a adopção de inovações quer para a invenção dentro das culturas. Muito raramente um elemento, um complexo ou um sistema cultural, vindo de fora, é adoptado ou há uma invenção com possibilidades de institucionalização, que colidam com os padrões culturais que enformam uma dada cultura. As excepções têm sido sempre decisões do poder político e muitas vezes originam reacções muito violentas.

O padrão de comportamento, que obriga a formas de comportamento, domina toda a vida do indivíduo permitindo-lhe, somente, pequenos afastamentos ou transgressões resultantes da personalidade individual.

O estudo destes padrões é, há muito, objecto de estudos quantitativos para se saber dos modelos dominantes, os quais, no seu conjunto, constituem a personalidade base ou a personalidade modal de um povo, ou seja, do comportamento mais representativo (e não do comportamento médio).

É de notar que nem sempre esses padrões são racionais e lógicos, como acontece na vida sentimental. É que a tradição pouco tem a ver com a racionalidade das coisas. E o que dizemos da vida sentimental aplica-se, também, em alguns casos, à vida religiosa.

Todas as sociedades têm os seus padrões que, por vezes, pouco diferem entre si por estarem integradas na mesma cultura. Daí que certos elementos, complexos e sistemas culturais não penetrem numa área cultural porque ao serem seleccionados verificou-se que colidiam ou não havia possibilidade de integração nos padrões culturais próprios, mesmo se reformulados.

Como as sociedades, as culturas e os padrões ou modelos evoluem no tempo pode acontecer que o que for rejeitado antes seja adoptado algum

tempo depois. Esta situação enquadra-se no processo do dinamismo cultural, que toca todas as culturas, mesmo as mais primitivas.

3. No processo do dinamismo cultural ocupa lugar especial a tentativa de explicação da evolução dos elementos, complexos e sistemas culturais, de uma dada cultura, no espaço e no tempo. A isto chama-se difusionismo.

De todos os tipos de difusionismo um dos mais estudados tem sido o da aculturação, processo que estuda os contactos de cultura e seus efeitos. A esse processo alguns antropólogos também chamam endoculturação e os sociólogos socialização. Se o estudo tem em vista não as duas culturas em contacto mas uma só e o processo de interacção com as demais, com ideias e práticas que pretende adoptar para fazerem parte integrante dela, estamos perante um processo de *inculturação*.

O processo de aculturação é recíproco entre as duas culturas em presença e encontra-se longamente estudado em milhares de trabalhos. É ele, por exemplo, a base da extensão rural nomeadamente na dimensão da mudança.

No processo de inculturação a corrente faz-se mais num só sentido. É o caso dos ensinamentos da Igreja que fazem parte integrante das culturas europeias. Só com os Portugueses, principalmente no seu Padroado do Oriente, e com o Concílio Vaticano II se entendeu que a corrente também devia (e podia) ter algum sentido inverso.

Isto significa que a civilização ocidental não tem o exclusivo da Igreja de Roma, que ela (a civilização ocidental) não é a matriz para as demais embora se lhe reconheça a primogenitura e a que contém, nas suas culturas, mais elementos, complexos e sistemas do catolicismo romano. Na verdade, penetrou, profundamente, não só a cultura espiritual mas também a cultura material de todas as culturas ocidentais, incluindo a portuguesa.

Postas as questões teóricas que nos pareceram pertinentes entremos no tema proposto.

A IGREJA E A CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL

A análise que a seguir se faz, marcadamente diacrónica, é, tão-somente, uma leve achega ao tema de acordo com a natureza deste escrito; com efeito, será dada mais atenção à cultura portuguesa de modo a tipificá-la melhor para se compreender a subárea cultural açoriana.

Tendo em consideração somente o tempo em que a Antropologia e a Sociologia ganharam foros de ciências autónomas, dizemos que a relação entre as religiões e as culturas tem sido dos temas mais explorados. Marx e Engels a ele se referiram em 1844, 1846, 1867, 1878 e 1892, Taylor em 1871 e Frazer em 1878. Na primeira metade deste século é de destacar Durkheim (1912), Malinowski, Radcliffe-Brown, Marcel Mauss (1913) e, no final da mesma, Parsons (1944). Mais perto de nós é de destacar o contributo de Jack Goody (1961), Lévi-Strauss (1962), Bourdieu (1971), Giddens (1967) e Godelier (1984), entre muitos mais.

Seria, no entanto, imperdoável a não referência a Max Weber (1892, 1904, 1921).

Mas recuemos mais no tempo, até aos primeiros séculos da era cristã, e vejamos algumas opiniões que têm sido emitidas.

Um das primeiras teses defendidas é de que o Cristianismo foi o destruidor da civilização greco-romana que o havia acolhido. Nesse sentido se pronunciaram Marco Aurélio e Juliano, imperadores romanos, ainda antes da sua aceitação. Muito mais recentemente (séc. XVIII), o historiador inglês Gibbon defendeu a mesma ideia colocando o apogeu romano no século II, como os Antoninos, e da Aliança entre bárbaros e cristãos para destruir a civilização greco-romana: «*Descrevo o triunfo da barbárie e da religião*» ⁽⁶⁾.

Contra esta posição revelou-se Toynbee, contrapondo ao apogeu antonino o século V a. C., após o qual se inicia o declínio, muito antes, portanto, do aparecimento do cristianismo.

No seguimento de Gibbon se pronunciou Frazer ⁽⁷⁾, o que demonstra a existência de difusores desta tese no século actual.

O já citado Toynbee, pelo contrário, considera o Cristianismo como que

«uma espécie de crisálida que tem mantido e preservado os germes ocultos da vida até que venham a transformar-se numa civilização secular».

⁽⁶⁾ «No dia seguinte ao da morte do imperador Marco Aurélio, o Império Romano entrou em declínio, e todos os valores que eu, Gibbon, e os outros encarecemos, entraram, então, a se degradar. A religião e a barbárie começaram a triunfar. Esse lamentável estado de coisas perdurou por centenas de anos; foi então que, somente no século XII — poucas gerações antes da minha — começou novamente a surgir uma civilização racional.»

⁽⁷⁾ FRAZER, J. G. «*The Golden bough*» IV.^a Parte, London, 1914.

E acrescenta:

«Os colapsos e desintegrações de civilizações parecem ser degraus no sentido de alcançar coisas mais elevadas no plano religioso. Afinal de contas, uma das leis espirituais mais profundas que conhecemos é a que proclama Êsquilo... "é pelo sofrimento que se chega à sabedoria"»,

e no Novo Testamento no versículo:

«O Senhor castiga aquele que ama, e dá correctivo a todo o filho que acolhe.»

Nesta linha de pensamento de as várias civilizações existentes serem um produto das religiões, das mais primitivas até às ditas superiores (cristianismo, judaísmo, islamismo, confucionismo), poder-se-á afirmar que a civilização é predominantemente um meio e a religião predominantemente um fim.

A civilização greco-romana, profundamente politeísta, tinha que desaparecer mal uma religião superior, monoteísta, passou a dominar as massas. A Igreja de Cristo foi, assim, a principal autora da civilização ocidental e da civilização de Bizâncio.

A civilização ocidental, primeiramente, foi uma civilização do império romano de Orontes à Península Ibérica. O Cristianismo, que construiu essa mesma civilização, deu continuidade à civilização em que se institucionalizou, introduzindo-lhe muito da filosofia grega.

É preciso esperar pelo século XV com o Regimento de Simão da Silva, em África, com Mateus Ricci, na China e os ritos malabar e chinês no século XVI, para a Igreja de Roma, através do Padroado português, tentar a sua primeira experiência de planetização interagccionando com as suas culturas locais, adoptando práticas e usos e despidendo-se dos correspondentes europeus. Foi experiência abandonada no século XVII, por obra da Propaganda Fide, mas que o Vaticano II recuperou.

Uma outra ideia que convém aflorar é a que se prende com a relação entre Igreja e desenvolvimento e Igreja e progresso. Diz Santo Agostinho, na «Cidade de Deus», que «a Comunidade dos Santos não é deste mundo, embora nele tenha dado origem a pessoas através das quais faz a sua caminhada até que chegue o seu reino, onde todos se congregarão».

A Igreja, na Terra, nunca será, assim, perfeita mas deve, sempre, aspirar a mais perfeição. O progresso religioso implica progresso espiritual das pessoas. Mas as pessoas são espírito e matéria indissociáveis. Daí que o avanço espiritual obrigue a uma evolução de aspectos da vida material, isto é, em todos os aspectos da vida diária. Por outras palavras progresso espiritual das pessoas trará mais progresso social do que o obtido por outras formas.

O progresso social é, em suma, maior se realizado com a Igreja e não à margem ou contra esta.

A IGREJA E A CULTURA PORTUGUESA

Jorge Dias, em renomado ensaio ^(*), de 1950, escreveu que:

«... Portugal nasce desta luta contra os mouros. É uma guerra política e religiosa. Enquanto que se reconquista o solo da Pátria expulsa-se o inimigo da Fé. Atrás do conquistador vai logo o lavrador e constrói-se o templo. A espada que luta precisa se apoiar no pão dos campos e na fé em Deus...» (p. 13);

e mais adiante:

«... A religiosidade apresenta o mesmo fundo humano peculiar ao português. Não tem carácter abstracto, místico ou trágico próprio da espanhola, mas possui uma forte crença no milagre e nas soluções milagrosas...» (p. 15);

e

«... A própria religião tem o mesmo cunho humano, acolhedor e tranquilo. Não se erguem nas aldeias portuguesas essas igrejas enormes e solenes, tão características da paisagem espanhola, que na sua imponentia apagam a nota humana. A igreja portuguesa, ora

(*) DIAS, JORGE, «Os Elementos fundamentais da Cultura Portuguesa», Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1960.

caída e sorridente entre ramadas, ora singela e sóbria na pureza do granito, é simplesmente a casa do Senhor. É sempre um templo acolhedor, habitado por santos bons e humanos. Não se vêem os Cristos lívidos e torturados de Espanha. A sensibilidade portuguesa não suporta essa visão trágica e dolorosa.

A prova mais evidente deste sentimento humano e terreno da nossa religiosidade verifica-se na extraordinária expansão do estilo romântico...» (p. 21).

Assim se expressou o mais insigne antropólogo nacional da segunda metade deste século e um dos europeus mais escutado no campo antropológico e sociológico. Além de referir que a Igreja Católica está na génese de Portugal e da cultura portuguesa confirma que faz parte integrante dela em muitos sistemas culturais.

Da mesma opinião é Manuel da Silva e Costa ⁽⁹⁾:

«... A Tradição estrutura-se a partir de três projectos: a reconquista; a independência em relação a Castela; a expansão marítima. Estrutura-se igualmente a partir de dois valores fundamentais e aglutinadores da personalidade portuguesa: a Língua e a Religião Católica» (p. 135);

e Manuel Gonçalves Martins, igualmente investigador das coisas da cultura e docente universitário ⁽¹⁰⁾:

«Existem bastantes opiniões sobre os agentes que favoreceram a formação política de Portugal...»

O esquema da nossa análise é o seguinte:

1. O influxo dos factores sociogeográficos.
2. A intervenção das pessoas.

⁽⁹⁾ COSTA, MANUEL DA SILVA e, «O cidadão português e a defesa; uma tomada de consciência», em «Nação e Defesa», n.º 62, Julho-Setembro, 1992.

⁽¹⁰⁾ MARTINS, MANUEL GONÇALVES, «A formação política de Portugal e os agentes externos», em «Nação e Defesa», n.º 59, Julho-Setembro, 1991.

3. A influência dos agentes externos:

a. O Papado.

b. A Ordem Cluny.

c. Os reinos cristãos do Norte da Europa, que desenvolve profundamente o tema na sua dissertação a doutoramento denominada «A evolução do império português e a conjuntura internacional».

São muito poucos os que negam a influência da Igreja Católica na formação e na cultura portuguesas. Nos nossos dias defendem essa opinião o pensador de formação marxista, Eduardo Lourenço, alguns pensadores marxistas e outros de filiação maçónica. É de referir, no entanto, que muitos maçons ilustres deixaram páginas admiráveis sobre o papel da Igreja quer na formação de Portugal quer na cultura portuguesa. De uma maneira geral lembramos Jaime Cortesão, Ricardo Severo, António Sérgio, António Sardinha, Damião Peres, Orlando Ribeiro, Miguel de Oliveira, Luís Vieira de Castro, Martins de Albuquerque, Alfredo Pimenta, Amorim Girão, Alexandre Herculano, Oliveira Martins, Teixeira de Pascoaes, José Mattoso, Fernando Pessoa e António Quadros, entre muitos mais e que deixaram obra de vulto.

O papel desempenhado pela Igreja de Roma na cultura portuguesa tem sido analisado desde a sua negação até àqueles que dão ao catolicismo uma posição clara, isto é, de um Eduardo Lourenço, de um Barradas de Carvalho ⁽¹¹⁾ e de um Moisés de Lemos Martins ⁽¹²⁾ até a um António Quadros ⁽¹³⁾, a um Francisco da Cunha Leão ⁽¹⁴⁾ e a largas dezenas ou mesmo centenas. No domínio dos estrangeiros não há posições declaradamente contra, sendo de destacar um Gilbert Durand e um Raymond Abélío nos defensores da tese religiosa.

É nossa convicção e nossa certeza que quer a posição quer os papéis desempenhados pela Igreja Católica na formação de Portugal e na construção da cultura portuguesa foram e são enormes e devem ser destacados.

⁽¹¹⁾ CARVALHO, J. BARRADAS DE, «Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico? (Uma perspectiva histórica)», Lisboa, 1974.

⁽¹²⁾ MARTINS, MOISÉS DE LEMOS, «O modo superlativo de enunciar a nossa identidade: Português, logo-Católico», Cadernos do Noroeste, Braga, 1990.

⁽¹³⁾ QUADROS, ANTÓNIO, «Memórias das Origens, Saudade do Futuro», Lisboa, 1992.

⁽¹⁴⁾ LEÃO, FRANCISCO DA CUNHA, «Ensaio da Psicologia Portuguesa», Lisboa, 1971. «O Enigma Português», Lisboa, 1968.

Raul Iturra, antropólogo de formação marxista e docente em Lisboa, apesar da sua crítica contundente ⁽¹⁵⁾ não deixou de reconhecer o papel da Igreja Católica na cultura ocidental:

«... a cultura cristã, apocalíptica e messiânica, imagina todo o indivíduo como um penitente que deve dar conta dos seus actos à vontade externa que inventou através do tempo para definir o seu agir histórico; penitente que antes do ser vive com certa culpa a construção de uma vida...»

e antes:

«A cultura cristã, descendente de Judeus e Gregos, conserva por escrito memória da construção das relações sociais e com o resto da natureza. Esta memória escrita é derivada da prática de existência histórica das pessoas e é normalmente transmitida de forma oral, ... Factos sociais tais como casamento, celibato, organização do ciclo doméstico, controlo ético da conduta por meio do conceito do pecado estão processualmente consignados nas formas não escritas da História, que nós chamamos Religião»

e, nesta linha, analisa a cultura portuguesa e a sua componente religiosa no domínio das práticas religiosas, do trabalho, da produção, do pecado, das estratégias de reprodução, do casamento, do celibato e do grupo doméstico. Iturra, nessa linha marxista, analisou aspectos da cultura espiritual, muito embora outros se lhe escapassem como a produção literária, erudita ou não (por exemplo, prosa, poesia, drama, tragédia, comédia, teatro, etc.).

Começaremos pela cultura material (que em muitos aspectos obedece a elementos, complexos e sistemas da vida do espírito) e vejamos, inicialmente, a arquitectura. Portugal tem edificações de estilo românico, gótico, barroco e rococó se quisermos considerar este último como estilo individualizado. Além destes tem outras em estilo manuelino, estilo genuinamente português, ao contrário dos demais, e de que falaremos mais adiante.

De todas as obras de arquitectura sobressaem as igrejas e mosteiros disseminados por todo o País. A planta de quase todas elas representa uma

⁽¹⁵⁾ ITURRA, RAUL, *«A Religião como Teoria da Reprodução Social»*, Lisboa, 1991.

cruz, elemento importantíssimo em toda a História e em toda a vida dos Portugueses. O romântico domina em Portugal, o que fez Jorge Dias escrever ⁽¹⁶⁾:

«A prova mais evidente do sentimento humano e terreno da nossa religiosidade verifica-se na extraordinária expansão do estilo românico, com o seu arco singelo bem apoiado na terra, e na falta de assimilação do estilo gótico. Nunca sentimos esse profundo arroubo místico, essa ânsia de ascensão que caracteriza o gótico. O nosso espírito assimilou mal um estilo cuja expressão nos era estranha. Em todos os monumentos arquitectónicos, caracteristicamente portugueses, perdura uma certa espessura dos pilares, uma nítida tendência para a profundidade e para a horizontalidade, contrária à ânsia de verticalidade ascensional do gótico. O espírito português é avesso às grandes abstracções, às grandes ideias que ultrapassam o sentido humano. A prova disso está na falta de grandes filósofos e de grandes místicos. Nem compartilha do racionalismo mediterrânico, da luminosidade greco-latina, nem da abstracção francesa, de grandes linhas puras, nem do arrebatamento místico espanhol.»

A estes estilos importados respondeu Portugal com o Manuelino, o estilo onde mais predomina a temática religiosa e naturalista. Dele diz o já citado Jorge Dias, no mesmo ensaio:

«Perante a grandeza e os mistérios da natureza que os Portugueses vão a pouco e pouco descobrindo, nasce uma atitude espiritual, não destituída dum certo fundo místico-naturalista com tintas de panteísmo. O Deus que se adorava continuava a ser o mesmo, dentro da ortodoxia católica... É então que surgem os Jerónimos como expressão arquitectónica máxima da religiosidade portuguesa. A grande novidade era a decoração naturalista, inspirada em motivos do mar e na exuberância da vegetação exótica. O antigo sentimento da Natureza, que só encontrara até então expressão poética. Os templos enchem-se de elementos da Natureza, impregnados de sentido religioso...

⁽¹⁶⁾ Idem, n.º 8.

Porém, se na decoração há novidade architectónica, a sensibilidade portuguesa mantém-se presa ao atavismo românico, na solidez das proporções e no arco redondo...»

Associada à arquitectura tem andado a escultura, quer a erudita quer a popular. Escultores e artesãos foram, durante séculos, quase que exclusivamente produtores de imagens e de motivos religiosos e naturais, quase sempre para decoração de igrejas e conventos. Não há museu pelo País fora que não tenha uma secção de arte sacra com escultura, talha, trabalhos em pedra, etc. Inúmeras oficinas pelo País fora ainda hoje têm o seu nome na lembrança do povo. Santos sorridentes, amigos, próximos do homem, presépios realçando a vida simples e a natureza, são a produção mais insigne.

É, igualmente, a pintura de temas parcial ou totalmente religiosos que marca a pintura portuguesa desde o século XV. A melhor produção, mesmo antes da escola de Nuno Gonçalves, até ao actual Lima de Freitas, tem o sagrado por centro. Se é verdade que a pintura actual de temas religiosos é muito pouco relevante é de não esquecer que dominou até ao século XIX. D. Manuel I chegou a fazer-se representar como Rei Mago, no Retábulo dos Reis Magos.

Também o que há de mais grandioso no domínio da ourivesaria, durante séculos, destinou-se a igrejas e mosteiros. Custódias (como a de Belém), navetas, caldeirinhas, hissopes, sacrários, muitos outros artefactos atestam a riqueza e a criatividade.

A iluminura é cem por cento religiosa. São os livros sagrados que documentam, em exclusivo, esta arte.

O vestuário mais requintado e mais rico é, igualmente, religioso. Muito dele bordado a ouro e que hoje valoriza os nossos museus religiosos ou em secções apropriadas.

No domínio da produção literária, a oratória até ao século XIX é dominada pelos pregadores; mesmo é quase que exclusivamente sagrada até ao século XVII, o século de ouro da oratória sacra nacional⁽¹⁷⁾. Mas prosa, poesia, drama, comédia e tragédia, em grande medida, têm o sagrado como tema central ou a ele dedicam muitas e variadas páginas. Não esquecer que o teatro começou nas igrejas, que a oratória sacra se desenvolveu em praças e feiras, nomeadamente com franciscanos, que as novelas de cavalaria são

⁽¹⁷⁾ GOMES, PINHARANDA. «O pensamento teológico contemporâneo em Portugal», Braga, 1991, pp. 87-94.

marcadamente impregnadas de religiosidade, que as grandes obras literárias exaltam a religião e que muitos dos pensadores e dos sábios de então foram religiosos, muito embora nem sempre assim sejam identificados. E é de não esquecer, também, que durante décadas os principais navegadores henriquinos foram frades da Ordem de Cristo.

Como elemento fundamental é de lembrar que o ensino, até ao Marquês de Pombal, esteve entregue às Ordens Religiosas.

Como não convém alargar demasiado estas considerações vejamos o que José Mattoso, estudioso da alta Idade Média, diz sobre o assunto, agora mais numa perspectiva popular; situar-nos-emos no período anterior ao povoamento das ilhas atlânticas para se conhecer um pouco do novo que para elas veio.

Iniciaremos pela religião existente ao tempo ⁽¹⁸⁾. Se no século XIII havia uma descoordenação entre a religiosidade popular e a religião oficial (o que, aliás, acontecia com alguns sacerdotes), no século XV essa não coincidência persistia no povo mas os clérigos, por melhor esclarecidos, já não usavam práticas reprováveis em matéria de baptismo, óleos sagrados, água benta, hóstia e vinho consagrados. O casamento ia adquirindo um estatuto predominantemente religioso afastando a legitimação de acto anterior.

As fórmulas mágicas que perduraram, durante séculos, nos livros da religião raramente aparecem. A Igreja afasta-se, a pouco e pouco, das superstições correntes em todas as classes (lembro a crença no poder miraculoso das pedras preciosas pela Rainha Santa Mafalda).

Não era pacífica, como convinha, a transição da Idade Média para a Idade Moderna através do Renascimento, período correspondente à descoberta e povoamento dos Açores. Estava-se no fim do Cisma do Ocidente (1378-1449). Os Concílios de Ferrara/Florença (1439) sobre o mistério do Espírito Santo (e não só) e o de Roma (1443/1445) sobre cismas nas igrejas orientais começavam a dar os seus frutos, tendo mais efeitos em Portugal que os ensinamentos de Wicleff e João Huss. É um período brilhante onde pontificaram a proliferação e o fortalecimento de confrarias e de corporações e o empenho de Papas como Nicolau V, Júlio II e Leão X.

⁽¹⁸⁾ MATTOSO, JOSÉ, *«Identificação de um País — ensaio sobre as origens de Portugal»*, Lisboa, 1991.

O protestantismo ainda não havia feito a sua aparição, o nepotismo não assentara arraiais na Igreja de Alexandre VI, e Savonarola não havia sido justicado. Havia, assim, uma relativa paz social e progresso.

No que concerne ao clero já todo falava latim (o que não aconteceu até aos séculos XIII/XIV), imprescindível para a realização dos actos litúrgicos. Mas ouçamos José Mattoso (19):

«... a maior preocupação dos legisladores eclesiásticos parece ir antes para a exigência de os clérigos saberem «falar» latim (56), para poderem celebrar os ofícios e desempenharem correctamente as suas funções (57). Esta prescrição deve-se aproximar de muitas outras que revelam uma das maiores preocupações da hierarquia, e se traduzem na obrigação de o clero trazer o hábito eclesiástico, vestir com decência, cortar a barba regularmente, não usar armas, não entrar em tabernas (59), não aceitar o repto ou entrar em duelo (60), celebrar a Missa uma vez por semana (61), não praticar nem deixar praticar artes mágicas, encantamentos ou sortilégios (62), abandonar a concubinação (63), não exercer nenhuma profissão no foro secular como juiz ou advogado, nem ser tabelião (64)».

Descendo ao nível da paróquia há muito que o pároco havia deixado de ser eleito pelos fiéis, pelos senhores ou pelo rei para o passar a ser pelo bispo da diocese. Em certa medida de representante da comunidade anteriormente, passou a ser só representante da hierarquia. Também deixou de estar subordinado à jurisdição dos tribunais civis para só responder no foro eclesiástico.

Voltando à religião popular havia bastante condescendência dos párocos em relação a certas práticas de cultos pagãos em ermidas e mesmo em santuários de romarias. Vejamos o que escreveu Mattoso (20):

«... o clero aceita presidir à invocação de forças sagradas, benéficas ou maléficas, em actos especialmente solenes da vida comunitária, dando-lhe uma forma considerada compatível com o dogma... Outro exemplo característico é o juramento em tribunal...

(19) MATTOSO, JOSÉ, «Identificação de um País — ensaio sobre as origens de Portugal», Lisboa, 1991.

(20) MATTOSO, JOSÉ, «Identificação de um País — ensaio sobre as origens de Portugal», Lisboa, 1991.

Noutra fórmula, usada em casos de feridas, convocam-se os contendedores para a capela-mor da igreja, numa quarta-feira à hora de tercia para jurar sobre uma imagem ou um santo...

Entre as mais significativas formas de «domesticação», digamos assim, das crenças e práticas populares, que a igreja oficial adoptou pelo menos por razões tácticas, contam-se as procissões... Outra manifestação das crenças e práticas populares decorrente do terreno contraditório criado pela simultânea oposição e aliança entre o clero e o laicado, é o das célebres «festas de loucos», com as suas numerosas variantes... Este tipo de celebrações, todavia, é próprio das cidades, onde, por vezes, eram os próprios cônegos da Sé catedral a promovê-las».

O A. relaciona a atitude dos sacerdotes mais como fenómenos de «laicismo» que de manifestações da religiosidade popular.

No século XV a Igreja e a hierarquia já sabiam muito bem o que queriam dos actos religiosos e os leigos já não presidiam ou interferiam com os mesmos e nos mesmos. A oposição ao paganismo já era total (luta contra o animismo, difusão da doutrina da incompatibilidade entre o bem e o mal, a morte e a vida, o céu e a terra, o natural e o sobrenatural) e o combate à manipulação das coisas sagradas uma constante. Entram, assim, na cultura portuguesa elementos, complexos e sistemas culturais, da vida espiritual, que Mattoso destaca ⁽²¹⁾:

«Desse princípio doutrinal (contra o animismo e o paganismo) decorrem simplificações abusivas mas que obtêm grande audiência, como a identificação das pulsões instintivas, da natureza não redimida, da mulher ou da sexualidade como mal ou o demónio. Por isso ele se identifica também com os espíritos que povoam as águas, a floresta e os montes, as pontes e os cruzamentos dos caminhos, e incita os homens àquilo que desde então se chama bruxaria ou feitiçaria. De facto, a crença no domínio e na sua constante intervenção na vida humana, para lhe atribuir a origem de todos os males, constitui um dos pontos mais persistentes da estratégia antipagã. Foi constan-

⁽²¹⁾ MATTOSO, JOSÉ, «Identificação de um País — ensaio sobre as origens de Portugal», Lisboa, 1991.

temente posta em acção e penetrou efectivamente na mentalidade popular (80).

Face ao demónio, que orchestra as estratégias do mal, colocam-se os santos, que procedem à distribuição e administração de todas as forças benéficas outrora atribuídas aos deuses e heróis, e se desprendiam das pedras, árvores, fontes, colinas, santuários e recintos sagrados. A propagação dos relatos dos milagres realizados pelos santos... fazem parte desta lenta, imensa e incansável obra de atribuir um sentimento diferente ao mundo e às coisas... Entre as numerosas fontes documentais... os livros de milagres têm realmente um lugar privilegiado (81). Não são apenas obras de propaganda em favor de determinados santuários... mas também obras de catequese.»

Em toda esta imensa renovação teve papel activo a reforma gregoriana, que consagrou a separação do clero do laicado, realizada poucos séculos antes, mas que demorou a institucionalizar-se.

A hierarquia havia chamado a si, pouco antes, as matérias sensíveis da vida dos leigos como o casamento e a morte, a obrigação do dízimo, a estrutura paroquial, incentivara e regulamentara as confrarias e difundira modelos sobre a esmola, a redenção de cativos, a construção de albergarias e a instituição de legados. A pregação em lugares profanos, tão do agrado de franciscanos, já não se ouvia há quase dois séculos nos concelhos.

Julgamos, em suma, que no período havido entre o século XII e o XIV houve toda uma revolução na cultura popular e também a cultura erudita, por razões de interacção com a religião católica, moldando a cultura portuguesa até ao século XIX e em muitos aspectos da cultura espiritual até aos nossos dias.

A CULTURA E A IGREJA NOS AÇORES

1. Em 1929, Vitorino Nemésio, jovem universitário, num ensaio/conferência⁽²²⁾, tentou caracterizar os açorianos através da sua personalidade base. Nemésio seguiu a moda de então, muito vulgar na Europa entre alguns antropólogos, apesar das críticas que já começavam a chegar de certos qua-

(22) NEMÉSIO, VITORINO, «O Açoriano e os Açores», 1932;

drantes científicos, que mostravam o perigo destas generalizações, que propagaram o mito do ariano, aproveitado, irracionalmente, por motivos políticos, consagrando as doutrinas de Gobineau (23) e de Chamberlain e dando mesmo origem a certas correntes geopolíticas.

Chegou-se, mesmo, à diferenciação, por natureza, do homem com a sua mentalidade pré-lógica (24). Foi a época dos determinismos nas ciências incluindo as sociais, a época áurea dos organicismos absolutos e dos determinismos geográficos. Mais cuidadoso foi Luís da Silva Ribeiro (25) detendo-se só nas condicionantes do açoriano; para tal, no entanto, teve acesso a vasta bibliografia, entretanto publicada, sobre o tema personalidade-modal.

Hoje já nenhum cientista social defenderia a insularidade como determinante da personalidade uma vez que vários estudos, muito profundos, demonstraram que um indivíduo pode estar mais isolado, por exemplo, em Nova Iorque que na ilha do Corvo. Os Japoneses demonstraram que viver em ilhas vulcânicas pode ser um «handicap» e não o contrário. E quem se refere à insularidade pode referir-se às outras determinantes apontadas por Nemésio. Hoje é mais tema de políticos que de cientistas da cultura.

De todos é conhecido que a única constante cultural de um povo (português, por exemplo) é o seu fundo temperamental porque é ele que selecciona e transforma, de acordo com a sua sensibilidade específica, os múltiplos aspectos que a cultura reveste (26). Esse fundo temperamental é de conteúdo espiritual e não pode ser confundido com características do povo de uma região, de uma classe, ou de uma ilha. O seu conteúdo é mais global. Haverá, mesmo, uma tendência para o desaparecimento das subáreas culturais perante a universalidade do ensino e uma maior participação de todos na cultura nacional.

Estas palavras prévias permitem aferir que ainda não foi feita qualquer abordagem profunda, até aos nossos dias, da subárea cultural açoriana. Por um lado é quase impossível enumerar os traços, complexos e sistemas culturais não herdados nem adoptados, mas nos Açores inventados, e que tiveram e têm impacto na cultura espiritual. O normal, até ao presente, tem sido a

(23) GOBINEAU, A. DE, «Essai sur l'inégalité des races humaines», Paris, 1854;

(24) LÉVY-BRUHL, L., «La mentalidad primitiva», Buenos Aires, 1945;

(25) RIBEIRO, LUÍS DA SILVA, «Subsídios para um ensaio sobre a açorianidade», Angra do Heroísmo, 1964.

(26) Ver FIDALGO, MANUEL, «Alguns aspectos da socialização da criança açoriana», Angra do Heroísmo, 1980. «A família açoriana numa perspectiva de mudança sociocultural», Angra do Heroísmo, 1979.

indicação de caracteres da cultura portuguesa como se só de açoriana se tratasse. No domínio dos princípios, dos valores, das normas e dos padrões de relevância social nada tem sido demonstrado como novo. As diferenças apontadas não o são e o que de diferente haja é mais ao nível dos elementos ou traços e não dos complexos e sistemas da cultura espiritual. Aliás já Jorge Dias anotou o problema. Será pura perda a tentativa de encontrar diferenças, com base em critérios rigorosos, entre continentais e açorianos, ou entre a cultura portuguesa e a subárea cultural açoriana.

Postas as considerações que julgámos pertinentes podemos dizer que as palavras de Jorge Dias em relação à cultura espiritual portuguesa (filha, em grande medida, da Igreja Católica) têm, nos Açores, ainda mais razão de ser.

José de Almeida Pavão Júnior ⁽²¹⁾, com o qual não estamos totalmente em sintonia, refere para o caso do açoriano:

«... um tipo peculiar de mentalidade, nas circunstâncias já mencionadas: uma química social (109), constituída por uma amálgama de idiossincrasias, trazidas pelas diferentes correntes emigratórias, e introduzidas no novo «habitat». Por vezes haverá a possível predominância de uma delas, conforme estamos em crer, sobre a prioridade do elemento continental do sul, nomeadamente o algarvio, com anterioridade histórica, manifesta em claros reflexos na linguagem da ilha de S. Miguel. Teríamos assim a acomodação de um património cultural comum, filtrado pela história e pela tradição, a um novo condicionalismo mesológico, formado por factores de ordem geográfica e ecológica, onde as influências da sociedade e do meio físico são recíprocas. Ainda no caso açoriano, chegaríamos à ideia de insularidade, hoje de uso e aplicação correntes, nos mais variados sectores de ordem pragmática, com a noção implícita de um sentimento de afastamento e de ausência, onde, naturalmente, o mar ocupa um lugar predominante.

Formação cultural específica? Sim, na medida em que os valores transmitidos pelos povoadores se modificaram pela aclimação».

⁽²¹⁾ PAVÃO JR., JOSÉ DE ALMEIDA, «Aspectos do Cancioneiro Popular Açoriano», Ponta Delgada, 1981.

Ao contrário do A. julgamos que não houve alteração ao nível dos valores. Aliás, não diz quais se modificaram. Se se modificassem os valores a cultura açoriana pouco teria a ver com a cultura portuguesa, no que não acreditamos. Modificaram-se alguns elementos da cultura espiritual, onde os valores se inscrevem, e traços, complexos e sistemas culturais, da cultura material principalmente por influência do meio geográfico. Na cultura espiritual, a única com relevância para este caso, só traços culturais.

O A., para destrinçar a subárea cultural açoriana da cultura portuguesa, fundamenta-se em Nemésio ⁽²⁸⁾, como se de coisas diferentes se tratasse. O mesmo poderia afirmar um algarvio, um mirandês e um rionorês e não se estaria perante novas culturas mas perante subáreas culturais da cultura portuguesa.

Discordamos, também, da classificação nemesiana dos açorianos, hoje posta em causa, perante investigações dos nossos dias, de sociólogos, antropólogos e psicólogos sociais. Os modelos são, actualmente, um grande risco, além de pecarem por, raramente, serem científicos. Ao contrário do que Pavão Júnior escreve, sabe-se hoje que os caracteres sociais evoluem muito lentamente, sendo necessários alguns séculos para haver alterações institucionalizadas, em sociedades rurais, como é a açoriana. É ver que alterações havidas em Inglaterra nos séculos XVII/XVIII só nos nossos dias estão a ocorrer nos Açores, como é o caso do valor sociológico da terra. A grande diferença é o ritmo de mudança do litoral do Continente (baseado no secundário e terciário), que se passou a operar já no século XIX, mais insistentemente após a Segunda Grande Guerra, e a mudança, ainda ténue até quase ao presente, nos Açores. Há, assim, um desfasamento entre os Açores e o Continente, não passando aqueles pela fase da industrialização (como aconteceu no segundo), mas iniciando com a terciarização dos activos, o que está a implicar outra mentalidade, que não põe em causa os princípios mas exige uma maior mobilidade de alguns elementos constituintes dos valores. A ilha mais isolada foi sempre a ilha do Corvo e nela nunca deixaram de presidir os princípios que enformavam os primeiros povoadores de reverenciar os valores da matriz original. Ora as demais ilhas tiveram, desde o século XVI, contactos anuais com as naus de ida e torna-viagem. Não é por se saber oito meses depois que D. Maria I morreu ou mesmo um ano

(28) NEMÉSIO, VITORINO, «O Açoriano e os Açores», Coimbra, 1932.

depois do desastre de Alcácer Quibir que foram postos em causa princípios, valores e o psiquismo de origem dos açorianos. Tal nunca aconteceu. O psiquismo é muito mais profundo que acontecimentos de tal natureza.

2. A primeira grande constatação na cultura regional açoriana é a sua base profundamente religiosa. Este factor sobreleva os demais, mesmo os ecológicos. Estes entram a reforçar esta matriz. Povoações, cabos, lagoas, fajãs, caldeiras, serras, montes, vales, caminhos e um sem-número de acidentes geográficos têm nomes retirados da vida da religião ⁽²⁹⁾. A espiritualidade mariana domina e predomina na vida dos açorianos. Mais de 170 igrejas, capelas e ermidas a Ela foram consagradas enquanto menos de uma dezena a Cristo e outra à Terceira Pessoa da Santíssima Trindade. A cruz, pelo seu lado, só tinha um espaço religioso.

O culto do Espírito Santo, importado com os primeiros povoadores e os Romeiros, ainda de origem duvidosa, fazem parte desse universo regional ou, unicamente, ilhéu, com muitas características profanas.

Esta base religiosa manteve-se em evolução lenta até ao século XIX, sofre algumas contestações, entretanto, mas de reduzidos efeitos, e entra no século XX com alguma erosão neste seu final; no entanto não pôs em causa nada do essencial uma vez que o fenómeno é mais de indiferença que de negação de princípios e valores.

Tendo presente que a cultura espiritual é constituída por elementos como usos e costumes, crenças, linguagem, tradições orais, sabedoria, língua, música, dança, padrões de comportamento, ideais de vida, ética, moral, religião, princípios, valores, normas, etc... podemos ver que quase tudo é-nos transmitido em família por pais, avós, tios, irmãos, por vizinhos, por companheiros de escola e de catequese, por sacerdotes e catequistas, por professores, pela comunidade onde se nasceu e pela sociedade em geral. Todos estes elementos evoluem muito devagar precisando de muitas gerações, excepto se circunstâncias muito excepcionais se impuserem e permanecerem, o que não foi o caso dos Açores. Sismos, vulcões, tempestades e outros fenómenos naturais, por muito localizados no tempo, podem fazer evoluir, mais rapidamente, alguns elementos, mas também podem reforçar entendimentos já quase esquecidos, tornando dominante o que já era recessivo.

⁽²⁹⁾ FIDALGO, MANUEL, «A mentalidade açoriana e a espiritualidade franciscana», Angra do Heroísmo, 1990.

Tendo em conta que, em 1960, cerca de 60% dos activos açorianos ainda trabalhava no sector primário, quase que exclusivamente na agricultura, o que significava uma dependência do campo de mais de 75% da população (lembramos que o tamanho médio da família rural açoriana é maior que o da família urbana); se tivermos presente que muitas das famílias das três cidades e das vilas eram patriarcais com nenhuma ou só pequenas diferenças, em termos de cultura espiritual, das famílias rurais; e se nos lembrarmos que os rurais são extremamente conservadores em termos da dita cultura, poderemos inferir da evolução lenta, ou mesmo muito lenta, havida.

Daí que se visualizarmos um dia de um açoriano, mais próximo do que pensamos ser um açoriano típico, como o fez Ralph Linton para o americano, teríamos um homem a agradecer a Deus o novo dia, a orar antes das refeições, a descobrir-se ao passar em frente da igreja da sua paróquia e a participar, talvez, no terço, à noite, em família. Não significa que faça tudo isto todos os dias, mas concerteza que dá graças a Deus, diariamente, mais vezes que o Norte-Americano.

Dos componentes da cultura referidos (usos e costumes, crenças, língua e linguagem, tradições orais, sabedoria, música, dança, padrões de comportamento, ideais de vida, ética, moral e religião, princípios, valores e normas) talvez só na dança não estejam presentes os ensinamentos do catolicismo. Daí que as posições sociais e os papéis sociais que cada um executa, diariamente, quase automaticamente e sem se dar conta da sua génese, estejam impregnados da ética, da moral e dos ensinamentos da Igreja, muitas vezes como componentes dominantes. Tudo isto foi herdado dos primeiros povoadores, e estes das suas regiões de origem, mas nos Açores, e por influência primordial dos franciscanos, a inculturação foi superior por mais constante em todas as ilhas. Nos primeiros cinquenta anos de povoamento já a sua maior parte tinha conventos desta Ordem. E no século XVI vieram os jesuítas (por volta de 1570), os agostinhos a partir de meados do século XVII e, depois, outras Ordens.

É de salientar, ainda no domínio da influência da Igreja, a evolução do ensino/educação, nos Açores. Desde o início, isto é, ainda antes de meados do século XV, já os franciscanos se encarregavam da assistência espiritual às famílias, não descurando o aspecto religioso, e abriam escolas para a juventude onde ensinavam as primeiras letras e latim.

No século imediato deu-se a criação da Diocese (1534), a contratação de cinco mestres de Gramática, pagos pelo Estado (1553), a fixação dos jesuítas em Angra (1570) e Ponta Delgada (1590). A educação deveria ser de muita qualidade para produzir um D. Frei João Estaço e um D. Luís Figueiredo Lemos, bispos, um Rui Gonçalves da Câmara, lente em Coimbra, um Gaspar Frutuoso, um Manuel Pinheiro, um Bento de Góis, um Gregório de Almeida, um Brás Soares, um Pedro Maceda e um João de Penha, todos religiosos, e um Francisco Romeiro, cirurgião, entre muitos outros, neste mesmo século.

Frutuoso dá bem conta de igrejas, imagens, pinturas, talhas e livros que concorrem para se conhecer, suficientemente, a cultura espiritual desse tempo.

Século após século o número de intelectuais não deixou de crescer, assim como o número de escolas e de disciplinas ensinadas nos colégios das várias Ordens, mesmo após a expulsão dos jesuítas (1760).

Foram mais de quatro séculos de orientação escolar integralmente religiosa pelo que estamos afastados de tal época pouco mais de três gerações. Ora o trabalho espiritual de quase meio milhar de anos não se afasta das famílias em tão poucas gerações.

Não poderia esquecer outra faceta da acção dos religiosos: a da prestação dos cuidados de saúde. São eles que estão na base da criação dos primeiros hospitais nos Açores, motivando os fiéis, participando, profundamente, na acção médica, em trabalhos de enfermagem e na assistência.

Fora dos hospitais são eles a trave mestra do que hoje seria não só a assistência social mas, também, a solidariedade social.

O homem açoriano, no seu psiquismo, não pode deixar de ser profundamente cristão, mesmo quando o nega. É que não pode fazer tábua-rasa da sua herança social. Quantas vezes as suas palavras contradizem os seus actos.

A segunda grande referência cultural, a seguir à influência religiosa, é a da terra. Já não como componente privilegiado da cultura, mas quase só como condicionante. A relatividade da sua influência está relacionada com as técnicas disponíveis e daí quase só o condicionamento da cultura material. A vida espiritual, no sentido sociológico e antropológico do termo, quase que lhe escapa.

É a posse e a exploração da terra que condicionando, profundamente, a vida das pessoas exerce influência, muito acentuada, na cultura material e

esta, relativamente, na espiritual. Julgamos que as pequenas diferenças existentes no psiquismo das gentes das várias ilhas se deve a reflexos do modo de deter e explorar a terra, em cada ilha.

Tudo se ficou a dever à exportação do modelo feudal para os Açores, que iria perdurar quase intocável até finais do século XIX e teve uma lenta desagregação até hoje. Por isso é que mais de 90% da terra pertence, ainda, a cerca de 5% dos açorianos.

Como é sabido Alfarrobeira aconteceu por se haver tornado impossível a convivência das duas tendências existentes na Corte: de um lado uma concepção burguesa de sociedade liderada pelo Regente, D. Pedro, o das Sete Partidas, e, pelo outro, o da Rainha viúva de D. Duarte, apoiada, nomeadamente, pela grande nobreza que irá dominar D. Afonso V e que tentará pôr em causa D. João II. D. Pedro pretendia o desenvolvimento de Portugal baseado no modelo burguês, que aconteceu em certas partes da Europa, e a Nobreza pretendia voltar à situação anterior a D. João I.

O desastre de Alfarrobeira (1449) deu origem a que nas Cortes seguintes ficasse mais ou menos decidido o seguinte: para ilhas desabitadas e regiões de povos primitivos seria exportado o regime feudal típico e para as regiões desenvolvidas (Índia, China, Japão, etc.) o modelo burguês. Daí as capitánias feudais na Madeira, Açores, Brasil, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, o regime donatário, o regime vincular, a propriedade indivisa, o servo e o escravo que perduraram séculos e séculos. No Continente a força da burguesia assentou arraiais nas cidades e vilas, nomeadamente no litoral, com a protecção da Coroa. O sistema feudal é, assim, marcadamente interior.

É a posse e a exploração da terra que também está na base das várias fomes e da emigração. E, caso a assinalar, ao ciclo do trigo, quanto mais se produzia mais fome havia. A história relata que aos períodos de maior exportação de trigo corresponderam tempos de fome para o povo. É que os senhores feudais, preocupados com maiores produções, diminuía as pequenas glebas de culturas de subsistência dos seus servos, alargando as áreas das searas. O servo só tinha, assim, a opção de emigrar.

Ora esta situação manteve-se até 1867 (Código Civil) — apesar das medidas de Mousinho da Silveira já em 1832 — em termos legais, mas sem alterações evidentes, como se impunha, em termos reais, até à Segunda Grande Guerra. É ver que o sistema feudal da colónia, na Madeira, só cessou, legalmente, em meados da década de oitenta, muito recentemente, como vemos.

Dependendo a vida, quase que exclusivamente, da terra, durante séculos, e que mesmo, actualmente, a terra é de poucos, embora trabalhada por muitos (6 blocos por exploração em média; 4 a 5 hectares por exploração), não admira, ainda hoje, a importância dos extintos morgadios, da ex-propriedade vinculada e das antigas dadas.

É um sistema que permite que ainda haja homens e famílias que vivam, exclusivamente, de terra arrendada, propriedade perfeita que nunca trabalharam.

O principal bem dos Açores é, ainda, a terra. Condiciona menos que em todos os séculos anteriores, mas condiciona.

Enquanto a nossa opinião é esta, a de todos os estudiosos açorianos (sem preparação académica sociológica ou antropológica) tem-se inclinado mais para a influência geográfica e ecológica. Não dizemos que tal influência não exista, mas investigações, a partir da década de sessenta, em outras latitudes, provam a sua menor influência no psiquismo dos grupos estudados. Eric From, entre os psicólogos, sociólogos e antropólogos de quase todas as esclas refere, nos nossos dias, que a posição geográfica, embora tendo relevância na cultura material, é muito pouco influente na espiritual.

Como condicionantes principais da cultura espiritual dos açorianos temos, em conclusão, as tradições herdadas dos primeiros povoadores, a feição específica dada pela Igreja Católica e a influência da terra na perspectiva da sua posse e exploração. São estes, a nosso ver, os pressupostos essenciais do fundo temperamental ou, por outras palavras, da responsabilidade-moral dos açorianos. Sobre essa personalidade base, isto é, das suas características, já muito se escreveu, mas a evolução das ciências sociais tem-nas largamente desmentido. Daí a nossa análise ter sido outra.

Manuel Fidalgo

A IDENTIDADE CULTURAL PORTUGUESA: UM PATRIOTISMO ABERTO À UNIVERSALIDADE

Conferência Inaugural proferida pelo autor na Sessão Solene de Abertura do Curso de Defesa Nacional 1994, que teve lugar no IDN em Lisboa em 10 de Novembro de 1993.

Augusto Seabra

A IDENTIDADE CULTURAL PORTUGUESA: UM PATRIOTISMO ABERTO À UNIVERSALIDADE

Num país independente e livre como é o nosso, com uma comunidade nacional historicamente enraizada e civilizacionalmente aberta, o papel das instituições cívicas, educativas e culturais é fundamental para o reforço permanente do Estado democrático e a renovação constante de uma sociedade civil plural. Elas são, na verdade, ao mesmo tempo, a ossatura vertebral e o sistema de irrigação sanguínea da vida pública e privada, contribuindo decisivamente para a unidade na diversidade de um povo que, na sua composição regional heterogénea, no seu tecido social complexo, no seu mosaico antropológico denso e na sua diáspora dispersa, soube sempre equilibrar a sua existência colectiva e individual à volta de valores comuns, que transcendem os circunstancialismos e os particularismos, através de uma consciência patriótica de horizonte universalista.

O Instituto da Defesa Nacional tem sido, sem dúvida, no Portugal saído do 25 de Abril, um dos mais lídimos promotores desse espírito institucional, tendo prestado relevantes serviços à consolidação da nossa identidade, ao promover a afirmação do primeiro dever de todo o cidadão digno desse nome: a preservação da independência e da integridade da nação portuguesa, a todos os níveis da sua manifestação, num contexto interno e externo difícil e instável, cujas incertezas hoje se acumulam. Por termos participado, desde há vários anos, nestes cursos anuais, em que altos funcionários do Estado e das autarquias locais, ao lado de representantes das organizações sócio-profissionais, recebem uma formação sólida nos múltiplos domínios da problemática ligada à Defesa Nacional, que cabe tanto à instituição militar como às instituições civis e espirituais, numa sintonia e sinergia de esforços, podemos testemunhar da alta qualidade e do largo alcance desta missão levada a cabo com a colaboração dos melhores especialistas das grandes questões que interessam ao presente e ao futuro do nosso país e da nossa democracia, debatidas com liberdade e empenhamento patriótico.

É por isso para nós uma subida honra termos sido convidados a pronunciar este ano, na presença dos mais altos magistrados e dos representantes dos vários poderes do Estado, bem como de importantes instituições nacionais, esta lição inaugural, o que fazemos dentro daquele espírito de serviço com que o Instituto da Defesa Nacional pode sempre contar da parte de quem se quer, acima de tudo, um cidadão dialogando com outros concidadãos. Parafraseando Camões, aqui só

*«Vereis amor da pátria, não movido
Do prémio vil, mas alto e quase eterno.»*

O tema de que trataremos hoje foi já por nós abordado, recorrentemente e de forma sistemática, em vários seminários deste Instituto, constituindo um elemento central do seu programa. Ele situa-se, com efeito, no âmbito de uma questão que, por toda a parte, retorna e emerge como uma das mais candentes do nosso tempo: a reivindicação, e mesmo a explosão, das identidades culturais, neste fim de século e de milénio em que a planetarização se aproxima do seu auge, através dos meios científicos e tecnológicos que permitem uma informação e uma comunicação universais e quase instantâneas, de que se esperaria que resultasse um melhor conhecimento e respeito mútuo dos povos, mas de que tem sido concomitante a ressurgência dos conflitos étnicos, religiosos, linguísticos e outros, sob a forma da intolerância, do fanatismo, da xenofobia, tomando com os nacionalismos estreitos e agressivos uma das suas expressões mais perigosas, no momento em que se julgava que o processo de democratização e de generalização dos direitos humanos era irreversível, sobretudo após a queda do totalitarismo comunista a Leste.

Como poderá um país como o nosso, carregado de história e de civilização, mas sujeito durante séculos a uma longa decadência, de que só pouco a pouco vai hoje recuperando, preservar neste contexto, de modo equilibrado, a sua identidade cultural, assumindo um patriotismo saudável, alheio a qualquer tipo de nacionalismo xenófobo, para partilhar o seu destino não só com os povos seus irmãos em língua mas com todos os outros povos, a começar pelos europeus, de cuja Comunidade faz agora parte, numa União Política e Económica? Numa palavra: com afirmar hoje, sem complexos, uma vocação que fez de Portugal um dos mais antigos Estados independentes da Europa, com uma personalidade muito marcada — na língua, na cultura, na sensibilidade, no comportamento —, e também um dos primeiros a estabelecer relações intercontinentais com outras civilizações, contribuindo de

modo determinante para a «unificação da Humanidade», na expressão lapidar de Jaime Cortesão? Cremos que a resposta está no que este grande historiador, que estudou detidamente os «factores democráticos da formação de Portugal» e depois a gesta dos Descobrimentos, chamou o «humanismo universalista dos Portugueses».

Esse humanismo universalista ultrapassou, em nossa opinião, a sua versão clássica, para assumir, da modernidade à contemporaneidade, uma das formas mais actuais do que Edgar Morin chama um humanismo «multidimensional, planetário e antropológico», no seu livro recente *Terra-Pátria*, fazendo dele o fundamento de uma política do homem — uma «antropolítica» — em que o patriotismo é alargado às dimensões do planeta, de modo a preservá-lo quer de uma destruição total quer de uma degradação totalitária: «Ele é — escreve Morin — a nossa casa, *maison, home, heimat*, ele é a nossa matria e, mais ainda, a nossa Terra-Pátria.» Dir-se-ia uma glosa do nosso Padre António Vieira, que também de «matria» falou — como nos nossos dias um Miguel Torga ou uma Natália Correia — e que definiu assim, num dos seus sermões arrebatados, pregado em Roma em honra de Santo António, o patriotismo universalista dos portugueses: «Para nascer, pouca terra; para morrer, toda a terra; para nascer Portugal; para morrer, o mundo.»

É dessa fidelidade à pouca terra de nascença e desse desejo de disseminação pelo largo mundo que se nutre o humanismo português, ao longo de uma história que é, nos seus momentos altos, a de uma Diáspora que se projectou das viagens marítimas até às emigrações contemporâneas. Ao primeiro termo dessa forma bipolar de estar no mundo chamou Joaquim de Carvalho sentimento «terrantês», numa conferência pronunciada no Brasil sobre a «Compleição do Patriotismo Português». Esse enraizamento no terrunho natal é o que mantém os nossos emigrantes apegados à pátria de origem, à sua região, mesmo quando se adaptam pelas vicissitudes da vida ao país de residência. A «aldeia» e o «mundo» — eis o seu universo, como mostrou António José Saraiva num dos seus penetrantes ensaios. Daí a ânsia persistente de retorno, mesmo quando não concretizada nunca, a qual é alimentada pelo sentimento tão português da Saudade — sentimento que ascende a uma visão do mundo e da vida voltada não apenas para o passado mas para o futuro, como o é aliás, na sua essência, a poética do Saudosismo, que Teixeira de Pascoaes erigiu em fundamento do que chamou *A Arte de Ser Português*.

Foi a geração da *Renascença Portuguesa*, neste século, a primeira a levantar, no limiar da República, a questão da necessidade de preservar a nossa identidade cultural, como forma de luta contra uma decadência que a geração de 70, e sobretudo Antero, tinha diagnosticado e que, segundo Pascoaes, tinha sido o triste legado da Monarquia na sua fase moribunda: «Porque a monarquia constitucional não soube ser portuguesa — escreve o poeta de *Marânus* — é que ela caiu sem nada legar a Portugal, senão os seus vícios e os seus crimes...» O republicanismo dos homens d'A *Águia* era, no entanto, ao mesmo tempo de raiz política e profundamente patriótica, na linha da herança deixada pelo 31 de Janeiro e pela Liga Patriótica do Norte, que tinham sido essencialmente levantamentos contra o «Ultimatum» inglês de 1890, como o evidenciaram um Basílio Teles e um Sampaio Bruno, precursores desse movimento cultural. No interior da *Renascença Portuguesa*, que não era homogênea mas fraternalmente plural, manifestou-se é certo uma diferença entre o sector mais propriamente saudosista, voltado para a primazia a dar à defesa de uma idiossincrasia cultural portuguesa, traduzida nesse mito poético, e um sector que hoje diríamos europeizante, representado por Raul Proença e António Sérgio, que mais tarde fundariam a *Seara Nova*, já quase no final da Primeira República. Mas, longe de serem inconciliáveis, esses dois sectores eram, afinal, como com razão sustenta Agostinho da Silva, complementares: pois não reconheceu Pascoaes que o Saudosismo não era «nada incompatível com o moderno espírito europeu, mas antes acompanhando-o, embora sem perder o seu perfil inconfundível?» Proença era, entretanto, mais preciso, ao defender a necessidade vital de um equilíbrio entre o patriotismo e a abertura de Portugal ao exterior, em particular à Europa: «Pôr a sociedade portuguesa em contacto com o mundo moderno, fazê-la interessar pelo que interessa os homens lá de fora, dar-lhe o espírito actual, a cultura actual sem perder nunca, já se sabe, o ponto de vista nacional» — tal era o programa que ele propunha à *Renascença Portuguesa* e que depois na *Seara Nova* prosseguiu, ao lado de algumas figuras provenientes daquela, como Jaime Cortesão.

Nesta complementaridade, que podemos considerar paradigmática, de duas atitudes em última instância convergentes face à questão da identidade cultural, se inscreve toda a distância que separa essa geração do nacionalismo ideológico pela mesma época emergente no chamado «Inte-

gralismo Lusitano» — bem pouco lusitano, de resto, na sua cepa importada —, que mais tarde desembocará no nacionalismo do «Estado Novo», sob a batuta da *Realpolitik* salazarista. Desse nacionalismo fechado e estreito ao patriotismo aberto, que várias gerações democráticas defenderam contra a ditadura da «União Nacional» encarnada pelo seu chefe, a história deu mais recentemente conta. É certo que, como afirma Eduardo Lourenço, a fronteira entre o patriotismo e o nacionalismo é por vezes «muito ligeira e muito subtil», entre nós, desde o Liberalismo. Mas é possível e necessário, cultural e ideologicamente, distingui-los, tendo em conta as suas motivações profundas, que no caso português se rastreiam ao longo de um percurso onde alternam a afirmação de um ensimesmamento nacional e a busca de uma identidade na relação com a alteridade. E só esta funda, pensamos nós, uma identidade autêntica, até no seu princípio lógico, como o mostrou Heidegger.

É num outro abencerragem da *Renascença Portuguesa*, depois dela dissidente, para se lançar no modernismo do *Orfeu*, que encontramos o melhor exemplo dessa destriça essencial entre o nacionalismo e o patriotismo universalista. Referimo-nos, claro está, a Fernando Pessoa, que tem erradamente sido identificado com o primeiro, quando dele se separa irremediavelmente. Tendo, na verdade, começado por «coincidir» com as posições de Pascoaes acerca do que este pensava ser o «futuro da civilização lusitana» e defendendo, nesse horizonte, o carácter «absolutamente nacional» da nova poesia portuguesa, que analisou n'*A Águia*, profetizando a partir dela uma «Nova Renascença», de que adviria um «Supra-Camões», poeta máximo do «Supra-Portugal de amanhã», Pessoa viria a ser igualmente, como se sabe, com os seus companheiros, o arauto de uma Europa que visionou como culturalmente ecuménica, sem deixar de manter viva, como fazia questão de afirmar, a «ideia patriótica». Ao reclamar-se, porém, ambigualmente, de um «nacionalismo místico», ele abriu o caminho a uma recuperação superveniente da sua *Mensagem* — único livro em Português publicado em vida — por um nacionalismo que, esse, nada tinha de «místico», sendo declaradamente político. E, no entanto, tal obra, na sua estrutura e na sua intencionalidade esotérica e messiânica, é exactamente o oposto de qualquer nacionalismo ideológico, como o mostram muitos dos seus

poemas. E nomeadamente quando Pessoa dá da «nação» uma definição poética que é, entre todas, a provada do seu patriotismo universalista:

*«As nações todas são mistérios.
Cada uma é todo o mundo a sós.»*

Haverá acaso uma formulação mais ecuménica do que é a essência das «nações», identificadas com o mundo todo? Ela encontra-se, aliás, nos dois primeiros versos de um poema dedicado a D. Tareja, sendo significativo que as variantes do fecho do mesmo poema — como revela a edição crítica da *Mensagem* — mostrem como Pessoa inverteu curiosamente a filiação histórica: «Sê filha de quem foste mãe», assim interpela o poeta a mãe do primeiro rei de Portugal, que só como *pater* assume a condição de fundador de uma pátria, a partir de uma matéria, universalizando-a.

Mas há inúmeros outros textos em que o poeta dos heterónimos faz uma profissão de fé ao mesmo tempo patriótica e antinacionalista. Não chega ele a afirmar que «o nacionalismo é antiportuguês»? E não vai mesmo ao ponto de contrapor ao célebre *slogan* de Salazar «Tudo pela Nação, nada contra a Nação», estoutro que está nos seus antípodas: «Tudo pela Humanidade; nada contra a Nação»? Para Pessoa, com efeito, a Nação presente é o caminho para a «Super-Nação» futura: justamente o «Supra-Portugal de amanhã», com o seu «Supra-Camões», que tinha profetizado n' *A Águia*. E não se lia já em Camões a prefiguração do Portugal da *Mensagem*, como olhar esfíngico de uma Europa universal, quando o Épico, n' *Os Lusíadas*, fala do «reino lusitano» como «quase cume da Europa toda», uma Europa que os portugueses levaram do Ocidente ao Oriente, traçando a rota do pessoano «futuro do passado»?

Se assim exemplificámos, através de uma geração-charneira deste nosso século, a trama complexa de que se tece a consciência patriótica universalista nos mais altos espíritos da nossa literatura e da nossa cultura, foi para mostrar que ela é a expressão elaborada de uma questão fundamental que atravessa a formação da nossa identidade nacional, tendo impressionado alguns dos melhores observadores estrangeiros do «carácter» dos portugueses, de Unamuno a Keyserling, como já mostrámos num seminário do Instituto da Defesa Nacional.

Mas se quisermos vir até à actualidade, para surpreendermos a forma como os nossos escritores e intelectuais, já não do início e sim do fim deste século, enfrentam a questão do patriotismo e do nacionalismo, poderemos

cotejar, por exemplo, a forma como após o 25 de Abril os discursos pronunciados no «Dia de Camões, de Portugal e das Comunidades Portuguesas» abordaram essa problemática. É um *corpus* bem representativo: de Jorge de Sena a David Mourão-Ferreira, de Fernando Namora a Vergílio Ferreira ou a Agustina Bessa-Luís, de Vitorino Magalhães Godinho a Eduardo Lourenço — poetas e romancistas, ensaístas e historiadores —, todos buscam delinear o patriotismo que o Épico, símbolo por excelência da Pátria, viveu e exprimiu ⁽¹⁾.

É Jorge de Sena, sem dúvida, quem melhor o apreende, não só por ser um dos seus estudiosos mais apaixonados mas por com ele, como português errante, quase visceralmente se identificar. Ao traçar o retrato da figura camoniana, é justamente a fusão do seu patriotismo e do seu universalismo que põe em evidência, numa síntese modelar: «Ele, o homem universal por excelência, o português estrangeirado e esquecido na distância, o emigrante e o exilado, é em *Os Lusíadas* e a sua obra inteira tão intenso e tão grande, a medida do mais universal dos Portugueses e do mais português dos homens do Universo.» Repare-se bem: Sena acaba, através de Camões, por identificar Portugal com a própria Humanidade; «Ninguém, como ele desejou representar em si mesmo a Humanidade, representa tão exactamente o próprio Portugal como ele, no que Portugal possui de mais fulgurante, de mais nobre, de mais humano, de mais de tudo e de todos, de todos os tempos e lugares.» Esta visão da ubiquidade e a intertemporalidade da pátria, em que Jorge de Sena se revê a si mesmo, como se adivinha, é bem do «humanismo universalista» dos portugueses, tal como Jaime Cortesão o definiu.

Os outros discursos vão, sob diferentes formas, essencialmente no mesmo sentido, mesmo se cada um dos seus sujeitos neles projecta a sua própria idiossincrasia. Camões é, com efeito, como David Mourão-Ferreira o põe em evidência, um «poeta plural», que faz apelo a diversas leituras, a começar pelas da relação entre o poeta e o mundo, no qual foi «em pedaços repartido», como os portugueses, através de várias pessoas poéticas. Estas são, para David Mourão-Ferreira, uma antecipação dos heterónimos pessoanos, ao ponto de o orador, invertendo o mito do Supra-Camões, falar de Camões como um «Supra-Pessoa» em potência. Fernando Namora, quanto a ele, recorre a Dostoievski para definir a nação camoniana como não sendo nada

⁽¹⁾ *Camões e a Identidade Nacional*, Temas Portugueses, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1983.

mais do que a «pessoa do povo», vindo na «gesta lusa», sobretudo, um «ecumenismo em acção». «Por outras palavras — escreve ele —: não fizemos apenas a nossa história; fomos dos povos que fizemos também a história do mundo.» Vergílio Ferreira, pelo seu lado, propende a dar-nos uma imagem do patriotismo errante de Pessoa como sendo ao mesmo tempo enraizado na pátria originária — o «pátrio ninho» — e meditado entre a «estrangeira gente», a «estranha usança», num desgarramento permanente. Já Agustina Bessa-Luís, que prefere o Camões lírico ao épico, vai até minimizar a sua relação com a «Nação-Estado», alegando, aliás, que «somos um povo que sempre quis viver aproximado ao estado de natureza, e sempre quis evitar o estado de guerra». No seu radicalismo antinacionalista, ela chega de resto a afirmar: «O Estado-Nação e o Estado-Continente começam a tornar-se aberrantes.» O que é, sem dúvida, mais uma das suas fórmulas de provocação paradoxal...

Eduardo Lourenço, quanto a ele, demarcando o «mito nacional» camoniano de um «nacionalismo cego», que é «fonte de irrealismo histórico e de esquizofrenia ideológica e cultural», vê n'Os *Lusiadas* o «Texto nacional por excelência», pois se insere na história do «tempo» e do «mundo», que o poeta se queixou de lhe terem faltado. Por isso, afirma Lourenço, não o podemos colocar na «prateleira da História», já que «é ele mesmo História». Leitura histórica, sim, mas com os pés assentes na terra, como é próprio do historiador rigoroso, é a que faz Vitorino Magalhães Godinho do patriotismo de Camões, para quem «Portugal não é um só», mas múltiplo, tal como se manifesta tanto n'Os *Lusiadas* do Épico como, por exemplo, na *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto ou no *Soldado Prático* de Diogo do Couto, onde o carácter ao mesmo tempo inteiriço e diversificado dos portugueses se patenteia, fazendo com que se mantenham patriotas mesmo quando põem em causa o Estado, que muitas vezes os abandona. Como Jaime Cortesão, Godinho, nos seus estudos sobre os Descobrimentos, problematiza sempre o etnocentrismo de certas visões do patriotismo português, mostrando como este se abriu a uma universalidade civilizacional, em que os portugueses se fizeram outros sem deixarem de ser eles mesmos: assim foi na África, no Brasil, no Oriente, onde a mestiçagem, a miscigenação antropológica e cultural, permitiram o cruzamento de civilizações múltiplas. Portugal foi o pioneiro do que hoje se chama o interculturalismo, praticando-o antes de outros o virem a teorizar. Um dos elementos essenciais da comunicação com outros povos foi para os portugueses a

língua, que, sendo a sua pátria matricial, tal como a assumiu Pessoa, se tornou uma «pátria de várias pátrias», para usar a feliz expressão do nosso Presidente da República. Nas suas variedades, nos seus crioulos e nas suas formas de papiamento, a «portuguesa língua» de António Ferreira, cultor de um patriotismo linguístico mas também de um humanismo universal, foi um meio privilegiado de relação como «língua franca»; entre povos do mundo inteiro.

Cingimo-nos aqui a referências provindas dos meios literários e culturais mais marcantes, em que se repercute com especial acuidade a problemática nacional. Mas poderíamos citar, como exemplo dessa visão universalista do patriotismo português, alguns dos maiores estadistas do nosso tempo, como Francisco Sá Carneiro, que defendeu sempre, com uma lucidez e uma sensibilidade apuradas, que a nação portuguesa era uma pátria de comunidades, superando uma concepção meramente territorialista da nação, para a encarar como um todo disperso pelo mundo, no seu elemento fundamental: o elemento humano, que é o princípio e o fim de toda e qualquer política que se queira humanista, e portanto universalista, sendo do mesmo passo patriótica. E sem um patriotismo são, equilibrado e aberto não pode haver uma política nacional que se sustente, como afirmava também Carlos da Mota Pinto, que à Defesa Nacional consagrou, como governante, as mais empenhadas preocupações. Com ele pudemos, como Ministro da Educação, repor nas escolas, como ele fez no serviço militar, o culto da bandeira e do hino nacional, símbolos da nossa pátria e da nossa presença no mundo.

Uma das tarefas que mais se impõe, como um imperativo cívico, aos responsáveis da vida pública nacional, é a de ganharem consciência de que, desde a família à escola, desde a vida profissional à vida social e política, é essencial formar as jovens gerações no quadro dos grandes valores nacionais e universais da nossa civilização e da nossa cultura, não deixando descaracterizar, por cedência à facilidade (ou dificuldade?) dos tempos, a personalidade dos futuros cidadãos, que têm de continuar a construir o nosso país, de geração em geração, pelo seu saber, o seu trabalho, o seu espírito de serviço e de solidariedade.

O Instituto da Defesa Nacional tem dado para esses altos objectivos um contributo precioso, não descurando nunca nos seus programas esta temática, como temos podido testemunhar nos seus cursos anuais. Mas não se

ficou por aí. E porque esta questão é vital para o futuro do País, o Instituto procurou proceder a uma investigação rigorosa, mandando realizar, em 1988, um inquérito sociológico sobre «o nacionalismo e o patriotismo na sociedade portuguesa actual», que foi cometido ao Instituto de Ciências Sociais e cujos resultados, comentados por especialistas e introduzidos por personalidades relevantes da nossa vida intelectual, foram publicados em edição da revista *Nação e Defesa* ⁽²⁾. Mesmo se esse inquérito se centrou apenas na população do continente e ilhas, com uma amostragem de 1800 pessoas, das quais 300 dos Açores e Madeira, não se estendendo às comunidades migratórias, ele foi revelador de algumas questões que não se podem iludir, a partir da análise às respostas dadas, qualquer que seja o grau de ambiguidade da formulação das perguntas. Que a grande maioria dos inquiridos (63%) tenha preferido a referência a Portugal como «País» («este país», diziam há uns 20 anos certos mentores ideológicos...) à de «Pátria» e de «Nação» (respectivamente 21% e 9%, ficando a referência ao «Estado» nos 4%), é algo de sintomático, e tanto mais quanto essa preferência cresce à medida que a idade decresce e que os inquiridos pertencem às classes mais elevadas e instruídas. Em compensação, mais de metade dos inquiridos, sobretudo idosos e das classes baixas, identifica-se mais com a região de nascença, só 18% se sentindo em primeiro lugar membros do «País», e sendo baixíssimas as percentagens dos que dão primazia à Europa ou ao Mundo (1,7% e 3,9%), situando-se nas camadas mais elevadas e cultas.

Com toda a falibilidade possível dos inquéritos de opinião, temos aí uma indicação clara de que, no Portugal de hoje, sobretudo entre a juventude, apesar da identidade nacional no sentido amplo não estar em causa, ela se dilui na sua formulação e portanto na consciência das populações. Quanto à pertença de Portugal à Europa e ao Mundo, falta evidentemente o universo dos emigrantes para que o inquérito seja significativo.

Não podemos entrar aqui em detalhes sobre os factores políticos, sociais ou religiosos que estão por detrás das respostas. Mas uma análise genérica suscita-nos algumas reflexões e preocupações. Se, como vimos, nos grandes espíritos deste século a convergência do patriotismo e do universalismo é

⁽²⁾ *Nacionalismo e Patriotismo na Sociedade Portuguesa Actual*, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 1990.

patente, ela não encontra, pelos vistos, eco nas camadas mais jovens e aparentemente mais instruídas, mesmo se no povo em geral pode estar latente. O que significa que a educação cívica — se é que existe — falhou. Num estudo preliminar a esse inquérito, António Quadros afirma que é nas chamadas «elites» — as que dirigem política e intelectualmente o país — que a descaracterização do sentimento patriótico é maior. Só que, quanto a nós, pomos em dúvida se se trata de verdadeiras «elites», ou apenas de estratos promovidos social ou geracionalmente, sem uma correspondente consciência cultural, que foi a que sempre faleceu em Portugal às classes médias, desde o Liberalismo à República, com a consequente fragilidade da nossa democracia, que ainda hoje persiste. Estamos pois apenas em parte de acordo com António Quadros, quando este afirma que «só de elites profundamente renovadas surgirá um dia, se não for demasiado tarde, o movimento regenerador por que anseia patentemente a maioria dos portugueses, o povo português». Pensamos, quanto a nós, que há-de ser de uma educação cívica generalizada e conjugada das elites e do povo, através das instituições públicas e privadas — espirituais, culturais, sociais — que, mais do que uma regeneração, advirá uma Nova Renascença em Portugal, enquanto comunidade nacional aberta à comunidade europeia e à comunidade universal, preservando os portugueses a sua identidade na medida em que reconheçam as alteridades civilizacionais.

Como escreve Eduardo Lourenço na sua introdução ao inquérito do Instituto da Defesa Nacional, «em última análise o que separa o *patriotismo* — apego à terra natal, defesa da sua autonomia e luta para que seja o melhor que possa ser enquanto destino colectivo — do *nacionalismo*, e sobretudo de um nacionalismo sem fundamento em qualquer ameaça à nossa identidade, é o *ressentimento*». A esse ressentimento face a qualquer outro povo, que acaba por voltar-se contra nós mesmos, haveremos de opor, positivamente, o nosso patriotismo universalista, que é fundado, para retomar a tese célebre de Max Scheler, não no «homem de ressentimento», mas no «homem cristão»: católico, na acepção exacta do termo, isto é, universal.

Houve entre nós uma voz eminentemente católica que, tanto nos tempos da ditadura como nos da ameaça de um novo totalitarismo, se ergueu em defesa do patriotismo universalista dos portugueses. Foi a voz de D. António, Bispo do Porto, que, já em 1958, numa conferência feita em Coimbra, afirmava: «Opor nação e humanidade, nacionalismo e humanismo, seria, além de incompreensão, a maior das imprudências. Certamente venceria aquilo que

tem direito a vencer: o universal.» Desse universal cada português, em Portugal e no Mundo, dá testemunho, com o seu amor à terra de nascença e à humanidade.

«Assumir a nossa cidadania terrestre é assumir a nossa comunidade de destino», escreve Edgar Morin. Essa comunidade de destino é a que nos faz sempre pertencer a uma pátria, seja ela nacional ou universal.

Augusto Seabra

LA SITUATION ET LES PERSPECTIVES D'ÉVOLUTION AU MAGHREB

Conferência incluída no Ciclo de Conferências por individualidades estrangeiras, proferida no âmbito do CDN 94 em 26 e 27 de Janeiro de 1994, respectivamente, no IDN em Lisboa e na Delegação do Porto.

Assia Bensalah Alaoui

LA SITUATION ET LES PERSPECTIVES D'ÉVOLUTION AU MAGHREB

SUMARIO

INTRODUCTION

I — DES PÉRILS COMMUNS

II — DES SITUATIONS SPÉCIFIQUES

- La République Islamique de Mauritanie.
- La Libye.
- La Tunisie.
- L'Algérie.
- Le Royaume du Maroc.

CONCLUSION

INTRODUCTION

Naguère réputé stable, par rapport aux tourments qui déchirent le Mashrek, le Maghreb semble de plus en plus appréhendé en termes de «risques».

On peut poser la question est-ce que de zone «épargnée» (protégée) le Maghreb est en train de devenir une zone «esposée»?

En fait, le Maghreb n'a pas été une exception à une certaine instabilité généralement associée aux sociétés en développement. Au carrefour de l'Est-Ouest et du Nord-Sud et partie intégrante de Monde Arabe, il ne fut épargné ni par les disputes territoriales héritées de la domination étrangère, ni par les retombées de l'endémique conflit Israélo-Arabe. Ses sociétés particulièrement pénétrables ne peuvent non plus échapper aux défis globaux que posent à la sécurité et à la stabilité la modernisation et le changement politique.

Néanmoins, l'on constate que l'ère post-indépendance a été caractérisée par une remarquable stabilité intra-nationale pendant plus d'un quart de siècle, mais par un climat de tension régionale alimenté par des conflits latents et parfois ouverts mais relativement maîtrisés et circonscrits qui ont fait passer la région pour une zone de «low-intensity conflit».

Depuis les années 1987-1988, l'on assiste à une sorte d'inversion de cette problématique: à savoir une relaxation de la tension régionale qui va se concrétiser par la formation de l'Union du Maghreb Arabe en Février 1989 (même si les ferments de conflits inter-étatiques n'ont pas été totalement enrayés), mais par contre l'on voit la montée de facteurs intra-nationaux d'instabilité dont le plus notoire est, certainement, le fait intégriste avec une crise aiguë en Algérie. Ce phénomène participe certes, d'un mouvement général dans le monde arabo-musulman pour raisons diverses, mais son importance est amplifiée par un autre facteur: le profond malaise socio-économique que connaît le Maghreb.

Pour préserver sa stabilité, le Maghreb se trouve confronté en effet à une question clef: comment satisfaire les demandes d'une population croissante, essentiellement jeune et en proie à des frustrations économiques et de participation politique dans des sociétés de consommation de plus en plus affirmées?

Comment donc assurer, sans perturbations majeures, le passage du «clos à l'ouvert», tant à l'intérieur que vers l'extérieur? Comment en fait, dans l'ère des mutations fulgurantes, gérer l'accélération de l'Histoire pour un acteur modeste dans une situation de lourde dépendance et de crise financière?

La problématique se complique, lorsque l'on sait que le Maghreb est pris en tenailles entre des désordres internationaux et des incertitudes régionales qu'il ne peut maîtriser et des risques domestiques qu'il ne peut à lui seul conjurer! Lorsque l'on sait aussi que l'urgence des problèmes, n'a d'égal que la lenteur des réponses; lorsque l'on sait que ces réponses et solutions sont-elles-mêmes génératrices à court-terme d'instabilité pour ne citer que les ajustements économiques et les changements démocratiques; lorsque l'on sait enfin que les processus potentiels de stabilisation régionale sont timides ou carrément en panne. «L'introversion» de l'Algérie et «l'exclusion» de la Libye ont en effet gelé l'UMA mais aussi de dialogue 5+5 et celui plus global CEE-Maghreb. Le dialogue Euro-Arabe a vécu et l'ambitieux projet d'une CSCM n'est pas prêt de voir le jour.

L'on pourrait revenir dans les débats si vous le souhaitez sur les perspectives de l'équation UMA et les relations Maghreb-Europe.

Ces quelques remarques donnent toute la mesure de la complexité du problème et de l'étroitesse de la marge de manoeuvre des pays maghrébins.

Il est évident que l'on ne peut rendre justice à tous ces phénomènes dans le temps qui nous est imparti! L'on va cependant tacher de débrouiller l'écheveau. Il est certain que le vocable Maghreb recouvre une diversité considérable de situations. Néanmoins, avant d'analyser les situations spécifiques et leur évolution éventuelle, il semble opportun de mentionner les périls communs que le Maghreb affronte.

1 — DES PÉRILS COMMUNS

Du poids de la démographie à celui de la dette en passant par l'emploi, l'urbanisation galopante, la dégradation des ressources naturelles et de l'écologie, la détérioration des conditions de vie, l'insécurité alimentaire, les coûts sociaux des ajustements structurels, le déficit démocratique etc... Voilà autant de facteurs ou résultats du mal développement: des facteurs subversifs par essence, compte tenu de la capacité des économies locales. Ils sont trop connus pour nous appesantir dessus. Un bref aperçu seulement et peut-être quelques chiffres.

La pression démographique en tête: 66,5 millions d'habitants, avec 1,5 d'âmes supplémentaires par an à nourrir, à éduquer, à loger, à employer, exerce des tensions extrêmes sur les budgets tant familiaux que nationaux et sur les infrastructures et les ressources. La violence est également générée *par la structure démographique*. Plus de 40% de la population du Maghreb a moins de 15 ans; bien plus de 50% est en âge d'activité, d'où problème grave de *l'emploi*: plus de 5 millions de postes de travail à créer d'ici l'an 2000.

- Taux de chômage moyen élevé supérieur à 16%, bien plus élevé chez les jeunes (plus de 65% en Algérie). Chômage de jeunes diplômés aussi; phénomène inquiétant qui gâche les énormes efforts consentis *en matière d'éducation*. Pression démographique et chômage génèrent l'émigration, source aussi de tensions avec l'Europe.

- Directement lié à ce phénomène l'exode rural et l'urbanisation sauvage ou mal maîtrisée. A la clef, des conditions de vie déplorables, et dégradation des ressources naturelles qui compromettent les chances d'un développement durable.

Le défi écologique, on le sait est d'autant plus difficile à relever que le Maghreb zone semi-aride est pris en étau entre deux écosystèmes particulièrement fragiles: le bassin méditerranéen et le Sahara et que l'urbanisation y est galopante. La lutte contre la désertification, la déforestation, la dégradation des sols, et contre les prédateurs dépasse très largement les moyens nationaux. La lutte contre la détérioration de l'environnement et contre la pollution impose des surcoûts faramineux que les pays industrialisés rechignent à financer comme le montrent les difficultés de l'Agenda 21. La problématique méditerranéenne est bien connue. Les pays du Maghreb tentent d'harmoniser leurs efforts dans ce domaine — charte de Tunis — et la mise en oeuvre du Plan Bleu et des autres Plans conçus pour le Bassin. Pays Atlantique de surcroît, le Maroc a signé avec ses voisins, la France, l'Espagne et votre pays le Portugal un accord pour préserver l'Océan et protéger le Détroit. Démographie et environnement aggravent la problématique de la *sécurité alimentaire* des populations, facteur clef de la stabilité nationale voire régionale. Importations massives de produits alimentaires: plus de 6 milliards de \$US par an dont, 2 pour la seule Algérie. Alors qu'il est condamné à importer des produits agro-alimentaires, surtout d'Europe, pour survivre et pour développer le secteur, le Maghreb voit les flux Sud/Nord de ses produits agricoles se heurter au sacro-saint protectionnisme de la PAC. Peut-être pourrions-nous replacer ce problème dans nos discussions dans la problématique globale Maghreb-Europe? Pour préserver la sécurité alimentaire des plus pauvres, les pays du Maghreb consentent des Subventions massives aussi aux denrées alimentaires de base dont la suppression totale est politiquement insoutenable. En témoignent les émeutes de la faim récurrentes.

L'équation de la sécurité alimentaire vient donc aggraver le double cercle vicieux dépendance-endettement.

Sauf pour l'opulente Libye, *la dette extérieure* semble un péril commun avec un stock de l'ordre de 60 milliards de dollars en 1992. Les schémas varient d'un pays à l'autre, mais elle représente un fardeau très lourd pour les économies et les finances locales.

INDICATEURS DE LA DETTE EXTERNE DES PAYS DU MAGHREB — 1992

	<i>Dettes ext totales</i>	<i>EDT/GNP (1)</i>	<i>TDS/XGS (2)</i>	<i>PNB</i>
Algérie	26,806	70,4	73,7	32,678
Maroc	21,3	80	27,8	27,652
Tunisie	7,534	66,2%	22,7%	11,594
Mauritanie	2,227	214,7%	16,8%	1,03

Source: Banque Mondiale, Dette externe totale et PNB en Miliards de \$US.

1 — E.D.T./G.N.P.: ratio de la dette par rapport au PNB.

2 — T.D.S./X.G.S.: ratio de la dette par rapport aux exportations de biens et services.

Il n'existe aucun schéma global pour alléger la dette du Maghreb. Or, son service compromet les investissements productifs et hypothèque le développement. Il réduit considérablement les capacités des gouvernements à satisfaire les demandes des populations.

II — DES SITUATIONS SPÉCIFIQUES

La République Islamique de Mauritanie

Au delà de ces périls communs vécus, certes avec plus ou moins d'acuité selon les cas, les pays du Maghreb doivent résoudre leur équation socio-politique spécifique en intégrant «l'exigence» de changement démocratique.

Jusque là peut-être la plus réfractaire, *la République Islamique de Mauritanie* s'est lancée dans une «démocratisation contrôlée». La Constitution de l'été 1991 a initié une ouverture du système. De nombreux partis politiques se sont créés ou restructurés. Les lois sur la presse ont été suivies par une prolifération de nouveaux titres. Si la liberté d'expression s'est renforcée, la réélection contestée, le 24 Janvier 1992 du Président Le Colonel Mouawiya Ould Tayah et les élections législatives, boycottées par l'opposition le 6 Mars 1992, n'ont pas remis en cause la majorité écrasante du parti présidentiel. Avec un taux de participation infime, l'ouverture démocratique tant souhaitée par les bailleurs de fonds ne semble pas avoir eu lieu.

Si le danger ne risque pas de venir de l'opposition islamiste, les divisions ethniques, les habitudes bureaucratiques du règne militaire et surtout la pau-

vreté et les problèmes économiques constituent des menaces réelles. Le lancement des réformes et du programme de redressement économique — 1992-95 — avec à la clef une dévaluation de 29,7% de l'ouguiya, a été accueilli par de violentes manifestations à Nouakchott en dépit de la politique sociale d'accompagnement et de lutte contre le chômage. Les perspectives semblent plutôt sombres pour un pays qui voit ses recettes à l'exportation chuter notamment dans le domaine de la pêche, et dont l'aide au développement devenue plus chiche, constitue plus de 23% du PNB.

La Libye

Lancée par une vaste campagne médiatique en 1987, la «Kaddafistroïka» devait marquer une inflexion importante de la politique globale de la Libye. Ce mouvement était censé initier une large réforme économique graduelle, réduire l'intervention idéologique de l'État et opérer des changements significatifs de politique intérieur et extérieure. En effet, le petit commerce privé a été autorisé, l'artisanat encouragé et les privatisations envisagées. En Septembre 1992, la loi n.º 9 a fixé le cadre des activités du secteur privé et des privatisations.

La volonté de supprimer tous les pouvoirs intermédiaires, de faire un pas de plus dans l'instauration du pouvoir direct des masses (jamahirya), s'est manifestée dans la mise en place d'un nouveau découpage administratif en 1500 communes, disposant de l'autonomie financière et de gestion des services publics. Le Colonel Kaddafi a également présenté le projet de distribuer directement à la population libyenne la moitié des revenus pétroliers du pays et de réduire en conséquence les responsabilités de l'État, notamment dans les domaines de l'enseignement et de la santé. Deux grands hôpitaux de Tripoli ont déjà été privatisés au bénéfice de leur personnel. Sept ans après, le bilan de ce changement de doctrine est mitigé. Les sanctions décrétées, contre la Libye, par le Conseil de Sécurité sont venues entre temps brouiller un peu plus la donne Libyenne. Devant le refus du Colonel Kaddafi de livrer les deux ressortissants Libyens accusés d'être impliqués dans l'attentat de Lockerbie, le Conseil de Sécurité a voté le 31 Mars 1992 la résolution 748 instituant un embargo aérien et militaire contre la Libye. Maintenues le 8 Avril 1993, ces sanctions seront aggravées le 11 Novembre 1993. La résolution 833 du Conseil de Sécurité exige, en effet, le gel d'une partie des avoirs Libyens à l'Étranger, la fermeture de tous les bureaux de la com-

pagnie Libyan Arab Airlines et interdit la fourniture à Tripoli d'équipements liés à l'industrie pétrolière. Un délai de grâce reportait néanmoins l'entrée en vigueur de ces nouvelles mesures au 1er Décembre 1993. Les deux questions liées qui se posent sont: quel est l'impact de ces sanctions sur l'économie Libyenne? Sont-elles de nature à déstabiliser le Colonel Kaddafi et son régime? Une réponse précise à la première est malaisée. Le coût des sanctions, estimé par les autorités Libyennes, serait de 2,4 Milliards de Dollars US et pourrait s'élever à 10 Milliards suite aux nouvelles mesures qui aggraveront un peu plus la crise Libyenne ⁽¹⁾. Selon les observateurs des affaires Libyennes, ces chiffres seraient très exagérés. L'embargo aérien n'aurait eu que des retombées marginales. Il n'affecte en rien l'exportation du pétrole qui se fait par mer — l'organisation d'un véritable marché noir terrestre avec les voisins Egyptien et Tunisien en a considérablement limité les retombées. L'impact des nouvelles mesures restera sans doute limité. Le gel ne concerne pas les fonds Libyens résultant de la vente du pétrole ou de produits agricoles. Tripoli n'aurait pas non plus attendu le durcissement des sanctions pour rapatrier ses avoirs placés à l'Étranger — de plus ces sanctions ne pourraient avoir de résultats décisifs sur un pays dont la population ne dépasse guère les 4 millions de personnes avec un revenu pétrolier s'élevant à 9,7 milliards de dollars par an et des revenus des investissements et de dépôts avoisinant le milliard et demi! Un pays du surcroît — fait rare dans le Tiers-Monde —, qui est exempt de dette à rembourser. Cependant, ces sanctions ont certainement entraîné une dégradation des conditions de la vie quotidienne. L'inflation s'est accélérée pour atteindre trois chiffres, alors que le marché noir ne connaît plus de limites et que les salaires sont de plus en plus insuffisants. La dépréciation du dinar Libyen a atteint un niveau plancher le portant en une année de 1 Dollar US à 25 cents. L'écart entre le cours officiel du dinar et le marché parallèle s'établissant de 1 à 6 ⁽²⁾. De plus, la Libye craint que la dernière Résolution du Conseil de Sécurité n'ouvre la voie à un embargo pétrolier. Ce ralentissement de l'économie est-il suffisant pour secouer Kaddafi et son régime, cible première des sanctions? Rien n'est moins sûr. Il est clair que les sanctions ont mené à une crise de confiance avec un certain isolement diplomatique et l'affaiblissement de l'autorité du

(1) Voir «Le Monde» du Mardi 11 Mai 1993 et «Libération» (France) du 2 Décembre 1993.

(2) Voir «Le Monde» du 11 Mars 1993, p. 38, et «Arabies», Janvier 1994, p. 32.

Guide à l'intérieur. Mais elles ne semblent pas avoir entamé le rôle essentiel joué sur la scène Libyenne par le Colonel Kaddafi.

Sur le plan géopolitique tout d'abord, les voisins les plus proches notamment la Tunisie et l'Egypte n'ont aucun intérêt du moins pour l'heure, à une déstabilisation brutale du régime Libyen. Les efforts déployés par les Présidents Ben Ali et Moubarak pour tenter d'infléchir les positions occidentales en témoignent. La Russie par ailleurs qui avait l'espoir de recouvrer une créance de 4 Milliards de \$US s'est alignée à la dernière minute aux côtés des trois grands, non sans chantage. Elle demeure réticente de voir toute la rive Sud de la Méditerranée sous la coupe américaine. Ce sentiment semble partagé par la France, en dépit du contentieux de l'attentat de l'UTA, toujours non réglé et la colère générée par la tension qui règne actuellement entre la Libye et l'Algérie. Cette dernière pourrait avoir des implications plus sérieuses pour la Libye et la cohésion maghrébine. Après plus de deux décennies de course à l'hégémonie dans le Sahel, les deux pays sont entrés dans une crise ouverte depuis le 1er Septembre 1993. Les déclarations intempestives faites par le Colonel le 1er Septembre 1993, perçues comme une ingérence notoire par les Algériens, auraient été motivées par le soutien logistique fourni par l'Axe Washington-Alger à l'opposition Libyenne. Les autorités algériennes auraient offert, il y a quelques mois, une base à Edjila à 150 miliciens de l'ALN ⁽³⁾. (Selon l'hebdomadaire français VSD, ce village frontalier aurait connu le 12 Octobre une confrontation armée entre les deux pays faisant 800 morts!) Ce soutien est devenu plus manifeste avec l'accueil, à Alger le 15 e 16 Octobre 1993, d'un congrès des Chefs de l'opposition libyenne: Mansour Kikhya (ancien ministre des Affaires Etrangères enlevé depuis au Caire en Décembre), le Commandant Abdelmoneim al-Houni (qui dirige la coordination des forces démocratiques et nationales) et surtout Mohamed Meghariaf (Secrétaire Général du Front National du Salut Libyen). La faiblesse de l'opposition demeure, en effet avec la richesse de la Libye, le meilleur allié de Kaddafi. Affaibli, le Colonel Kaddafi n'en semble pas moins indispensable, car il n'existe pas d'alternative politique vu l'absence d'opposition sérieuse. Passé maître dans l'art de brouiller les pistes et de cultiver le double discours, le Guide de

(3) La milice ALN du Front National du Salut Libyen de Mohamed Meghariaf avait été évacué en catastrophe du Tchad en Décembre 1990 lors de la chute du Président Hissen Habré, vers les Etats-Unis où 4 camps ont été créés à Denver (Colorado) à Miami (Floride).

la révolution n'a pas hésité, à éradiquer les Islamistes en 1989 qui représentaient le seul danger potentiel. Dans un discours télévisé, le Lundi 10 Janvier 1994, le Guide a adressé une sérieuse mise en garde aux «Islamistes» qu'il a qualifiés de «traîtres» à la solde des pays occidentaux. Parallèlement, dans le train des lois que le Parlement devra examiner, des lois dites de «sanctions» sont destinées à publier des jurisprudences visant à sauvegarder la société de certains comportements interdits par le Coran ou du moins par l'interprétation que le Guide en fait. Côté militaire, ses services ont démantelé un réseau de jeunes sous-officiers qui préparaient un attentat à la voiture piégé contre le convoi du Colonel qui devait se rendre à Misrata le 15 Octobre dernier. La presse a également fait état d'une rébellion militaire en Octobre 1993 dans la zone de Qarabouli. Depuis le retrait du Commandant Abdeslam Jelloud, Kaddafi tient tout en main. Avec l'affaiblissement du rôle de l'armée, sa stratégie essentielle basée sur les alliances avec les petites tribus s'enrichit de l'appui sur d'autres tribus, sans s'éloigner des premières. La configuration du pouvoir de base n'a donc pas subi de variations majeures au début des années 90, à quelques purges près au sein des comités révolutionnaires. En 1992 il a également limogé plusieurs «ainés» en faveur des jeunes. Depuis l'application des sanctions, la Libye vit au rythme des démonstrations de force et de manifestations de soutien au Colonel dirigées par lui-même en personne. Un véritable remue-ménage a touché les domaines économique et militaire et des changements en douceur ont eu lieu dans le volet politique. Omniprésent à travers le pays, il vise avant tout à regagner la confiance de son peuple. Il faudra attendre les prochaines assises du «Congrès Général du Peuple» prévues pour ce début de 1994, pour voir plus clair dans les intentions du Guide de la Jamahiriya.

Les propositions déjà énoncées, qui devront être examinées par le Parlement, donnent déjà une idée sur quelques orientations. Ainsi en est-il de la publication d'une loi sur les investissements, d'un projet de loi portant sur l'exercice des activités économiques, d'une étude sur la convertibilité du dinar, ou de la révision de la situation du secteur public (privatisation des secteurs de la santé, des écoles, des universités).

Amer contre ses pairs Maghrébins en général, le Président Kaddafi ne ménage pas la Tunisie voisine.

La Tunisie

La marche vers la démocratie semble avoir été freinée en Tunisie et gelée en Algérie par la montée de l'intégrisme religieux. Le changement promis par le Président Zine El Abidine Ben Ali au lendemain de la destitution du leader historique — le 7 Novembre 1987 — a basculé vers un raidissement du régime confronté au «péril islamique». Contraint à la clandestinité, le mouvement EN NAHDA va étendre son emprise sur la société et s'engager dans une violence sévèrement réprimée. Les verdicts «apaisants» des procès contre les Islamistes — fin Août 1992 — semblent avoir clos le cycle violence-repression. En fait le désastre du voisin Algérien servant de repoussoir a certainement aidé le pouvoir Tunisien à mener une lutte sans merci contre les Islamistes dans une indifférence quasi générale. Il n'y a guère que Amnesty Internationale pour dénoncer les «700 morts sous la torture».

Parallèlement le pouvoir s'emploie à créer des «esprits ouverts» à travers la réforme de l'éducation visant à «dé-islamiser» les programmes scolaires, par le renforcement des sciences-humaines et la culture générale dans le secondaire, au détriment des sciences exactes comme le soutient le ministre de l'éducation. La logique sécuritaire qui prévaut, notamment à travers le quadrillage de la société par les différentes polices et par le Parti au pouvoir (RCD) et les comités de quartier a mené, néanmoins, à un certain immobilisme. La décrispation tant souhaitée et le changement promis sont-ils enfin possibles?

Exigence politique et impératif socio-économique à la fois, «l'ouverture» est en manque d'interlocuteurs crédibles. Face en effet au RCD — parti au pouvoir présidé par le chef de l'État, et seule organisation à exercer une influence réelle, l'opposition, absente du Parlement reste divisée et d'une certaine manière invertébrée. Les deux cents personnalités qui ont lancé un appel pressant, le 9 Avril 1993, à «toutes les forces démocratiques» pour lutter contre la «domination du Parti État» et le «recul des libertés» semblent ne représenter qu'eux-mêmes et ont été qualifiées par le pouvoir de «salonards aigris». Une classe moyenne éduquée et nombreuse est plutôt soucieuse de préserver sa «qualité» de vie. Les sept formations politiques légalement reconnues, plus de 5000 associations et plus de 120 publications ont une marge de manoeuvre étroite. Le «noyautage» des institutions civiles et la récupération par le pouvoir de certaines de leurs personnalités laissent un vide entre le RCD et les Islamistes. C'est

précisément cette lacune que le Président Zine Al Abidine Ben Ali cherche à combler, à la faveur de la réforme du code électoral afin que les élections législatives du 20 Mars 1994 initient le jeu démocratique. Le 13^{ème} amendement du code électoral depuis l'indépendance (1956) est — selon la déclaration du Président Ben Ali du 7 Novembre 1993 — de nature à concrétiser sa volonté de réaliser «le multipartisme» au sein de la chambre, à travers la représentation des partis politiques en fonction de leur poids et de leur rayonnement dans la société». Cette démarche est censée constituer une «consécration du principe du pluralisme» dans un modèle spécifiquement tunisien, «façonné graduellement, sans anarchie, sans précipitation et loin de tout immobilisme», comme l'a affirmé le ministre de l'intérieur, Abdallah Kallel devant la Chambre des Députés. La loi organique n.° 93-118 du 27 Décembre 1993, modifiant et complétant le code électoral, autorise les candidats pour les élections présidentielles ou législatives «à utiliser la radio-télévision tunisienne pour leur campagne électorale» (Art. 37). Elle institue également une aide financière aux candidats à la Présidence et améliore celle octroyée aux listes concourantes pour les législatives en permettant le versement de la moitié de la prime consentie dès l'obtention du récépissé. L'apport essentiel de la réforme réside, cependant, dans la répartition des sièges et dans l'introduction d'une dose de proportionnelle dans le scrutin. Les discussions sur le code électoral ont consisté à définir la part que le RCD allait laisser aux autres formations. Il ressort en effet de la lecture conjuguée des nouveaux articles — 72,88 et 105 bis — qu'en outre des sièges affectés à chaque circonscription sur la base d'un siège pour 60 000 habitants (Art. 72 al. 2) il y aura une répartition à l'échelle nationale d'autres sièges. Le nombre de ces derniers, resultera de la différence entre les premiers et le nombre total des sièges à la Chambre des Députés (Art. 72 al. 4) qui est calculé lui sur la base d'un siège pour 52 500 habitants. (Art. 72 al. 1.) «Les députés sont élus en un seul tour de scrutin par vote sur les listes» (Art. 88). «La répartition des sièges au niveau national entre les listes qui n'ont pas remporté [de sièges dans les circonscriptions] se fait sur la base de la règle de la proportionnelle en tenant compte de la plus forte moyenne» (Art. 105 bis al. 2), avec la prise en compte des voix obtenues, au niveau national pour les listes des partis politiques et seulement au niveau de la circonscription pour les autres listes. Bien implanté dans les circonscriptions, le RCD peut donc compter sur l'élection de quelques 140 députés. Le mode de scrutin et les calculs savants de la

répartition nationale devant permettre l'entrée dans le Parlement unicaméral, jusque là monocoloré, d'une vingtaine de députés de l'opposition. Le multipartisme serait ainsi consacré, sans toutefois que l'opposition atteigne le chiffre fatidique de 30 députés qui est nécessaire pour présenter un candidat aux élections présidentielles. Cette démocratisation «contrôlée» viendra en fait conforter la prospérité économique, facteur majeur de la stabilité actuelle. Certes le problème de la dette demeure lancinant. Par ailleurs, démarrée en 1987 et soutenue par différents programmes d'assistance internationale, les privatisations tunisiennes avaient concerné à la mi-1992, 38 entreprises de l'hôtellerie, du textile et du bâtiment. Sur un effectif de 12 300 salariés 7000 ont conservé leur emploi. Avec un taux de chômage de 15% le problème de l'emploi reste un problème sérieux à la poursuite des privatisations, car l'on estime que 20% des entreprises privatisables avaient environ 30 000 personnes de sureffectifs. Conjuguées à l'insuffisance de l'épargne mobilisable, ces difficultés expliquent l'essoufflement du processus à partir de 1990. Néanmoins trois années successives de pluies et de récoltes exceptionnelles sont venues confirmer une croissance soutenue (8,6% en 1992). Forte aussi du satisfecit délivré par le FMI et la Banque Mondiale suite au douloureux programme d'ajustement structurel, la Tunisie du Président Zine Al Abidine Ben Ali devra ainsi entamer dans de bonnes conditions les négociations avec l'Union Européenne prévues pour Mars prochain. Nous reviendrons sur ce processus dont le Maroc et la Tunisie sont les pionniers et qui vise à instaurer une relation nouvelle entre l'UE et le Monde Méditerranéen.

L'Algérie

L'Algérie quant à elle avait d'abord choisi la stratégie inverse de la Tunisie. A la suite de la révision constitutionnelle de 1989, le Front Islamique du Salut reçut, comme on le sait, l'autorisation d'exister en tant que parti politique parmi beaucoup d'autres. La suite est bien connue: Raz-de-marée aux élections locales de Juin 1990 — les premières élections libres en Algérie. Après bien des péripéties victoire écrasante du FIS au premier tour des élections législatives le 26 Décembre 1991. La perspective de voir le FIS régner sur le Parlement fit annuler le second tour, gelant ainsi le processus de démocratisation «jusqu'à ce que les conditions nécessaires soient réunies pour le fonctionnement normal des institutions». La dissolu-

tion le 4 Mars 1992 d'un FIS décapité et l'emprisonnement de ses principaux leaders n'ont pas arrêté la logique de la violence. Si l'assassinat du Président Boudiaf n'a pas bouleversé les données politiques, le choix de cibles civiles par le FIS, notamment l'attentat de l'Aéroport Houari Boumédiène (26 Août 1992) déclenche le cycle infernal terrorisme/repression. Les sévères réglementations sécuritaires, adoptées en Septembre 1992, ainsi que la lutte antiterroriste confiée à l'armée, n'ont pas entamé la détermination des Islamistes. Bien au contraire, l'année 1993 a connu une escalade sans précédent de la violence. Contrairement à la théorie du terrorisme aveugle, une stratégie bien orchestrée semble à l'oeuvre. Ainsi, les attaques contre les «officiels» se sont multipliées. Le nombre des victimes serait de plus de 2000 parmi les policiers, gendarmes, soldats et magistrats et dans les rangs des islamistes. A partir du printemps 1993, les intellectuels — écrivains, journalistes, médecins deviennent des cibles privilégiées — et le sabotage économique s'intensifie. En Septembre 1993, une nouvelle étape est franchie avec l'assassinat des étrangers, jusque là épargnés. Le respect de la période de l'ultimatum adressé aux étrangers pour quitter le pays ainsi que le choix des victimes à son expiration (deux Français, une Russe, un Espagnol, un Britannique, douze Croates, un Belge, un Italien — 26 au total) afin d'intimider les ambassades concernées, ne semblent pas l'oeuvre de terroristes isolés! Ce scénario bien huilé — et respecté à la lettre — se manifeste également dans une sorte de division du travail instauré entre les différents commandos et groupes armés, incontrôlables selon le FIS. Alors que les petits commandos autour des Mosquées s'attaquent aux policiers, le Groupe Islamique Armé (GIA) de Djaafar El Afghani semble diriger la guérilla urbaine — surtout à Alger. Le Mouvement Islamique Armé de Saïd Makhloufi tend à partir des maquis, des embuscades dans l'ensemble du pays, contre l'armée et même un préfet (celui de Tissemsilt tué de 10 Janvier). Il y a bien sûr ceux qui cèdent en apparence à la seule passion comme Sayeh Attia, principal instigateur du massacre des douze Croates le 15 Décembre à Tamezguida. Semer le doute chez les représentants de la puissance publique, réduire au silence «les intellectuels» et cultiver le désarroi chez les populations civiles, mettre à genoux l'économie et isoler les gouvernants de leurs bailleurs de fonds étrangers semblent bien les volets de la stratégie «de la terre brûlée» qui prévaut. Prouver en somme la faillite de la gestion du pays par l'équipe en place et de la logique sécuri-

taire et que rien ne sera possible sans les «Islamistes». Si le scénario de l'embrasement est à écarter, l'effondrement de l'appareil répressif étant peu probable, une dérive «à la libanaise» est à craindre. L'heure est donc au programme économique de sortie de crise et à l'exploration d'un compromis politique à travers le dialogue national.

Sur le premier plan la politique inaugurée en 1990 par le Premier Ministre Mouloud Hamrouch, pour «des-étatiser» l'économie a été implicitement abandonnée par Sid Ahmed Ghazali et officiellement par Belaid Abdeslam. Mais «les mesures d'austérité rigoureuses équitablement réparties» prônées par celui-ci n'ont pas remis l'Algérie au travail comme il l'escomptait. Le père des «industries industrialisantes» n'a guère convaincu d'autant qu'il naviguait à contre courant en consolidant un secteur public aussi budgétivore qu'inefficace. Appelé à la rescousse, Rheda Malek peut-il redresser la situation et réussir la transition vers l'économie de marché, objet enfin de consensus pour sortir de l'impasse? Certes, il jouit d'une solide amitié avec les démocrates américains, pour avoir servi d'intermédiaire dans la libération des otages américains en Iran. L'axe Washington-Alger s'est consolidé depuis son arrivée au pouvoir. Il peut aussi compter sur le soutien des pays occidentaux notamment de l'Italie et de la France qui ont déjà fourni un répit financier à l'Algérie (*). Il s'est également entourée d'une équipe déterminée et rompue aux méthodes de la gestion capitaliste. Ces atouts arriveront-ils à bout de la détérioration de l'économie et du profond malaise social? Les indicateurs globaux semblent au rouge. Le revenu per capita est tombé de 2743 US\$ en 1987 à 1472 en 1992. La dette extérieure totale a grimpé de 41% du PIB en 1987 à 70,4% en 1992. Son service absorbait en 1992, 77% des recettes d'exportations contre 58,5 en 1987. A cet égard les perspectives sont rendues plus sombres par la chute du prix des hydrocarbures. Pour la première fois, le total des recettes attendues cette année est inférieur aux 9,4 milliards de dollars nécessaire pour honorer le seul service de la dette en 1994. Il faudra aussi trouver les 2 milliards de dollars pour couvrir l'incontournable facture des importations alimentaires. Les mêmes interrogations valent pour d'autres importations, notamment celles de l'acier et du ciment, indispensables pour pallier la crise notoire

(*) Deux «reprofilages» de la dette ont été accordées en 1992: l'un par l'Italie portait sur 2,4 Milliards de Dollars et l'autre par un consortium bancaire conduit par le crédit Lyonnais de 1,4 Milliards de Dollars.

du logement et celles qui sont nécessaires pour alimenter l'appareil productif ⁽⁵⁾. Celui-ci tourne en effet à 50% seulement de ses capacités et souvent à moins. La décrépitude du secteur public, accusé de mauvaise gestion et devenu un gouffre financier rend particulièrement délicate sa restructuration ⁽⁶⁾. Son inefficacité est semble-t-il aggravée par ses difficultés d'approvisionnement en dépit de la priorité dont jouissent les 1600 entreprises publiques. Priorité qui gêne un secteur privé balbutiant. La loi du 14 Octobre 1993 favorisant le partenariat privé avec l'Étranger n'est pas prête de trouver un écho favorable. Le climat ne semble guère propice à attirer un investissement étranger fort sollicité par des environnements plus cléments. Certes, le marché informel, qui pèse selon certaines estimations autant que le marché officiel fournit aux Algériens tout ce qu'ils ne trouvent pas dans les circuits officiels. Mais une inflation à deux chiffres rogne chaque année 30% d'un pouvoir d'achat déjà fort éprouvé. Les salaires ont été gelés en Mars 93 et le chômage touche officiellement plus de 21% de la population active et 65% des jeunes de 15 à 24 ans. Le gouvernement cherche une issue en renouant les discussions avec le FMI rompues par B. Abdeslam au printemps 1993. Conscient de l'impact déstabilisateur des «remèdes de cheval» du Fonds, il négocie pour en atténuer la conditionnalité. Grâce à l'intermédiation de Paris, le directeur Français du FMI — Michel Camdessus serait prêt à n'appliquer que progressivement ses recettes. L'idéal comme l'a affirmé Reda Malek, le 14 Décembre, consisterait à négocier de nouvelles opérations de refinancement de la dette à travers un «reprofilage multilatéral». L'on éviterait alors l'impact psychologique du terme «rééchelonnement» ainsi que la fin de facto des crédits bancaires privés qu'il entraînerait. Alger craint notamment de se couper du Japon, seul pays exportateur durablement de capitaux. Les discussions tournent autour des modalités des mesures inévitables. Aussi, la dévaluation du dinar de 50% souhaitée automatique par le Fonds pourrait-elle se faire par paliers mensuels. L'ouverture du commerce extérieur, qui entraînera la mévente des produits locaux et supprimera la «manne» fournie par les autorisations, serait relative. La réduction du

⁽⁵⁾ Pour seulement éviter une dégradation de la situation de l'habitat (7,7 personnes pour un logement), l'Algérie devra construire 107 000 logements supplémentaires par an. En 1993 le parc immobilier ne s'est enrichi que de 30 000 unités.

⁽⁶⁾ Selon le FMI, entre 1990 et 1992 l'État lui a consacré 176 milliards de dinars (70% de ses recettes budgétaires en 1991). En 1993, 83 milliards devaient lui être octroyés.

déficit budgétaire et notamment du financement du secteur public reste à définir. Mais comment la concilier avec l'accord du 18 Janvier avec l'UGTA garantissant l'augmentation du SMIG de 60% le faisant passer de 2500 Dinars à 4000 (*)? A moins que le Gouvernement ait reçu des assurances du FMI dans ce sens. Le désengagement de l'État de l'économie, la réduction des effectifs de l'administration et des entreprises publiques devront se faire avec la plus grande prudence. La signature d'un accord de confirmation avec le FMI débloquerait 600 millions de Dollars par an pendant les trois ans du programme d'ajustement. La Banque Mondiale pour sa part, y contribuerait pour 500 millions de Dollars par an pour financer notamment les «filets» sociaux destinés à amortir le choc pour les couches les plus défavorisées de la population. Avec ce schéma — dont les termes exacts ne sont pas encore connus — l'Algérie pourrait boucler ses fins de mois, passer les trois années les plus difficiles du service de la dette et assainir l'économie d'ici à fin 1996. L'étude «Algérie 2005», élaborée en Octobre 1993 par une équipe d'économistes pour l'INESG (Institut National des Etudes de Stratégie Globale) ne partage pas cet optimisme. Elle estime qu'en dehors d'une marche forcée vers l'économie de marché, la redéfinition du rôle de l'État, et la préparation sérieuse du pays pour l'ère pos-hydrocarbures il n'y aura pas de salut. Une question demeure posée pour l'heure. Si un accord avec le FMI est signé avant le 31 Janvier, par quel gouvernement sera-t-il appliqué (ou non) au delà de cette date. Pour l'heure le devenir économique de l'Algérie demeure tributaire de l'issue politique de la «Conférence de Consensus National» qui se tiendra les 25 et 26 Janvier.

Une grande incertitude plane encore sur l'issue de cette conférence, censée mettre sur pied les institutions politiques qui géreront le pays pendant une période transitoire de trois ans. Au delà du report du calendrier politique d'un mois et des péripéties du dialogue initié par la Commission du Dialogue Nationale (CDN) créée le 13 Décembre, le «consensus» souhaité semble bien compromis, tant au niveau de la participation, qu'au sujet de la plate-forme proposée comme base de discussions (*). Les contestations de la seconde n'étant pas étrangères aux défections à la première. Le projet de plate-forme, censé recueillir les avis et observations des parties au dialogue est loin

(*) Voir «Le Monde» du 19 Janvier 1994, p. 4.

(*) Le Haut Comité d'État dont le mandat devait expirer le 31 Décembre, l'a prorogé d'un mois.

de faire l'unanimité. Le long préambule définit l'assise référentielle qui devra reposer sur «la préservation de la souveraineté nationale, le caractère républicain de l'État avec tout ce qu'il implique [...], la défense des droits et des libertés fondamentales, la justice sociale... Le tout se réalisant dans le respect de l'Islam tel que l'a vécu le peuple algérien depuis des siècles à l'abri de toute «fitna» et de déchirement». Les objectifs de la transition visent essentiellement, sur le plan politique, la poursuite du dialogue, la réhabilitation de l'État et la préparation du retour au processus électoral. Sur le plan économique, il s'agira d'assurer une gestion saine, de réformer les structures pour accéder à l'économie de marché, d'organiser l'industrie sur la base d'entreprises fiables et performantes susceptibles de former et d'intégrer les jeunes, de ne plus compter sur les seules hydrocarbures comme source de devise et de développer l'agriculture afin d'assurer la sécurité alimentaire. Les objectifs sociaux visent à améliorer les conditions de vie du citoyen notamment par la promotion de l'Habitat et une politique dynamique en faveur des jeunes. Les objectifs sécuritaires confirment la poursuite de la lutte contre le terrorisme mais soutenue par l'action conjuguée dans les autres domaines. Des mesures d'apaisement seraient envisagées parallèlement. L'organisation des pouvoirs prévoit pour trois ans un Président de l'État assisté de deux vice-Présidents désignés par consensus au sein de la Conférence. Cette charge étant «incompatible avec l'exercice de toute autre fonction publique ou privée même *élective*». Le chef de gouvernement, nommé par le Président de l'État aura des pouvoirs étendus conformes aux objectifs retenus par la plate-forme de consensus. Parmi les incompatibilités avec les fonctions de membres de gouvernement il est à noter l'exercice de «toute responsabilité au sein d'un parti politique ou d'une association». Est-ce à dire que le gouvernement devra être «apolitique»? Le chef du gouvernement devra rendre compte de l'état annuel de l'application de son programme au «Conseil National de Transition». Cette instance de 200 membres désignés par la conférence de consensus National pour la durée de la transition parmi l'administration, les partis politiques, les organisations économiques et sociales et les personnalités nationales, exerce la fonction législative par voie d'ordonnances. L'article 40 du projet de plate-forme interdit la désignation des personnes condamnées à une peine effective ou infamante. Disposition qui exclut d'emblée la plupart des dirigeants de la mouvance «islamiste». Le Conseil Constitutionnel est main-

tenu. Des dispositifs de garantie pour l'application des dispositions retenues, seront déterminés ultérieurement d'un commun accord avec les parties au dialogue. Ce projet ne semble guère avoir suscité le dialogue escompté, ne laissant au Consensus espéré pour la Conférence que le nom. A une semaine de la tenue de celle-ci, seule la participation de l'Union Générale des Travailleurs Algériens (UGTA) et de certaines formations politiques mineures semblent acquise. L'absence de représentants du FIS au dialogue et du «minimum démocratique» requis pour la plate-forme semblent avoir lourdement pesé sur toute l'initiative. En effet, à l'appel officiel lancé le 15 Décembre par le Général Mohamed Touati — Conseiller du Ministre de la Défense et l'un des huit membres de la CDN — en faveur d'une représentation de la «sensibilité» islamiste au dialogue, le FIS répond par la voix de Rabah Kebir en posant cinq conditions préalables inacceptables pour le pouvoir et les militaires. Hormis le RCD (Rassemblement pour la culture et la Démocratie de Saïd Sadi qui est opposé à toute présence du FIS, les autres partis estiment que rien ne peut se faire sans participation effective des islamistes. Le Front des Forces Socialistes (FFS) dirigé par Ait Ahmed, qui a été le premier à suspendre sa contribution aux pourparlers, exclut toute participation à la Conférence, le «minimum démocratique» n'étant pas respecté ^(*). Le FLN (Front de Libération Nationale) s'en est remis à son Bureau politique tout en lui demandant «de ne pas participer à l'approbation d'un consensus fictif.» Il a réitéré son rejet de «toute autorité de fait» comme il l'avait fait pour le HCE et dénonce le non respect de la Constitution par le projet de plate-forme. Avec trois autres formations politiques — le Mouvement pour la Démocratie en Algérie — (MDA), «An-nahda» et «Hamass» tous deux partis Islamistes légaux, le FLN a adressé aux autorités algériennes des propositions pour le «succès» du dialogue. Dans cette plate-forme en quatorze points ils réclament notamment «des mesures en faveur des dirigeants du FIS (dissous) leur permettant de participer, la fermeture des «centres de sûreté» et la libération des «internés» et l'arrêt de l'exécution des peines capitales prononcées par les cours spéciales. En vue de la Conférence, les mesures d'apaisement voient un début d'exécution avec la libération de détenus des «Camps du Sud» et la levée

(*) Le FFS qui estime que la Conférence «serait ridicule sans le FIS» conditionne son retour à la levée de l'état d'urgence, et la libération des «détenus politiques» au caractère «souverain» de la Conférence nationale et à la garantie de l'armée des accords à qui en seraient issus.

de l'assignation à résidence pour certains chefs Islamistes. L'on s'acheminerait, selon le journal «Al Masaa», vers la suppression des cours spéciales. L'armée est sortie cependant de sa réserve pour adresser une sévère mise en garde. Au lieu du traditionnel discours sur l'État de la Nation, que n'a pas prononcé le Président du HCE Ali Kafi, c'est le Ministre de la Défense, le Général Lamine Zérroual, qui est apparu sur le petit écran des Algériens le 16 Janvier, pour affirmer que l'armée ne «restera pas les bras croisés devant les dangereux dérapages qui menacent l'Algérie». Le Général a vigoureusement critiqué «le système en place qui a permis l'émergence d'un courant idéologique parasitaire» visant bien sûr le FIS sans épargner le FLN récalcitrant et sa gestion. Il a également fustigé «le mauvais usage du multipartisme» et a souligné que la participation des partis politiques à la Conférence du Consensus était un «devoir national». Il a réitéré la conviction de l'armée que «la solution réside dans l'aptitude des partis à trouver une issue politique». Il est clair que rien ne pourra se faire sans l'approbation de l'Armée, seule force solide en Algérie. Mais l'on voit mal ce qu'elle pourrait faire de plus sans prendre directement le pouvoir, chose qu'elle répugne à faire pour les risques que le processus implique pour sa propre cohésion. Elle ne semble en effet pas épargnée par le doute. Ses chefs quant à eux paraissent divisés sur l'attitude à observer à l'égard des Islamistes.

Sur les 120 000 soldats de l'armée, il y aurait un très grand nombre de sympathisants islamistes, ne serait-ce que parmi les 60 000 appelés. Si l'état-major s'engage officiellement, il exposerait l'armée à un grand risque d'éclatement, privant ainsi l'Algérie de son dernier rempart contre le chaos et contre les «Islamistes».

Face aux faiblesses Mauritanienues, aux turbulences Libyennes et surtout à la crise Algérienne, le Maroc apparaît avec la Tunisie comme le «pôle de stabilité du Maghreb», même s'il n'est pas exempt de risques.

Le Royaume du Maroc

L'équation du Royaume du Maroc est en effet fondamentalement différente. Le Maroc semble récolter les fruits des choix fondamentaux de «libéralisme» économique et politique, opérés il y a plus de trente ans, lorsque la mode était aux partis uniques et aux économies centralement planifiées. Tout en essayant de consolider ces options, le Roi demeure le maître du

jeu. Fort d'une puissante légitimité historique et religieuse, Le Roi, descendant du Prophète et Commandeur des croyants a laissé peu de place à la surenchère en la matière. L'activisme des groupuscules islamistes, prompts à récupérer tous les mécontentements, a contraint cependant le pouvoir, à un moment donné, à substituer une stratégie de répression à celle du «contentement».

L'échiquier est également investi par de nombreux partis. Le plus ancien de la région, le système de multipartisme semble paradoxalement souffrir de son âge. Les partis politiques issus des divisions sucessives du Mouvement National ont été en plus affaiblis par des décennies d'opposition et semblent peu attirer les générations montantes. Les nouveaux partis quant à eux, doivent conforter leur légitimité. Le processus de démocratisation semble avoir été freiné par le consensus, l'unanimité je devrais dire, autour de la question du Sahara. Il est vrai que «le déficit de souveraineté» à combler a dominé la vie nationale, tant la dimension Sahara, de par son ambivalence atlantique et saharienne, est un élément incontournable de l'équilibre géopolitique tripode de la Nation (Méditerranéen, Atlantique et Saharien). En levant cette hypothèque, la perspective du règlement Onusien, même s'il piétine, a permis une décrispation certaine de la vie politique marocaine. D'abord par des «gestes» et surtout par les mesures législatives vers un plus grande respect des droits de l'Homme. Ensuite, par une plus grande démocratisation des institutions et des règles du jeu politique à la faveur de la révision constitutionnelle du 4 Septembre 1992. Les améliorations certaines apportées par la nouvelle Constitution, mais jugées insuffisantes par l'opposition n'ont pas provoqué le sacro-saint «consensus national» tant souhaité. Peut-être pourrions-nous revenir là-dessus dans les débats.

Les Apports de la Constitution du 4 Septembre 1992 méritent d'être soulignés.

I — Un pas important vers la consolidation de l'État de Droit.

- Attachement aux Droits de l'Homme consacré dans le préambule.
- Création d'un Conseil Constitutionnel.
- Création d'un Conseil Economique et Social.

II — Vers une monarchie parlementaire?

- Affirmation du rôle du Gouvernement et surtout du Premier Ministre. Le Premier Ministre propose les ministres qui sont nommés par le Roi — Art. 24.
Il assure la direction du Gouvernement — Art. 60.
- Renforcement des pouvoirs du Parlement.
Promulgation de la loi dans les trente jours.
Maintien du Parlement en cas d'État d'Exception.
Création de commissions d'enquête.
Délai de réponse par le Gouvernement aux questions fixé à vingt jours.
- Last but not least. Investiture du Premier Ministre par un vote du Parlement.

Des garanties juridiques (commission nationale de contrôle et réforme de la loi électorale) ainsi que des facilités pratiques (aide financière aux partis représentés et leur accès aux média officiels) sont fournies pour assurer à la foi le transparence et l'effectivité d'un jeu démocratique plus ouvert. Avant de commenter brièvement les opérations électorales et la situation qui en a résulté il est nécessaire de rappeler la composition du Parlement. Les 2/3 des 233 membres du Parlement unicaméral sont en effet élus au suffrage universel direct, au scrutin majoritaire à un tour. Le tiers restant est élu par des collèges électoraux constitués par les collectivités locales, les associations socio-professionnelles et les syndicats. Il faut aussi savoir que dans la conception marocaine, la décentralisation, initiée par la Charte Communale de 1976, est censée faire de la démocratie locale un pilier du développement politique et socio-économique de la Nation. Les élections locales du 16 Octobre 1992 ont donc ouvert la voie au processus, suivies par le scrutin direct le 25 Juin 1993 et le scrutin indirect du 17 Septembre 1993.

Les élections législatives directes — du 25 Juin — ont consacré une percée notoire des formations de l'opposition réunie au sein du «bloc démocratique» — la Koutla. Les trois partis — Istiqlal, Al Ittihad Al Ich-tiraqui et l'OADP — avaient présenté un candidat unique dans la plupart des circonscriptions où ils étaient présents. Le Parti du Progrès et du Socialisme — PPS (ex-communiste) a fait cavalier seul multipliant son score

de 600%! Le scrutin indirect va par contre confirmer l'avance enregistrée lors des élections locales par des formations de la majorité précédente. La plupart de celles-ci (notamment l'Union Constitutionnelle-UC, le Mouvement Populaire, le MPN et le PND — Parti National Démocrate) s'étaient également regroupées au sein d'une Entente — le Wifak. Resté en dehors, le Rassemblement National des Indépendants RNI, arrivé pourtant en tête des élections locales a enregistré un recul sensible du nombre global de ses députés. La configuration de la Chambre actuelle donne donc la majorité aux diverses formations de droite et du centre, les forces «gauche» comptant 119 députés ⁽¹⁰⁾. La déclaration programme du Gouvernement a été approuvée par 202 voix. Au delà des polémiques et des surenchères qui ont ponctué les campagnes électorales et les résultats des différents scrutins, quelques constats s'imposent. A saluer, les subventions et le temps des antennes officielles consentis à toutes les formations politiques en lice. Si le taux moyen de participation n'a été que de 64%, un véritable débat, non exempt de violence verbale y compris sur la chaîne publique a certainement contribué à faire avancer la cause de la démocratie en crédibilisant le processus. Bien plus contesté cependant, est le rôle joué par l'administration. La transparence des opérations et la neutralité de l'administration reconnues pour les élections locales, ont été bien plus décriées pour les législatives directes et surtout pour les indirectes. Si l'opposition a fustigé ces dernières en particulier, il semble bien que ce soit le RNI — formation du centre et pilier de l'ancienne majorité qui semble en avoir fait les frais.

A déplorer par contre, le rôle dominant joué par l'argent chez toutes les formations en présence. Le rôle de l'argent et de son pouvoir dans le processus électoral, on le sait est central et demeure au coeur du débat pour réformer la démocratie occidentale — il est certainement troublant dans les sociétés qui aimeraient être prises pour modèles. Mais s'il débouche sur des scandales dans les pays riches et jette tout au plus le discrédit sur les partis voire sur tous les professionnels de la politique, l'argent pervertit l'esprit même de la démocratie dans les pays plus pauvres. Ainsi, le suffrage universel peut-il devenir un vote plural où les voix de la majorité déshéritée et analphabète peuvent être achetées, «confisquées» par les «latifundiaires»

⁽¹⁰⁾ L'Ittihad Al-Ichiraqui 54, l'Istiqlal 44, le PPS 12 l'OAPD 2, la CDT 4 et l'UGTM 5.

et notables en tout genre, voire par des «maffieux». Le Maroc a essayé de parer en partie à ce risque. En effet dès les élections locales, les candidatures des personnes impliquées dans le trafic du cannabis ont été déclarées nulles. Mais en l'absence de décisions de justice, par définition fort rares dans ce monde clandestin, qui est «qualifié» pour «disqualifier»? Un tel pouvoir discrétionnaire des autorités ne les expose-t-il pas aux dérapages et aux abus? L'on voit donc que certaines parades contre le pouvoir corrompateur de l'argent même «sale» ne vont pas sans risques pour les libertés individuelles. Toujours est-il, que je souhaite pour mon pays que l'usage de l'argent ne sera pas la seule tendance que nous partagerons avec les «valeurs» des démocraties occidentales devenues encore universelles depuis l'effondrement du communisme! Après cette parenthèse, où en sommes nous? Les consultations menées par le Souverain pour constituer un gouvernement minoritaire de la Koutla n'ont pas abouti. En dépit de garanties offertes, «l'opposition», minée par des divisions internes et estimant qu'elle ne réunissait pas les conditions constitutionnelles, a décliné l'offre. L'alternance tant souhaitée n'a pu avoir lieu. C'est donc un gouvernement de «technocrates», en dehors des partis politiques, que le Souverain a choisi de nommer sous la houlette de Mohamed Karin Lamrani, appelé ainsi pour la 4ème fois à diriger l'équipe.

Ce choix permet en effet de laisser une porte ouverte au dialogue avec l'opposition et de faire face à la période délicate que le Maroc doit affronter. Pour consolider sa stabilité, il reste au Maroc en effet à combler le déficit social, lourd tribut payé à dix ans d'ajustement structurel, à confirmer ses bonnes performances économiques et à réussir son ancrage à l'Europe.

Sur le front social, le chômage en effet demeure le défi majeur avec un taux de 12% de la population active. Croissance démographique, taux d'accroissement de la population urbaine renforcé par l'exode rural, arrivée des femmes sur le marché du travail et enfin le net fléchissement du flux migratoire vers l'étranger, jusque là exutoire appréciable, semblent les principaux responsables de cette situation. Une certaine inadéquation entre la formation et le marché du travail semble aggraver le chômage des jeunes diplômés. La priorité est à donc à ce secteur auquel sera consacré le produit de la croissance escomptée ainsi que celui des privatisations pour l'emploi des jeunes. Le tout étant conforté par le Plan d'ajustement social mis en place avec la Banque Mondiale pour un accord de l'ordre de 300 Millions de

Dollars. Dans la décennie 1982-1992, le PAS et les réformes d'accompagnement de libération ont permis au Maroc de rétablir certains grands équilibres et d'entamer la restructuration nécessaire de son économie pour une meilleure insertion dans le marché mondial. Ainsi le taux d'accroissement moyen du PIB a été de 4,1% par an. Le déficit budgétaire a été réduit de 8% à environ 3% et l'inflation fut ramenée de 11% en 1982 aux alentours de 4%. L'encours de la dette extérieure rapporté au PIB — qui était de 97% en 83 et de 123% en 85 est descendu à 75% en 1992. Les 71% des recettes extérieures que son service absorbait en 1986 sont tombés à 28% en 1992. Le niveau des réserves de changes, insignifiant auparavant a grimpé à l'équivalent de plus de 4 mois d'importation de biens et services. L'investissement étranger s'est accru d'une manière notoire pour atteindre 500 Millions de \$US en 1992 — signe incontestable de confiance internationale. Cette croissance demeure néanmoins fragile. Le fléchissement du tourisme mondial, la contraction de la demande extérieure et surtout deux années consécutives de sécheresse au Maroc ont entraîné un repli conjoncturel sensible. Vigilance et prudence sont donc d'actualité. D'autant plus qu'à la lumière des indicateurs, le Maroc avait décidé début 93 de ne pas rééchelonner la dette et d'opérer la convertibilité de sa monnaie — le Dirham — en adhérant à l'article VIII du FMI. C'est donc dans cette conjoncture plutôt morose que le Maroc va entamer les négociations pour un nouvel accord avec l'Europe, sa principale partenaire mais qui, elle, entre en récession! Des perspectives extrêmement prometteuses à long terme, sont en effet permises par cette nouvelle vision des relations qui est basée essentiellement sur un partenariat politique, économique et financier et une zone progressive de libre échange. Voilà la nouvelle philosophie relationnelle avec le Maghreb, initiée ici par le Sommet Européen de Lisbonne en Juin 1992, et dont le Maroc qui réunit les critères doit être le pionnier (Nous pourrions peut-être dans les débats revenir sur les raisons conjoncturelles et plus profondes de ce choix). Dans l'immédiat, cela veut dire surtout beaucoup de sueur pour nos diplomates. Pour mener à bien en effet les négociations les plus ardues de l'histoire du Maroc, il leur faudra non seulement de l'expertise mais du talent! A moyen terme, cet ancrage voudra dire aussi beaucoup de larmes pour certains — 40% du tissu industriel est appelé à disparaître et 20% devra sérieusement s'accrocher pour devenir compétitif. Le secteur informel en pleine progression devra être intégrée au marché officiel. Mais

peut-être au bout du tunnel de l'espoir pour beaucoup, notamment le début d'une certaine sérénité relationnelle en Méditerranée.

Encore faut-il que les négociations ne vident pas de leur substance les promesses de départ. Pour l'heure le mandat de négociations délivré à la Commission a été jugé très insuffisant par les Marocains notamment sur les volets agricole et financier. L'échéance du 28 Février — expiration de l'accord de pêche entre le Maroc et la Communauté — semble une date test, en la matière. Certes, l'Union Européenne est accaparée par son propre devenir et son attention extérieure semble monopolisée par l'Est sous l'impulsion conjuguée de la solidarité culturelle et de la puissante Allemagne. Mais à défaut de se souvenir qu'elle a aussi un «Sud» qui a besoin d'autant d'attention, cette «frontière» potentielle risque de devenir une infirmité réelle pour l'Union. Tant dans son élan intégrationniste que dans son souci sécuritaire que dans sa compétition planétaire comme l'un des trois grands pôles dominant l'économie mondiale.

Le Maroc, quant à lui, multiplie les gestes de sa bonne volonté. La «guerre» officiellement déclarée contre les trafiquants de drogue et l'émigration clandestine est assez insolite pour être soulignée.

Tout le monde ici est conscient de l'importance d'un tel processus de stabilisation pour les relations Maghreb-Europe auquel un cadre sécurisant et prévisible fait crucialement défaut.

Il est urgent également de relancer le dialogue 5 + 5 et le dialogue global Maghreb-CEE compte tenu de la nécessité de ces forums pour lever les malentendus et explorer les actions concrètes de partenariat et de co-développement. La stabilité infranationale du Maghreb, tant souhaitée par l'Europe soucieuse de sa sécurité est également à ce prix.

Conclusion

Comment conclure ce tour d'horizon, fort rapide je le regrette, sans rappeler toute la complexité de l'équation de démocratisation au Maghreb. La situation en Algérie et le fait intégriste éclairent d'un jour nouveau cette problématique rendue fort épineuse déjà par les contraintes du développement. La polémique Démocratie/Processus de Développement ou plutôt autoritarisme et décollage économique est trop connue pour que l'on s'y arrête ici. De la Corée du Sud au Chili de Pinochet en passant par Singapour les exemples ne manquent pas pour étayer cette hypothèse con-

testable. Un effort de compréhension particulier doit être déployé par les observateurs occidentaux, parfois peu au fait des spécificités culturelles arabo-musulmanes. La démocratie occidentale est un long cheminement historique fait de sang et de larmes et où le processus de laïcisation des institutions a joué un rôle de premier plan. Comment appliquer ses «recettes», ses modalités pratiques telles quelles sans perversions graves à une région qui connaît un renouveau certain du «désir religieux»? Cette réserve ne dispense certainement pas les pays maghrébins de rechercher leurs voies et leurs rythmes propres pour une participation *effective* des populations à la décision politique pour garantir effectivement les droits de l'homme (et de la femme!), et les libertés fondamentales et pour une répartition plus équitable de la richesse nationale.

Une telle volonté semble exister au Maghreb, elle est certainement à encourager.

En mal d'une opposition à la fois crédible et contrôlable (en dehors des Islamistes réfractaires à l'idée même de démocratie une fois qu'elle leur aurait permis d'accéder au pouvoir), les pouvoirs en place multiplient les gestes d'ouverture vers les sociétés civiles. Une véritable opération de charme est conduite à l'égard des Femmes: en Août 92 en Tunisie, en Octobre 92 au Maroc, où fait exceptionnel elles ont été reçues par le Roi et aussi en Algérie où A. Belaid avait incorporé trois femmes à son équipe.

Si la Communauté Israélite Marocaine a toujours joui d'un solide parapluie royal et d'une marocanité qui protège sa spécificité, elle voit son rôle de plus en plus affirmé. La nomination de Monsieur Serge Berdugo, Président des Communautés Israélites marocaines comme ministre du Tourisme en Novembre 93 confirme ce constat. Le Président Ben Ali a, quant à lui, lancé une véritable opération de séduction à l'égard des Juifs Tunisiens. L'ouverture vers le secteur privé a été consacrée en Algérie par la nomination au gouvernement du Président du Patronat. Elle se renforce en Tunisie et représente un véritable pilier de la nouvelle donne au Maroc. Le tissu associatif, largement encouragé se renforce et s'étend. Un effort certain est également déployé pour une plus grande transparence de l'information. En témoignent la langue de bois qui cède du terrain et la multiplicité des débats télévisés en direct entre protagonistes de tous les bords. Mais dans un paysage audiovisuel débridé et truffé de paraboles, de grands efforts restent à faire pour la modernisation des médias et la multiplication

des productions locales. Pour finir sur une note d'humour, le film marocain «le mari de ma femme», critique féroce de la répudiation, pulvérise tous les records d'entrées au cinéma. Pour revenir aux choses sérieuses, un constat s'impose. Dans leur quêtes de démocratisation, les pouvoirs en place au Maghreb se doivent de moderniser et de réformer la pratique même du pouvoir. Mais venir à bout du réflexe autoritaire ne peut se faire sans le développement d'une véritable culture de participation de citoyens libres.

L'Europe voisine pourrait certainement y contribuer notamment en favorisant une zone de co-prospérité avec le Maghreb. Car, l'affrontement préconisé par S. Huntington entre les civilisations est loin d'être inéluctable. Bien au contraire, le dialogue effectif et multiforme entre les deux grandes civilisations du bassin Méditerranéen est non seulement nécessaire mais il est possible. Il leur sera mutuellement bénéfique et pourra seul garantir la paix dans la mare-nostrum.

Rabat, le 20 Janvier 1994.

Assia Bensalah Alaoui

EXTENSION OF THE EU AND NATO TOWARDS THE EAST AND THE GROWING TOGETHER OF EUROPE

Conferência incluída no Ciclo de Conferências por individualidades estrangeiras, proferida no âmbito da CDN94, no IDN em Lisboa e na Delegação do Porto, em 25 e 28 de Janeiro de 1994, respectivamente.

Christoph Royen

EXTENSION OF THE EU AND NATO TOWARDS THE EAST AND THE GROWING TOGETHER OF EUROPE

In the last weeks before the NATO Summit in Brussels on 10th January 1994 the number of opinions and items for discussion on the question of the expansion of the North Atlantic Alliance particularly to the States of Central Eastern Europe (Poland, the Slovak and Czech Republics and Hungary) rose sharply. The unexpected success of the neo-Fascist «Liberal Democratic Party of Russia» under its leader Vladimir Zhirinovskiy in the Russian parliamentary elections on 12th December 1993 made a particular contribution to this. Among the many aggressive statements by Zhirinovskiy, above all his claim that it would be right to reinstate the borders of the Russian Empire in 1917 must have caused alarm in Poland and in the three Baltic States. This further boosted their pressure for participation in the protection provided by NATO (1).

The governments of the Western Alliance are for the moment however unwilling to decide on opening up NATO in favour of a certain group of states as a priority.

In this critics primarily see a questionable consideration for President Boris Yeltsin. The latter, and also Foreign Minister Kosyrev and Defence Minister Grachev have in recent months several times decisively turned against the entry of the Central European former member states of the Warsaw Pact into NATO. According to the views of the Russian Government, this would be a discriminatory exclusion of Russia, which would weaken democratic forces and only favour the opponents of reform.

The current debates are without exception suffering from the fact that they only place the yes or no to NATO expansion at the centre.

(1) Even observers who not long ago were still inclined to oppose excessive disquiet have been led to change their views by the outcome of the Russian elections. See for example the article by Adam Krzeminski «Czji Zachód znowu nas zdradził», in *Polityka*, n.º 49, 4-12-1993, pages 1/23, with his comments published three weeks later: Die neue deutschen Töne, in *Die Zeit*, n.º 52, 24-12-1993, page 3.

without being able to state in concrete terms why this should be offered or in contrast why it could be harmful.

Making this topic so absolute and so narrow will necessarily give the rejected Central Eastern European and Baltic states the bitter feeling of having to live in a grey area or buffer zone and be sacrificed where possible in the interests of larger neighbours («New Yalta») ⁽²⁾. Meanwhile, in Moscow, it is felt that the successful action of their own diplomacy must be certified ⁽³⁾.

On the other hand, it would be a matter for the West to make it clear that the argumentation of the Russian President and his supporters is in no way convincing and should therefore be rejected. However, there is justification for the hesitations of the Western Alliance on expansion in a necessary *broader* analytical approach, which is concerned with the continuing integration of the two halves of Europe artificially separated for so long. This approach is presented below.

DEFINITION OF WESTERN AIMS

The success of the post-communist transformation processes lies chiefly in the development interests of the Western democracies themselves. These democracies need, in Europe and Eurasia, instead of the former opponents or future receivers of aid, active partners in tackling together the challenges of the 21st century. Of the Western countries, Germany has, in view of its geographical location, a particular realistic political interest in the stabilisation of the democratic structures and the economic and social rehabilitation of its Eastern neighbours. However, in the European Union, after their forthcoming accession, Austria, Sweden and Finland will also share this interest. Moreover, Germany has quite specific responsibility

⁽²⁾ However, the former Polish Ambassador to the USA, Kazimierz Drievanovski, is critical to the concept of «new Yalta». Wywobanie Duchow, in: Rzeczpospolita, 15-11-1993, page 22.

⁽³⁾ See Dmitri Gornostaev, Rossija Ekzamenov Sdayat' ne budet, in: Nezavisimaja Gazeta, 8-12-1993, page 4; and critical against this Vladimir Baranovski, Vnesnepolitickaja pobeda, ebenda.

on historical and moral grounds for the smaller states of Eastern Europe which were subject to the communist system as a result of the Second World War initiated by the National Socialist Third Reich. It would however be of little help to these states if they chiefly rely on the intercession of Germany and thus intensified the defensive distrust of France and other southern members of the European Union. In the longer term, Germany's Eastern neighbours will in any case revitalise traditional partnerships with other countries, to avoid unilateral dependencies.

When discussing Western aims, which are to be achieved by «Eastern extension» of the EU and NATO, it is not really a matter of ideological confirmation of the triumph over the communist system or merely the creation of larger markets. Nor indeed is it sufficient to cite the strengthening of the «North-Eastern» wing of the EU, the gaining of a geopolitical central position for Germany or a containment of new dangers emanating in future from Russia as Western motives. *At the heart of the matter, it is more a case of whether and how the «Eastern extension» can contribute to stabilisation and the achievement of the political and economic transformation in the post-communist states of Communist System Central Eastern Europe, and so all members of the EU and NATO must deal with this unanimously as a joint task.*

If and insofar as this core question is to be answered in the affirmative, the existing members of the EU and NATO must realise that they have to make a sacrifice in solidarity (the historic «equalisation of burdens») and the ideas entertained up to 1989 on the further development of their links must be partially revised. This realisation is however still missing in the governments and in the societies of the West. Otherwise it would be clear that it cannot simply be a matter for examining and determining the achievement of «readiness for accession» unilaterally defined in the West in the form of the full «acquis communautaire» at a point X in time. What is required is rather support for the transformation processes in the phase of preparation for accession and then, after accession, possibly granting the new members easier conditions for some considerable time. At the same time, it must be obviously pointed out openly and without reservations that it would not help either the old members or the candidates

for accession if the burdens of the EU ^(*) and NATO associated with the preparation or the entry of new members were to become so onerous that the two associations were no longer viable and fell apart.

TRANSFORMATION AND THE PRIORITY FOR OPENING UP TO THE EU

The transformation of the post-communist system above all calls for internal political and economic-social reconstruction. For this purpose, and also to overcome the thinking in spheres of nationalistic sovereignty, the approach to and participation in the integration of the EU can obviously make a much broader and deeper contribution than the NATO defence alliance. An extension of NATO towards the East serves, according to the rules, to secure the transformation which has begun against threats through external powers and forces. Only to this extent can one speak of an internal policy effect of accession to NATO, when it can help in disseminating experiences and models for the incorporation of armed military forces in a pluralistic democracy and make them fruitful. The assertion occasionally heard in Eastern Europe, and also brought forward by Western authors ^(*), that NATO offers its members valuable assistance in building democratic structures, seems in contrast to be at the least contrived, and in some cases (Greece 1967-1974, Portugal up to 1975, and Turkey) it is demonstrably incorrect. Prioritisation in terms of time for an extension of NATO towards the East would therefore be incorrect with regard to transformation policy. It could only be justified if an external threat could be made at least plausible in the foreseeable future. This is however precisely what is missing so far (for further details, see last Section).

With regard to the contribution of EU membership to internal transformation, it is obvious that there should be warnings against excessively

(*) See the attempt at financial cost assessment particularly for the Polish case, by Thimo W. Eser/Martin Hallet, *Der mögliche Beitrag der EG-Regionalpolitik bei einer Osterweiterung der EG: Hilfe oder Hindernis?* (The possible contribution of EC regional policies in Eastern expansion of the EC: Help or hindrance?), in: *Osteuropa-Wirtschaft*, Vol. 38, n.º 3 (1993), pages 195-217.

(*) See for instance the essay by Ronald D. Asmus/Richard L. Kugler/F. Stephen Larabee, *Building a New NATO*, in: *Foreign Affairs*, Vol. 72, n.º 4 (1993), pages 28-40.

high expectations. Above all, hopes that membership would guarantee the new member access to subsidies from the coffers of the Community would be understandable, but shortsighted. The more dependent a candidate for access or a new member is shown to be on concessions and subsidies from the other members, the sooner the danger arises of insufficient means being available to support the entire transformation process in the post-communist zone adequately. This means that prospects of extension and accession require the candidate to provide its own resources for successful transformation to a certain degree. In terms of economics, the decisive usefulness of membership for transformation consists of a challenge: the opening up of frontiers to a common market forces the change from the previous egalitarian society of «realistic socialism» to the competitive society of the Western world. Certainly, the repeatedly observed attempts of the Western European countries hitherto, to block access to their own markets to suppliers from countries undergoing transformation precisely where they are competitive will thus cease. However, participation in the common market, even with successful preparation and with special conditions continuing, involves more strict compulsion to adapt for the country gaining access and hence potentially important political and social dynamite: in contrast to the extension to the South, the candidates for accession from the East not only have to face the encounter with the superior, experienced participants of the capitalist world market, but also, at least provisionally, the internal stresses associated with the transition from the egalitarian to the competitive society. To this extent the opening effect necessarily linked to the prospects of extension and accession could disturb the autonomous control of the transformation by the state government concerned. When social unrest (such as that of the Polish farmers) is combined with ideological aversion to the introduction of «more liberal» foreign values and forms of behaviour (e.g. in the clerical/nationalistic parties in Poland such as the ZChN), the consequence could be a change or even collapse of the government.

Conversely, it is also evident what negative consequences must arise for the image of a government and the social acceptance of the transformation process if in spite of all their own efforts the community of Western countries does not honour these endeavours and rejects the decades of efforts by the Eastern Europeans for unification with the luckier part of the continent, all the more so after the collapse of the tremendous

system and bloc boundaries. In addition, in Western Europe it is not sufficiently noticed how important participation with equal entitlement and equal obligation for Eastern Europeans in consultation and decisions of the Western alliances is for the internal assimilation processes. As long as the forms of participation only offer the right to make representations, there is no compulsion to take back home and implement what has been decided in Brussels with their own active cooperation. This applies above all for those areas in which the transfer is not primarily and immediately a question of cost, such as for example in the cultural sector, which in a particular way leads to the international meeting of people, and further in many partial areas of assimilation of laws (such as in procedural law, in criminal law and constitutional and administrative law), but also to some extent in the field of united foreign policy. For this reason the objection to the opening up of the EU, alleging that the countries undergoing transformation are for the present unable to bear the financial burdens of the joint EU programme, is only partially correct and conceals chances for integration which are also available.

THE NEED FOR SELECTIVE OPENING UP OF THE EU

The decided opponents of extension of the EU and NATO towards the East not infrequently use the argument that if an extension were to be considered, it would have to include all post-communist states, since any limitation would have discriminatory exclusion effects which could neither be plausibly justified nor reconciled with the aims of stability and freedom for the whole of Europe. On the other hand, some who are verbally in favour of expansion can be clearly seen to be searching primarily to torpedo the «deepening» of EU integration. The request of the Eastern Europeans is used actually as a disturbing factor against the objectives of the Maastricht programme of the EU. The open opponents of any extension towards the East feel once again that this confirms their negative attitude.

The connection postulated above between transformation and EU membership therefore demands a practicable middle way between the apparent alternatives of «all or nothing». *Preferences* based on plausible criteria must be developed for this purpose, to enable a group of candidates for accession to be accepted with priority, or to establish a timed sequence

for several groups. However, to avoid the problematical effects of the impression that the remaining states undergoing transformation are excluded and isolated, it will be necessary to offer these too concrete forms of support suitable for their situation, extending beyond nonbinding communiques and resolutions.

If therefore preferred groups are to be defined, a combination of the following criteria appears most appropriate:

- Rewarding services for the evolutionary conquest of the orthodox communist system up to 1989.
- Visible progress and success in establishing and stabilising the essential features of a pluralistic democracy (division of powers, free government under law/special protection of minorities, a party system, and a free press).
- Traditional closeness and affinity with the *political* culture of Western Europe.
- The first visible successes in the economic transformation, which however should not be restricted to the implementation of market economy regulative principles but must also put a stop to the social impoverishment of broad sectors of the population and the increasing uncertainty about the rule of law.
- Their own efforts in subregional cooperation as a preparation for membership of the EU integration.

This combination leads to a clear preference for the four Visegrád states. (If purely economic factors were used, this would probably lead to a division of the Visegrád group as follows: the Czech Republic and Hungary would have good prospects for candidature, whilst Slovakia and — in spite of the top position achieved in 1993 in the comparison of increases in gross domestic product — Poland too would initially have to wait). The next group to follow would then be the three Baltic states, apart from the individual case of Slovenia which, on account of its direct proximity to Italy and Austria, scarcely involves any problems.

The remaining countries in South-Eastern Europe do not suffer any damage from such an order of preference. If for example the Visegrád states were similarly excluded, their potential would in no way suffice to assist the other countries in their transformation. On the other hand, the

successes already achieved by the Visegrád states and their subregional alliance introduced in 1990 would even threaten to fall into stagnation or possibly into regression. At that time Brussels welcomed and encouraged the subregional cooperation of Poland, Czechoslovakia and Hungary as an important preparatory stage on the way to the larger integration community. It is to be regretted, insofar as the European Council gave the impression in Copenhagen on 21/22 June 1995 that in future it wished all countries with which association agreements («Europe treaties») existed, that is also Bulgaria and Romania, to be given the same treatment ^(*). Indeed, since the dissolution of Czechoslovakia at the end of 1992 it has been observed that the Czech government under Prime Minister Václav Klaus attaches little importance to the association of Visegrád states. It is precisely for this reason that the EU should insist on active participation in subregional cooperation as an essential requirement for acceptance into the larger European integration. In general however it is true that setbacks and disappointment would place a greater burden on the future prospects for transformation in the countries which have made the greatest progress than in those where so far no visible progress has been achieved. At the same time the example of successful transformation rewarded by Western Europe by acceptance into the EU would act as an incentive to other post-communist countries.

With this approach, in particular two major groups of states would be left behind, and useful concrete alternatives would have to be found for them in place of the prospects of expansion and accession: the CIS zone and the Balkan zone. In spite of considerable problems in the reciprocal relations between the CIS countries it still appears quite possible to develop satisfactory relationships of partnership with this «Eurasian» commonwealth of states. In the CIS states there is at least evidence that the initial euphoria concerning the independence of the successor states of the former Soviet Union is diminishing and there is a growing degree of willingness for cooperation in the context of the CIS, insofar as Russia does not give in to the temptation to use this willingness to reinstate its own supremacy. Doubts in this connection were recently voiced by the Kazakh President

(*) See Section 7 A of the published results of consultation in: Europe-Documents, n.º 1844/45, 24-6-1995.

Nazarbacy who so far has emerged as the most important non-Russian advocate of closer cooperation within the framework of the CIS, as he compared the statement by Foreign Minister Kozyrev on the function of Russia as a protective power for the Russians in the other CIS countries with Hitler's role as a protector for the Sudeten Germans in Czechoslovakia (¹). In fact, after what is sometimes called the «honey-moon» phase of the new foreign policy in Russia by Russian critics, trends have now emerged which would make the Moscow distinction between «far» and «near» foreign countries look increasingly ominous, since Russia claims an internationally recognised special regulative role in relation to the latter. Similarly, the concept of «near» foreign countries obscures the distinction between the territorial areas of the CIS and the «former Soviet Union», so that it is left unclear to what extent the Moscow claim is also intended to cover the three Baltic states.

The position in the Balkans is even more difficult; after the chaotic destruction of Yugoslavia, which has brought the earlier approaches to closer regional cooperation to nothing, for the moment partial solutions for Bulgaria, Macedonia and Romania and possibly also for Croatia — where it is also apparent that belonging to the «Roman» sphere of culture does not necessarily offer better prospects for the implementation of democratic values than in the countries of the «Byzantine» tradition — and Montenegro or even merely food aid programmes for Albania, Bosnia-Herzegovina and Serbia are possible. The prospects of the transformations processes in the Balkan region as a whole are obviously dependent on whether the brutal disregard of the principles of democracy by the warring parties in the former Yugoslavia can be ended and the earlier approaches to cooperation in the Balkan countries can be revived, with the participation of Turkey and Greece.

SECURITY FOR EASTERN EUROPE

In spite of the hardening of the Russian attitude to a possible expansion of NATO to Central and Eastern Europe which emerged long before the Russian parliamentary elections, and regardless of the increased urgings of

(¹) See *Frankfurter Allgemeine Zeitung* (Reuter), 26-11-1995, page 6.

the Central Eastern Europeans and the Baltic states for immediate acceptance into NATO, the prospects of a solution satisfactory to all parties are not yet entirely blocked. Closer inspection reveals that the fears of Central Eastern Europeans and those of the Russians are not sufficiently justified. Without exception they are based on general geopolitical considerations or historical reminiscences and avoid a concrete statement of the assumed hazards which can be discussed. Consequently the following should be placed under discussion:

On the one hand, the Russian assertion as contained in particular in an analysis presented in November 1993 by a committee of experts of the Russian External Intelligence Agency under Yevgeny Primakow (*) and since then repeated by the Russian President and other leading politicians appears highly questionable: any advance by NATO as far as the borders of Russia or the CIS will be perceived as a threat by the Russian public and would demand an expensive reorientation of the Russian defence policy. What constitutes the alleged threat through the extended defence alliance of democratic states, with which the post-communist Russia still seeks to develop broad partnership relations, has however not been substantiated anywhere. Rather should it have been expected that the Russian democrats would also welcome a decision by the Western alliance to protect the smaller countries undergoing transformation against developments which would likewise bring the future of democracy into Russia into question.

To this extent, the attitude of Yeltsin can only be explained in that there are fears in Moscow of being isolated from the rest of Europe if NATO is not restructured to form a total European security system (°). However, in reality such anxiety about isolation is chiefly based on the failure of the internal «Perestroika» and the transformation of Russia which have brought most people in the country disappointment, uncertainty and bitterness. Neither Gorbachev and his successor Yeltsin, nor the Western

(*) See *Izvestija*, 26-11-1993, page 4; *Nezavisimaja Gazeta* 26-11-1993, pages 1/3. Such topics also appear in the new Russian military doctrine recently established, see published extracts in: *Izvestija*, 18-12-1993, pages 1/4.

(°) See Andrei *Kozyrev*, «Cto nam delat's NATO?» (What is NATO doing to us?) in *Moskovskie Novosti*, n.º 39, 26-9-1993, page A 7. The statements of two Moscow political observers repeated in the West, Sergej *Karaganov* in: *Moskovskie Novosti*, n.º 38, page A 7, and, alexei *Arbatov*. *Tri ugla zrenija na problemu vstuplenija Polli NATO in Nezavisimaja Gazeta*, 1-10-1993, page 4, also point in the same direction as the Russian Foreign Minister.

states have so far to managed develop concepts pointing to a practical way of overcoming the burdensome inheritance of the Socialist system which Russian society can accept and implement.

Thoughts of assisting Yeltsin and the Russian reformers by temporarily setting aside the expansion of NATO towards the East are therefore taking the wrong approach. Such consideration can scarcely make a contribution to improving the prerequisites for the reforms to succeed.. Instead of this, they send out a problematic signal which restricts our thinking to outdated categories of «spheres of influence».

Moreover, the argumentation of the Central Eastern Europeans to date is also lacking in substance. Even a scenario in which great Russian Fascists in Moscow come into power is far from meaning that a future president Zhirinovsky could then bring his paranoid announcements into reality. Today the situation is not to be compared with that in 1939, when Stalin and Hitler reached agreement on the division of «Central Europe», nor with the situation in 1945, when the soviet communists could build on forces in the neighbouring Western states freed from the German yoke who saw in the introduction of socialism the guarantee of a better future in their countries. Each further attempt to reinstate the Russian hegemony and the coordination of Central Eastern Europe whould call for the setting up of a purely military regime of occupation. Before any leadership in Moscow could decide on this, the political unity and economic power of Russia would first have to be regenerated, in order to direct them towards the elimination of the newly achieved independence of the other CIS countries.

The urging of the Central Eastern Europeans for accession to NATO is also ultimately based on the grounds of finally and permanently overcoming the division and isolation from the Western part of Europe. This is evident from the fact that after the collapse of the communist regime in 1989, the Central Eastern Europeans first gave priority to the Western European integration of the EC. Only later did it emerge that the Western Europeans are not ready to grant this wish in the next decade, and where possible will seek other reasons for postponing it, and Central Eastern Europeans to some extent see membership of NATO as a substitute which could perhaps be achieved more easily.

The only region which could in fact be endangered by a return to greater Russian expansion tendencies is the three Baltic States. The unsolved

problem of the Russian minorities in Estonia and Latvia — obviously also caused by the Baltic nationalists — or the conceivable conflicts about Russian access to the Kaliningrad area could give opportunities for the military supremacy of Russia to come into play, if the Baltic States did not have allies standing by their side.

What *conclusions* can be drawn from this survey of the security problem in the Eastern part of Europe?

Firstly there is the matter of the implementation of the programme on «Partnership for Peace» decided on by NATO in Brussels on 10/11 January 1994, which is to revive under new auspices the idea initially emerging in 1991 on the creation of the «North Atlantic Cooperation Council» (NACC), to bring together the Soviet Union and the Central Eastern Europeans previously compelled to be allies and now free to enter three-way talks. After the unforeseeable dissolution of the USSR first only gave rise to the NACC changing into a mere catchment basin for the estate of the bankrupt soviet system, it is now a matter of creating closer bilateral and subregional multilateral structures for dialogue and cooperation within the NACC. The aim of this must be to help in setting aside mutual mistrust and promoting the beginnings of neighbourly partnership in place of the complicated system of exclusions. In particular, dialogue and cooperation between Russia and Poland, or between Russia and the three Baltic states, with the active mediation and participation of a few NATO members, should be promoted. In Russia there will then at least be a distinction between those who were actually motivated only by the anxiety concerning isolation from Europe, and those who want to retain the soviet and the pre-soviet imperial zones of influence in Central Eastern Europe and in the Baltics. And Poland would no longer need to fear the West abandoning it, together with its other Central Eastern European and Baltic neighbours, in a «buffer» or «grey zone».

Secondly, and above all, Western Europeans must, in spite of their own internal economic crises which have recently become pressing, develop more commitment and solidarity together with the USA, to ensure that the post-communist transformation processes achieve visible success. The self-satisfied hope at the beginning of this decade, that the collapse of

communism would automatically bring into play the healing powers of democracy and the market , has meanwhile proven to be an illusion. The West must finally discard this notion.

Christoph Royen

ACTIVIDADES PROMOVIDAS PELO IDN

ACTIVIDADES PROMOVIDAS PELO IDN

1. *DEBATE SOBRE ENERGIA*

Teve lugar no IDN, em 20 de Janeiro de 1994, um debate, orientado numa perspectiva de Defesa Nacional, sob o tema Problemas Energéticos Nacionais.

Participaram no debate o Engenheiro Mira Amaral, Ministro da Indústria e Energia, os Engenheiros Pereira dos Penedos e Pedro Miranda, e o moderador Contra-Almirante Ribeiro Ramos, Assessor do IDN.

2. *ESTÁGIO DE ACTUALIZAÇÃO DE AUDITORES*

Realizou-se no IDN, com a colaboração da Associação de Auditores, o II Estágio de Actualização de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, no período de 25 a 28 de Janeiro de 1994. Foram coordenadores o Contra-Almirante Ribeiro Ramos e o Coronel Rio Carvalho, Assessores do IDN, e a Dr.^a Ana Paula Vieira, Adjunta da Divisão de Planeamento.

Do programa do Estágio destacam-se os temas e os conferencistas seguintes:

- PROTAGONISMO DA ONU NA SEGURANÇA MUNDIAL. ÊXITOS E FRACASSOS. O PAPEL DAS GRANDES E PEQUENAS POTÊNCIAS. O «BRAÇO ARMADO» DA ONU. QUE SOLUÇÕES?
General Loureiro dos Santos
- PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO NA EUROPA ORIENTAL E SEUS REFLEXOS NA SEGURANÇA EUROPEIA.
Dr. Christoph Royen
- PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO NA ÁFRICA AUSTRAL.
Dr. Álvaro Mendonça e Moura

- O VECTOR MILITAR NO NOVO QUADRO ESTRATÉGICO INTERNACIONAL.
General Abel Cabral Couto
- SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO NO MAGREBE.
Prof.^a Doutora Bensalah Alaoui
- A INTERDEPENDÊNCIA DOS ESTADOS EUROPEUS E A SEGURANÇA EUROPEIA. O ATLANTISMO E A ATRACÇÃO A LESTE.
Prof. Doutor Adriano Moreira
- A EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO NA BACIA DO PACÍFICO. TENDÊNCIAS DOS EUA EM TERMOS DE PARCERIA ECONÓMICA COM O PACÍFICO E A CE.
Dr. João Salgueiro
- EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL EM PORTUGAL APÓS O TRATADO DE ADESÃO.
Prof. Doutor Alfredo de Sousa
- A CE NA HORA ACTUAL E PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO ATÉ AO FIM DO MILÉNIO.
Prof. Doutor José da Silva Lopes
- A DEFESA NACIONAL NA SOCIEDADE CIVIL. PAPEL DO IDN E DA AACDN.
Dr. Jaime Gama
Brigadeiro Lemos Pires
Dr. Gamito Faria

3. CICLO DE CONFERÊNCIAS POR INDIVIDUALIDADES ESTRANGEIRAS

O programa do Ciclo de Conferências sobre política internacional incluiu, neste trimestre, os seguintes conferencistas e temas:

- A PESCA NUMA EUROPA POST-MAASTRICHT E FACE AS PERSPECTIVAS DE ALARGAMENTO DA UE.
Prof. Doutor Moreau Defarges
- PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO NA EUROPA ORIENTAL E SEUS REFLEXOS NA SEGURANÇA EUROPEIA.
Dr. Christoph Royen

- SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO DO MAGREBE.
Prof.^a Doutora Bensalah Alaoui
- A SEGURANÇA MUNDIAL E A EVOLUÇÃO DA BACIA DO PACÍFICO NUMA PERSPECTIVA CHINESA.
General Zhu Dunfa
- O BRASIL E A NOVA ORDEM INTERNACIONAL.
Prof.^a Doutora Theresinha de Castro
- SITUAÇÃO ACTUAL E PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO NA FEDERAÇÃO RUSSA.
Dr. Yegor Timurovick Gaidar

As conferências que figuram em segundo e terceiro lugar, nesta listagem, foram incluídas no programa do Estágio de Actualização de Auditores dos CDN.

4. SEMINÁRIO SOBRE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Tendo por tema geral A Opinião Pública, a Defesa da Europa e de Portugal, e por coordenadores os Assessores do IDN Comandante Martins Godinho e Dr. Severiano Teixeira, realizou-se, em 15 de Março de 1994, um Seminário com a finalidade de sensibilizar formadores de opinião pública, jornalistas e chefias de órgãos da Comunicação Social.

Foram organizadas duas sessões que terminaram com debate geral, salientando-se as seguintes intervenções:

- SEGURANÇA DA EUROPA E NACIONAL
Brigadeiro Lemos Pires
Dr. Jaime Gama
General Gonçalves Ribeiro
- JORNALISMO E OPINIÃO PÚBLICA
Dr. Mário Mesquita
Prof.^a Doutora Maria Carrilho
Dr. Bettencourt Resendes

Os trabalhos foram iniciados pelo Dr. Figueiredo Lopes, Secretário de Estado da Defesa Nacional.

A DEFESA NO MUNDO

Com a colaboração do ISNG

A DEFESA NO MUNDO

1. SISTEMAS NUCLEARES

«JANE'S DEFENCE WEEKLY» (Reino Unido), de 22 de Fevereiro de 1994

Segundo um acordo assinado pelo Presidente da Ucrânia com os EUA e a Rússia, a Ucrânia vai desmantelar mais de 1800 ogivas nucleares, no seu território, até ao final do século, recebendo, em contrapartida, apoio da Rússia e dos EUA, bem como o dobro da ajuda dos americanos. O acordo terá agora que ser ratificado pelo Parlamento ucraniano.

Pelo START I, a Ucrânia terá de desfazer-se de 63 dos seus 130 mísseis SS-19 STILLETTO, 46 mísseis SS-24 SCAPEL e 520 ogivas nucleares. Kiev estima que tal operação custará 1,6 a 1,7 biliões de dólares, e 3,8 biliões para eliminar totalmente o seu arsenal nuclear.

O acordo assinado em Moscovo proporciona a Kiev 177 milhões de dólares, de um fundo dos EUA destinado a ajudar as ex-repúblicas soviéticas a desmantelar as suas armas nucleares, sendo 155 milhões de ajuda directa e até 1 bilião de dólares, distribuídos por 20 anos, para a venda comercial do urânio extraído das ogivas. Por sua vez, a Rússia, que fornecerá 96% das necessidades energéticas da Ucrânia, comprometeu-se a vender petróleo e gás natural a preços baixos.

Posteriormente, Clinton e Yeltsin assinaram um acordo visando que os mísseis estratégicos deixem de estar apontados aos seus países, a partir de 30 de Maio de 1994. Alguns dos mísseis ficarão apontados a áreas oceânicas desabitadas, mas a maioria deixará de ficar apontada a alvos específicos. Embora de valor simbólico, este acordo é importante como medida CBM (Confidence Building Measure) entre os dois países.

Segundo aquele plano, os mísseis americanos TRIDENT I, TRIDENT II e PEACEKEEPER deixarão de ter informações quanto aos alvos. Por sua vez, os mísseis MINUTEMAN III, mais antigos e que requerem um

constante alinhamento de referência, ficarão apontados a áreas oceânicas. Ignora-se como o plano afectará as forças nucleares da França e do Reino Unido.

2. OUTROS SISTEMAS DE ARMAS

«JANE'S DEFENCE WEEKLY» (Reino Unido), de 29 de Janeiro de 1994

A China está a substituir as ogivas nucleares dos seus mísseis balísticos de alcance intermédio por ogivas convencionais, de modo a poderem ser usados em guerras locais limitadas. A mudança resulta do novo clima estratégico que se seguiu ao fim da guerra fria e de uma revisão da doutrina de Pequim, face à análise da guerra do Golfo.

Com efeito, os mísseis DONG FENG 21 (DF-21) estão a ser reconfigurados para as operações convencionais. Julga-se que a maior parte dos DF-21 se destina a ser instalado no Noroeste da província de Qunghai e no Sudoeste da província de Yunnan, de modo a cobrir o Norte da Índia, a maioria das repúblicas independentes da Ásia Central, quase todo o Vietname e as grandes áreas do Sueste Asiático.

Também há notícias de a China ter aperfeiçoado outros tipos de mísseis balísticos de médio alcance para utilização convencional, em particular as séries DF-15 e DF-25. Estes últimos parece terem um alcance de 1700 km e disporem de uma ogiva de 2000 kg (comparados com os 600 kg dos mísseis DF-21).

A possível inclusão dos mísseis convencionais de grande alcance na doutrina de guerra local da China pode ser também uma resposta ao desenvolvimento de capacidades semelhantes por países vizinhos, incluindo a Índia, Coreia do Norte e Formosa.

«TIME» (Estados Unidos), de 7 de Fevereiro de 1994

Independentemente de uma possível cooperação com os EUA num sistema de defesa antimíssil, o Japão está a actuar isoladamente num programa espacial mais lucrativo. Se tudo correr bem, lançará esta semana um foguetão altamente sofisticado de dois andares e 260 toneladas. O

lançamento do foguetão H-II, da ilha de Tanegashima, assinalará a entrada do Japão nos lançamentos de satélites e de outras actividades espaciais.

O maior sucesso dos engenheiros japoneses residiu na produção de um motor de combustão líquida, que permitirá colocar um satélite de duas toneladas numa órbita geoestacionária. Até agora, o Japão recorreu à tecnologia dos EUA para o lançamento dos seus satélites e foguetões experimentais.

A tecnologia dos foguetões H-II poderia ser aplicada aos mísseis, mas não existe qualquer indicação de que o Japão esteja a pensar na sua utilização militar. A capacidade de carga do H-II é semelhante à dos foguetões ARIANE Y, mas este pesa o dobro do foguetão japonês. Porém, pelo menos por enquanto, o custo do H-II é uma vez e meia superior (156 milhões de dólares).

«JANE'S DEFENCE WEEKLY» (Reino Unido), de 15 de Janeiro de 1994

O míssil NODONG-1 da Coreia do Norte é um míssil convencional de um único andar e de combustível líquido, com 15 metros de comprimento e semelhante na aparência ao míssil iraquiano AL-HUSSEIN. Tem mais 4 metros do que o SCUD B e transporta uma ogiva mais pequena, talvez com cerca de 500 kg. Especialistas da Coreia do Sul admitem que possa transportar uma ogiva nuclear de 50 Kt, ou uma ogiva química com o agente VX.

É propável que a Coreia do Norte tenha adquirido uma versão comercial do sistema GPS (Global Positioning System), de navegação por satélite, para proporcionar uma maior precisão aos mísseis NODONG. Actualmente, recorrendo a um sistema de navegação por inércia, com três giroscópios, tem um CEP (Circular Error of Probability) de cerca de 700 metros. O SCUD B tem um CEP de 450 metros. A diferença é devida à maior velocidade terminal e ao maior comprimento do NODONG-1. Este terá um alcance de 800 a 1000 km, tendo atingido os 500 metros no primeiro teste efectuado em Maio de 1993 no mar do Japão.

O Japão está cada vez mais preocupado com o comportamento do novo míssil, admitindo que tornará ineficazes os mísseis PATRIOT PAC-2 da defesa antimíssil. Com efeito, os serviços de informações japoneses estimam que a velocidade terminal do NODONG-I seja muito superior

(cerca de *Mach* 3.5) à do AL-HUSSEIN (inferior a *Mach* 2.5). O Japão vai receber os primeiros PATRIOT PAC-2 em 1997, mas provavelmente irá querer o sistema THAAD (Theatre High Altitude Area Defense) do Exército Americano para 1996, ano em que se espera que o NODONG-I fique completamente operacional.

«JANE'S DEFENCE WEEKLY» (Reino Unido), de 5 de Fevereiro de 1994

a. O primeiro avião de transporte ANTONOV An-70 está pronto a voar, após a saída da fábrica em Kiev, na Ucrânia. O primeiro voo deverá ter lugar em Abril, prevendo-se a sua entrada ao serviço em 1996. Será também fabricado em Tashkent, no Uzbequistão. A Rússia e a Ucrânia financiam o projecto.

Concebido como o avião de transporte médio padrão, para a substituição do AN-12 CUB, complementarà o IL-76 CANDID. Pertence à mesma categoria do C-130 HERCULES, C-160 TRANSALL e futuro FLA (Future Large Aircraft) europeu. Os russos esperam que o AN-70 venha a ser aceite nos mercados ocidentais, alegando que os europeus poupariam dinheiro se o comprassem, em vez de terem despesas de aperfeiçoamento com o FLA.

Podendo descolar com 130 000 kg em pistas com 1800 a 2200 metros, ou com 100 000 kg em pistas improvisadas, representa um grande salto na capacidade de transporte. Um An-70 pode operar em 80% das pistas da CEI, comparado com 69% para um An-12 e 55% para um IL-76.

b. Foi entregue ao exército da Rússia o primeiro carro de combate T-90, que se encontra agora em ritmo lento de produção. Foi confirmado que se trata de um novo carro e não de um novo modelo dos carros existentes. Trata-se de um dos melhores MBT (Main Battle Tank) do mundo, apresentando a segunda geração da protecção ERA (Explosive Reactive Armour) e um sistema TSHU-1-7 SHTORA de *jamming* IR para ser usado contra mísseis guiados anticarro. Nenhum MBT ocidental dispõe de um sistema comparável.

O sistema consiste em duas fontes IR, montadas em cada lado da peça de 15 mm, de um gerador e de um painel de controlo. Produz um sinal falso nos circuitos de guiamento do míssil em aproximação, através

de impulsos *jamming* codificados. Por sua vez, o ERA proporciona proteção contra ataques de energia química e de energia cinética.

Uma outra característica importante do T-90 reside na capacidade da sua peça de 125 mm poder lançar um míssil AT-11 SNIPER, guiado por *laser*, até uma distância máxima de 5000 metros. Foram aperfeiçoadas duas versões de míssil. Pode penetrar blindagens de aço com 700 mm, permitindo o seu alcance atingir outros MBT, carros com armas guiadas e helicópteros de ataque, antes de poderem atingir o T-90.

Montado em cada lado da torre existe um conjunto de 6 lançadores de fumo, que se apresentam sob uma nova configuração angular. Em outras áreas, o T-90 incorpora elementos dos T-72 e T-80, pesa 46,5 toneladas e o seu gerador pode fornecer 840 CV. A sua autonomia máxima é de 560 km, sendo a distância de cruzeiro de 470 km. A velocidade máxima é de 60 km/h.

EXECUÇÃO GRÁFICA

DO CEGRAF/Ex — RUA MARQUÊS DE FRONTEIRA — 1000 LISBOA

